

SEBASTIÃO HYTORINO FILHO

**A SAGA DA
CONSTRUÇÃO DO
AÇUDE DE SUMÉ
e outras histórias
correlatas**



**A SAGA DA CONSTRUÇÃO DO AÇUDE DE SUMÉ
E OUTRAS HISTÓRIAS CORRELATAS**

SEBASTIÃO VITORINO FILHO

A SAGA DA CONSTRUÇÃO DO AÇUDE DE SUMÉ E OUTRAS HISTÓRIAS CORRELATAS

1ª. edição



MÍDIA GRÁFICA E EDITORA
João Pessoa - Paraíba – 2017

Copyright © 2016 by. Sebastião Vitorino Filho

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônicos ou mecânico, incluindo fotocópia e gravações) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita do autor e da Editora.

Capa: Marconi Almeida
Editoração: Marconi Almeida
Revisão:

Este Livro foi impresso nas Oficinas Gráficas da
MÍDIA GRÁFICA E EDITORA LTDA,
Av: Senador João Lira, 86 – Jaguaribe - CEP: 58.050-150
Fone: (083) 3222-3465 – João Pessoa – Paraíba

C289c Filho, Sebastião Vitorino.

A Saga da construção do açude de Sumé e outras História correlatas:/Sebastião Vitorino Filho. João Pessoa-PB: Mídia Gráfica e Editora, 2017.
p.212

ISBN: 978-85-7320-097-3

1. História – Paraíba..

CDU: 94:32(813.3)

Dedico este trabalho aos
meus filhos Virgínia Florisa, Pedro Vitor e Daniel
e meu neto Antonio José

AGRADECIMENTOS

Agradeço as inúmeras colaborações formais e informais de colegas conterrâneos.

- Augustos Francisco da Silva Neto (Augustinho) que colocou seus trabalhos científicos, sobre o açude de Sumé, a nossa disposição.
- Francisco Adriano pela ajuda de inúmeras fotos.
- José Ricardo Nunes Mendonça um conterrâneo que ainda não tive o prazer de conhecer pessoalmente. Autor da tese de mestrado intitulada: DO OASIS À MIRAGEM: Uma análise da trajetória do Perímetro Irrigado de Sumé-Pb no contexto das políticas de desenvolvimento para o Nordeste. Importante trabalho sociológico de campo, o qual nos forneceu importantes informações.
- Aos funcionários do DNOCS Pedro Fidelis de Lima, Mario Alexandre de Araújo e, em especial a Maria do Socorro De Souza e Eli Zeni Macedo pela presteza como nos receberam e forneceram os dados volumétricos do açude.
- A todos os funcionários da CAGEPA, especialmente, Jean Carlos Gonçalves Leite que com muita presteza nos apresentou todo esquema de funcionamento das adutoras e os volume gastos d'água diário.
- A Todos que de forma indireta contribuíram para a realização deste trabalho.
- A minha companheira Francis Mary Nogueira de Lima que de forma paciente contribuiu incansavelmente para a realização deste trabalho.

O Autor

CAROS LEITORES (AS):

Como de costume, algumas vezes, arrisco-me a escrever pequenos contos e causos que presenciei, ou ouvi falar ao longo da vida, principalmente fatos ligados a minha querida cidade de Sumé, onde residi até o final da adolescência, e posto na internet.

Algumas pessoas que leem estes pequenos textos me incentivam a ousar um voo maior e escrever um texto mais longo, um livro.

Escrever pequenos textos e postar na internet é algo efêmero, onde as pessoas leem freneticamente todo tipo de assunto, curtem e fazem seus comentários e, em seguida rolam a tela em busca de mais novidades, portanto em pouco tempo tudo será esquecido.

Publicar um livro, mesmo que este não atraia muitos leitores, naquele momento, por um lado exige uma responsabilidade literária bem maior, como também, tem o poder de eternizar o autor. Ambas as consequências dá frio na barriga! Confesso que fiquei muito envaidecido e imensamente agradecido a todos os amigos e conterrâneos pelos incentivos, mas no primeiro momento, não me achava capaz!

Concretizar um projeto desta natureza, a primeira providencia é encontrar o tema adequado e suficientemente robusto de assuntos, com fontes disponíveis para pesquisa, e, o qual, o autor, também, tenha domínio.

Finalmente, depois de visitar vários temas, decidi-me escrever a Saga da Construção do Açude e do Projeto de Irrigação de Sumé (PIS) e suas histórias paralelas. Inclui algumas histórias de minha vida pessoal, da minha família e

fatos e causos de figuras folclóricas de Sumé, mas todas, de alguma forma, relacionadas com o nosso açude, suas enchentes e suas secas.

Nesta vastidão de eventos históricos, passeio inicialmente pelas dificuldades do distrito de Sumé e a sua traumática independência política de Monteiro e, o seu entrelaçamento com a história da Paraíba e do Brasil, principalmente nos eventos políticos após a segunda grande guerra.

Como engenheiro, em alguns momentos, acabei enveredando um pouco pelo meu lado técnico, mas apenas com o objetivo de tentar explicar fatos comuns inerente a construção e/ou operação do sistema, porém com muito cotidiano e, não tornar o texto incompreensível.

No último capítulo, sem nenhum véu na face, tento descrever a satisfação de ter vivido a época de crescimento e apogeu do nosso projeto de irrigação de Sumé (PIS), como também, deixo claro a minha angústia e insatisfação com a desativação do mesmo. Neste contexto, conclamo os conterrâneos, que tenha amor a esta terra, a juntarem esforços no sentido de encontrar uma forma do PIS voltar a produzir novamente.

Sem nenhuma pretensão de querer ser dono de tese pronta e acabada, e consciente de possíveis críticas, apresento uma ideia singela para a volta do funcionamento pleno do PIS. Apenas uma ideia! Espero que muitas outras, sejam contra ou a favor, surjam para fomentar e enriquecer o debate. E, finalmente, todas convirjam para uma tese aceita, e que finalmente se transforme em algo concreto.

João Pessoa, setembro de 2017

O Autor

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO I | |
| DISSIDÊNCIA DA UDN-PB BENEFICIA SUMÉ..... | 13 |
| CAPÍTULO II | |
| PRIMEIROS ESTUDOS TÉCNICOS: IOCS E IFOCS..... | 17 |
| CAPÍTULO III | |
| ORIGEM DO PODER DE JOSÉ AMÉRICO..... | 33 |
| CAPÍTULO IV | |
| DECRETO DE DESAPROPRIAÇÃO..... | 41 |
| CAPÍTULO V | |
| EXECUÇÃO DA OBRA..... | 45 |
| CAPÍTULO VI | |
| AS ZONAS BOEMICAS ANTIGAMENTE..... | 63 |
| CAPÍTULO VII | |
| PAU-DE-ARARA..... | 71 |
| CAPÍTULO VIII | |
| PARADA NA OBRA DE SUME PARA ATENDER ORÓS .. | 87 |
| CAPÍTULO IX | |
| ENCHIMENTO DA BARRAGEM..... | 97 |
| CAPÍTULO X | |
| SUMÉ – A MAIOR FEIRA DA REGIÃO..... | 105 |
| CAPÍTULO XI | |
| CHEGA DA ENERGIA DE PAULO AFONSO..... | 111 |
| CAPÍTULO XII | |
| ACIDENTES PÓS CONSTRUÇÃO DO AÇUDE..... | 127 |
| CAPÍTULO XIII | |

CAPÍTULO I

DISSIDÊNCIA DA UDN-PB BENEFICIA SUMÉ

O núcleo urbano da cidade de Sumé, na atualidade, mostra pujança e espaço para crescimento. Em uma foto comum, mesmo da torre da igreja, não é capaz de mostrar toda extensão da cidade: o açude, o Campus da Universidade Federal da Paraíba, os bairros do Carro Quebrado, Várzea redonda, Mandacaru, Alto da Caixa D'água, Alto dos Jorges, Alto Alegre, o centro comercial com o shopping, o conjunto Vereador Sebastião Vitorino, o mercado público, hospital, loteamentos na estrada para Monteiro e atrás da serra, o DER, etc. Uma foto com todos estes espaços juntos, só será possível se for captada em uma aeronave muito alta.

Quem poderia imaginar que aquela a Vila de São Tomé, que em 1943 passou a chamar-se de Sumé, em homenagem as divindades indígenas que praticam o bem e ensina a cultivar a terra, composta apenas de quatro fileiras de casa, em forma de retângulo e uma rua nova, em direção ao cemitério e a nova igreja matriz, poderia, em apenas 66 anos de emancipação política, tornar-se este núcleo urbano pungente, contrariando a regra de que dois gigantes não sobrevivem em uma mesma região. (FOTO 1 e 2)

A teoria do efeito borboleta de Edward Lorenz afirma que: na natureza tudo está entrelaçado. Um evento qualquer que ocorre aqui pode gerar efeitos em lugares distantes e desconhecidos. Assim a disputa política entre José Américo de Almeida e Argemiro Figueiredo, abre uma forte dissidência na UDN, que acaba favorecendo, de imediato, a independência política da vila de São Tomé e, mais tarde, a construção de

nosso Açude Público, que para todo sumeense é considerado a chave para o nosso desenvolvimento econômico.



Foto 1 - Núcleo urbano de Sumé em 1943

Fonte: acervo de Sonielson Juvino



Foto 2 - Núcleo urbano de Sumé em 1943

Fonte: acervo de Francisco Adriano

No final da década de quarenta havia um ambiente hostil da sede do município de Monteiro, para com o seu maior distrito: Sumé. Neste ambiente desfavorável não se pode escurecer o empenho dos sumeenses ilustres, como

Viton e seu irmão João de Deus e, especialmente o farmacêutico José Farias, recém-chegado, no sentido de lutarem bravamente com a sonhada independência políticas de Monteiro, porém sem a ajuda política externa, todas as tentativas estariam condenadas a naufragarem.

Mesmo o distrito de Sumé possuindo potencial necessário para tornar-se cidade, sem ajuda externa, seria praticamente impossível conquistar o desligamento de Monteiro, simplesmente porque não era interessante para os mandatários monteirenses abrirem mão dos cerca de 1.000 votos mantidos sobre cabresto naquele burgo. Para postergar os anseios separatistas do seu principal distrito, mantinham uma política de implantação de equipamentos públicos, de conta-gotas. Desta forma, não promovendo o desenvolvimento do distrito, para não aumentar o sentimento separatista, e ao mesmo tempo contemplando-o com pequenos afagos, inclusive prometendo uma subprefeitura, para um futuro que nunca chegava.

O único equipamento público implantado até o fim da década de quarenta foi o Grupo Escolar, mas não havia posto de saúde e até algum bêbado, que por ventura excedesse um pouco no dia da feira e fosse trancafiado para curar a carraspana, mais tarde, era recambiado para Monteiro, e no outro dia, caso não conseguisse uma carona, em cima de alguma carga de caminhão, teria que fazer o trajeto de 35 km a pé.

Nestas condições a situação política de Sumé comparava-se a um barco à deriva em um mar muito revolto, o qual só poderá ser salvo com ajuda externa. Esta ajuda chegou, como um milagre dos deuses protetores de Sumé, através da luta política interna da UDN paraibana.

Esta história inicia-se com o termino da Segunda Guerra mundial e a queda do prestígio do ditador Getúlio Vargas com os oficiais de exército brasileiro, que acabavam de ajudarem na derrotar dos dois principais ditadores europeus: Hitler e Mussolini. Portanto, não havia mais clima para manter um ditador como mandatário do nosso Brasil e, o depuseram do poder no final do ano de 1945.

Aproveitando este clima democrático, José Américo de Almeida, grande articulador da revolta armada de 1930, chefe dos governos do Norte e Nordeste, durante o governo provisório, poderoso ex-ministro da Viação e Obras Públicas de 1930-34, ex-senador e ex-candidato a presidência da República em 1937, ressurgiu com grande força nas fileiras políticas da Paraíba, no novo partido de oposição ao varguismo: a UDN. Dentro deste mesmo partido, também, encontra-se, outro grande Titã da política paraibana: o ex-governador e ex-interventor da Paraíba, grande chefe político campinense, Argemiro Figueiredo.

Finalizado o período ditatorial de Vargas de 15 anos de jejum eleitoral, entre 1930 e 1945, foi necessário realizar-se eleições para todos os cargos, de prefeito a presidente da República e de vereador a senador.

Nas eleições para governador de janeiro de 1947, o gigantismo de cada um dos titãs da política na Paraíba era tão proeminente, dentro do mesmo partido, que não havendo nenhuma vantagem eleitoral clara à vista, nenhum dos dois políticos se dispusera a um enfrentamento suicida. Nesta contenda política silenciosa, os dois mandatários político, tentaram encontrar um nome de consenso para evitar a fissura política do partido. Vários candidatos foram apresentados de ambas as alas udenistas, mas sempre impugnados pela corrente adversária. Finalmente depois de

muitas idas e vindas, o nome de Oswaldo Trigueiro foi ungido pela ala argemirista, obviamente contra a vontade dos americistas, que derrotados ficaram neutros na campanha, mas nesta mesma eleição, elegeram José Américo senador.

A outra força política paraibana era o também ex-interventor, Rui Carneiro que junto com os varguistas locais fundaram o PSD paraibano e apresentaram o nome de Alcides Carneiro, que com a neutralidade dos americistas, ganhou força e foi derrotado pela estreita margem de 7,11% pelo candidato da UDN argemirista, Oswaldo Trigueiro.

Na região do alto Cariri, nesta eleição, foram eleitos deputados estaduais, os primos, João Feitosa da UDN ligado ao argemirismo e Inácio Feitosa pelo PSD. Na oposição no município e no estado, Inácio Feitosa era mais favorável a independência do distrito de Sumé, mas na oposição sua capacidade de manobra política era curta, feito voo de galinha.

As pretensões políticas dos titãs paraibanos, José Américo e Argemiro Figueiredo, de voltarem a ocupar o palácio da redenção continuavam cada vez mais fortes, mas para alcançar este objetivo seria necessário minarem a caminhada política um do outro.

Em outubro de 1947, mais uma vez, o povo é convocado, pela segunda vez no ano, para ir às urnas, agora para eleger prefeitos e vereadores. Na Rainha da Borborema era indiscutível a liderança de Argemiro Figueiredo, que apresenta uma chapa doméstica: seu cunhado Major Veneziano a prefeito, que tinha o objetivo de encurralar os eleitores campinenses para a próxima eleição estadual, marcada para 1950.

No tabuleiro da política paraibana, José Américo, velha raposa política, mexe em uma pedra e dá um xeque mate em

Argemiro. Abre novamente dissidência dentro da UDN e golpeia seu adversário dentro dos seus redutos, aliando-se ao PSD de Rui Carneiro, quando apresenta o médico Elpídio de Almeida, seu sobrinho, em contraponto a chapa aparentemente imbatível, apresentada por Argemirio Figueiredo.

José Américo mesmo sabendo que seu candidato não tinha a menor chance naquele cenário político hostil, visava apenas abrir uma pequena fissura política no terreno adversário, apenas para marcar presença.

Elpídio, que tinha poucas chances, foi eleito com 11,54% de diferença, abrindo assim mais um flanco de poder para José Américo, agora no terreiro de seu principal adversário.

Finalmente os maiorais da política paraibana, ambos pertencentes a UDN, resolvem decidir a contenda da liderança estadual no voto em 1950. José Américo, sempre dissidente, alia-se mais uma vez ao PSD de Rui Carneiro e batem chapa para governo do estado contra Argemiro, em uma campanha duríssima, onde cada voto foi caçado palmo a palmo.

A campanha esquentava e o compromisso moral de ganhar, na rainha da Borborema, segundo colégio eleitoral, era de Argemiro, pois uma derrota em seu terreiro certamente o descredenciaria no restante do estado. No afã de ganhar a eleição, em um comício em frente ao prédio dos correios, recém-inaugurado, à polícia do governador aliado do argemirismo, deteve uma passeada da oposição à bala e três pessoas tombaram e mais de quinze ficaram feridas. Como sempre, a comoção pública pela tragédia turbinou a campanha adversária e, finalmente José Américo recebe

17.248 sufrágios, contra 12.770 de Argemiro em Campina Grande.

Nesta caçada minuciosa voto a voto, a vila de Sumé, de repente, também, cria importância política e assim entra definitivamente no mapa da Paraíba.

Encravada dentro das hostes argemiristas de Monteiro, liderada pelo deputado estadual João Feitosa e, desprezada dos poderes públicos estaduais e municipais era um terreno fértil para José Américo angariar preciosos votos com a promessa de, no futuro próximo, conseguir sua sonhada independência. Em comício perante as lideranças sumeenses e do farmacêutico José Farias Braga, acusa o governo estadual de Osvaldo Trigueiro e a prefeitura de Monteiro de embromarem com a emancipação do distrito de Sumé, afirmando categoricamente que este distrito, há muito tempo tem todos os requisitos necessários para tornar-se um novo município da Paraíba, porém o que falta é vontade política. Desejam manter os votos desta comunidade no cabresto, mas a hora é chegada. Afirma veementemente que caso fosse reconduzido ao palácio da Redenção, a independência política estava garantida!

O distrito de São Tomé sufragou maciçamente o nome José Américo, que obteve uma vitória maiúscula no pleito de 3 de outubro de 1950. Assumindo o governo em janeiro de 1951. Com menos de dois meses, cumpre a promessa e emite o sonhado decreto de emancipação política da vila de Sumé (FOTO 1).

Por incrível que pareça havia pessoas da comunidade local contraria a independência política de Monteiro, sob o argumento, que sozinho o distrito regressaria. Contam que quando a notícia chegou a banda de música saiu em formação tocando dobrados, arrastando uma grande multidão e, nas

proximidades das residências das pessoas contrárias a separação, demorava um pouco mais e, a turba que acompanhava os músicos, com os braços levantados e o “V” da vitória na ponta dos dedos, machucavam o chão e gritavam freneticamente:

VIVA SUMÉ INDEPENDENTE! VIVA JOSÉ AMÉRICO!
VIVA JOSÉ FARIAS!

O prefeito interino nomeado pelo governador do estado foi o Sr. Irineu Severo, que governou o município até as próximas eleições municipais em abril de 1952, na qual foi eleito o farmacêutico José Farias Braga.



GOVÉRNO DA PARAÍBA

LEI N 513 de 8 de fevereiro de 1951.

Cria o Município de Sumé, a Co
marca do mesmo nome e dá outras pro
vidências.

O Governador do Estado da Paraíba,

Faço saber que o Poder Legislativo decreta
e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Município de Sumé,
tendo por sede a atual vila do mesmo nome, elevada à categoria
de cidade.

Art. 2º - O território do Município de Su-
mé é constituído do atual Distrito do mesmo nome com as alterações
constantes da presente lei, observados os seguintes
limites:

COM O DISTRITO DE CAMALÁU - começa dos li-
mites intermunicipais com São João do Cariri, na Fazenda Con-
ceição, à margem do rio do Meio, sobe por esse rio até a foz
do riacho Caraiheiras, seguindo por esse até as suas nascentes,
e por uma linha reta até a Fazenda Jerimus, prosseguindo
em outra linha reta até a Fazenda Gurupaiti.

COM O DISTRITO DE MONTEIRO - da Fazenda Gu-
rupaiti segue em linha reta até a Lagoa de Carnaúba, e daí
por linha reta até a Fazenda Irelal, por uma linha reta até
o serrote Verde, fazendo ponte na confluência do rio Sucuriú
com o riacho de Cariri, seguindo daí em diante pelos atuais
limites existentes entre os distritos de Sumé e Prata até al-
cançar a linha divisória com o estado de Pernambuco, ficando
o povoado de Amparo pertencendo ao novo município de Sumé.



COM O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BONITO (Paraná) e COM O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO CARIRÍ (Paraíba) - permanecem os atuais limites interestaduais e intermunicipais

Art. 3º - Enquanto não tomarem posse o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores, eleitos de acordo com a Legislação Eleitoral em vigor, o Poder Executivo do Município ora criado será exercido por um prefeito nomeado pelo Governador do Estado, que, além das atribuições inerentes ao cargo, poderá elaborar o Orçamento e expedir decretos-Leis ad-referendum da Câmara Municipal.

Art. 4º - A eleição para constituição dos novos poderes municipais realizar-se-á em data designada pelo Tribunal Regional Eleitoral, na forma da Legislação em vigor.

Art. 5º - O Município de Sumé constituirá também uma Comarca de 18 Entrância, com todos os cargos indispensáveis ao funcionamento da Justiça, previstos em lei, e terá os mesmos limites do referido município.

Art. 6º - Fica criado na Comarca de Sumé um Cartório de Tabelião do Público e Notas e Escrivão do Cível, Execuções Originais, Crime, Órfãos e seus anexos, bem assim, um Cartório de Registro de Imóveis, anexado ao Tabelionato.

Parágrafo único - Fica extinto o Cartório do antigo distrito de Sumé, passando a pertencer ao Cartório de que trata este artigo, todo o arquivo referente aos atos de Escrivão e Tabelião.

Art. 7º - Ficam criados na Comarca um Cartório de Registro Civil de Casamentos, Nascimentos e Óbitos, e um Cartório de Registro Facultativo de Títulos e Documentos, ambos exercidos pelo mesmo oficial do atual cartório, que será nomeado efetivo, independente de concurso.

Parágrafo único - O arquivo referente aos atos do Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos do Cartório extinto pela presente lei, passa a pertencer ao Cartório correspondente ora criado.



Art. 8º - Fica extinta a atual Sub-Delegacia de Polícia da Vila de Sumé e criada uma Delegacia de Polícia com os respectivos suplentes, na forma da legislação vigente.

Art. 9º - A instalação do novo Município, Comarca, Delegacia e Cartórios realizar-se-á a 1º de Abril do corrente ano.

Art. 10º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito necessário ao cumprimento da presente lei.

Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 3 de fevereiro de 1951; 63ª da Proclamação da República.

Decreto Estadual de Emancipação de Sumé
FONTE: <http://www.al.pb.leg.br/leis-estaduais>

CAPÍTULO II

PRIMEIROS ESTUDOS TÉCNICOS: IOCS E IFOCS

O projeto de uma barragem requer estudos prévios da hidrologia da área, para determinar a taxa média anual da pluviosidade da região e, através destes dados calcular a capacidade de armazenamento. Requer, também, estudos físicos e geológicos da calha do rio, com o objetivo de determinar um local estreito, em rocha sã, capaz de suportar o peso do barramento d'água, popularmente chamada de "ombreira". Finalmente os projetistas procuram sempre localizar o barramento a montante (acima) de vilas e cidades evitando inundações e transtorno de áreas habitadas e, as sempre polêmicas indenizações urbanas.

Em todos estes quesitos citados, a mãe natureza privilegiou Sumé grandemente. Embora a força política do Cariri estivesse em Monteiro, porém as condições técnicas para implantação de uma grande barragem no alto Cariri, sempre foi Sumé. À montante de Monteiro a Bacia do Rio Paraíba é curta e muito plana, portanto não há condições técnicas.

A luta de José Farias e do deputado federal Plínio Lemos, junto ao governo central, mais uma vez através da intervenção valiosíssima de José Américo de Almeida, que neste momento era o poderoso ministro da Viação e Obras Públicas do governo de Getúlio Vargas, deveras foi muito louvável, mas apenas no sentido de não deixar esta obra ir para outra região, porém a mesma sendo no Cariri de cima, não haveria outro local tecnicamente perfeito, senão Sumé.

No final século XVIII acompanhando a expansão da criação de gado bovino e, do ciclo do algodão, o interior

Nordestino foi rapidamente povoado. Concomitantemente a ocupação, as grandes estiagens ocasionaram grandes calamidades públicas e, portanto, imprimiu o conceito nos governantes, que uma das soluções para mitigar este grave problema era o barramento dos rios para armazenar grandes volumes de água. Vários fatores naturais independentes se somam para tornar o Cariri paraibano seco:

1) Alto gradiente topográfico (queda d'água dos rios) propiciando grande velocidade da água, que ocasionam cheias. O Rio Paraíba com cerca de 300 km de Monteiro até foz em Cabedelo, despenca de uma altura de 700m, enquanto o Rio Amazonas, de Manaus a Belém, cerca de 2000 km, tem uma diferença de cota de apenas 100m,

2) Índice pluviométrico médio anual do Cariri varia de 350 a 700mm, muito baixo. Enquanto que no litoral do estado da Paraíba a média anual passa de 1500 mm,

3) A bacia hidrográfica do alto e médio rio Paraíba está assentada em rochas cristalina, com pouca capacidade de infiltração, o que acelera o escoamento das águas retendo pouca água nos aquíferos.

4) A Serra da Borborema é uma barreira natural para os ventos que conduzem a umidade oriunda do Atlântico.

5) A estação das chuvas ocorre em um período muito curto. Em média 60 dias.

Diante de fatores naturais tão adversos, quando estes se superpõem, é comum, nesta região semiárida, ocorrer períodos de grandes secas, mas também, períodos de grandes enchentes (FOTOS 1 e 2).



Foto 1 - Sumé -cheia de 1985
Fonte: acervo de Sonielson Juvino



Foto 2 - Sumé – seca de 2016
Fonte: acervo de Francisco Adriano

Até a década de quarenta, cerca de 70% da população brasileira, especialmente no nordeste, habitava na zona rural, sobrevivendo totalmente da agricultura e agropecuária de subsistência. Sem barragens para acumular água, sem irrigação, sem programas sociais, toda cadeia econômica nordestina dependia da estação das chuvas. Portanto, qualquer período de seca mais longo fatalmente causava fome, sede, perda de animais e grandes desagregação social, com hordas de flagelados invadindo as capitais nordestinas em busca de socorro.

Com a desculpa de mitigar o conflito, da população urbana com esta massa de famintos, os governos estaduais criaram os famigerados “barracões”, onde confinavam, na periferia das capitais, os flagelados em verdadeiros campos de concentração (FOTO 3), fornecendo uma ração diária de farinha, rapadura, feijão e carne de charque, em troca de algumas horas de trabalho no conserto de estradas e construção de pequenos açudes.

Estas calamidades causadas pelas grandes estiagens, momentaneamente, sempre levaram a todos os governantes a bravatas, desde o reinado de Pedro II, prometem combater os períodos secos e amenizarem as cheias, construindo barragens para armazenamento e regulagem das cheias, mesmo que tivessem de vender até a última jóia do império, mas como o nordeste nunca foi prioridade na política nacional, bastava um ano com chuvas regulares para o governo esquecer suas promessas, e o povo em festa agradecer, com votos, a ração recebida nos campos de concentração. Tudo não passava de retórica política!



Foto 3 – Campos de concentração – Fortaleza 1915
Fonte: TV Verdes Mares/reprodução

O açude do Cedro no estado do Ceará foi o primeiro grande reservatório nordestino (FOTO 4). Iniciado em 1890 e concluído em 1906, porém a primeira ação real no sentido de combater as irregularidades climáticas do nordeste, foi sem duvidas, a criação do IOCS (Inspetoria de Obras Contra a Seca), em 1909, no governo de Nilo Peçanha, órgão subordinado ao poderoso Ministério da Viação e Obras Públicas, responsável pelos portos, aeroportos, estradas de rodagem, ferrovias e energia.

O problema da irregularidade das chuvas era de domínio publico, mas cientificamente não se tinha conhecimento nenhum, portanto o primeiro passo, neste sentido, foi o estudo do regime das precipitações, instalando diversos pontos de medições fluviométrica e pluviométrico, como também, estudos dos animais, das plantas, mais resistentes as estiagens, solos e das rochas da região.



Foto 4 – Açude Cedro - CE – Iniciado em 1890 e concluído em 1906
Fonte: Domínio Público

Inicialmente o IOCS foi chefiado pelo grande engenheiro e profundo conhecedor do nordeste brasileiro, o engenheiro Arrojado Lisboa, que para estudar a região forma uma equipe multidisciplinar nas áreas de geologia, hidrologia, zoologia e botânica para entender os fenômenos climáticos e assim poder apresentar soluções praticas coerentes. Com verbas parcas e a importação de técnicos estrangeiros a peso de ouro, durante 10 anos, praticamente, apenas os estudos científicos frutificaram e, pouquíssimas ações praticas, foram de fato implantadas.

Durante a Presidência da República do paraibano Epitácio Pessoa (1919 a 1922), quando o IOCS virou IFOCS (Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca), este órgão obteve notável expressão, recebendo vultosas verbas, onde efetivamente foi possível aproveitar os estudos científicos acumulados da área e, iniciou-se a construção de açudes e perfuração de poços tubulares, mas infelizmente quando terminado o governo de Epitácio, o novo governo do mineiro

Artur Bernardes (1922 a 1926), não prioriza o IFOCS, corta suas verbas e o órgão volta a ter novamente papel figurativo.



Foto 5 - Rua:General Sampaio com a Pedro Pereira - Fortaleza – Sede do IOCS – incendiada em 01/12/1912
Fone: <http://cpdoc.fgv.br>



FOTO 6 – Sede atual do DNOCS – Fortaleza – CE
Fonte: <http://cpdoc.fgv.br>

CAPITULO – III

ORIGEM DO PODER DE JOSÉ AMÉRICO

Na velha Republica, em âmbito nacional, a política que predominava era a chamada “Café com Leite”, ou seja, quem de fato mandava eram os estados ricos: São Paulo grande produtor de café e Minas Gerais destacava-se na produção do leite, os quais se revezavam no poder central. De 1926-30, estava no poder o paulista Washington Luiz Pereira de Souza, que segundo o acordo, em vigor, o próximo presidente da República, a ser eleito em março de 1930, deveria ser um mineiro. Alinhado politicamente com 18 dos 20 estados da época, Washington Luiz envia comunicado para 17 estados combinando a nova chapa, rompendo o acordo e lançando o paulista Julio Prestes, deixando de fora obviamente Minas Gerais e Rio Grande do Sul, e a pequenina e inexpressiva Paraíba, aliada desta política conservadora, não foi comunicada por puro esquecimento.

Epitácio Pessoa, que era a grande força da oligarquia paraibana, sentindo-se desprestigiado e magoado com a desfeita do esquecimento foi unir-se politicamente aos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul e, formaram a famosa chapa: **ALIANÇA LIBERAL**, Getulio Vargas (gov. do Rio Grande do Sul) na cabeça e João Pessoa (gov. da Paraíba) de vice, apenas com o objetivo de marcar espaço político, mas ganhar seria praticamente impossível, pois no tempo do voto aberto, uma proporção de 17 contra 3 estados, não havia como lograr êxito.

Como era esperado, até pelo aliancista mais otimista, Júlio Prestes foi eleito em 1 de março de 1930 com a folgada

margem de 60% dos votos válidos, cuja posse estava prevista para 15 de novembro daquele ano.

Como é comum em qualquer eleição, quem perde tem o direito de espernear, gritar, xingar e reclamar de fraudes, mas passado o calor da campanha acalmaram-se os ânimos e o Presidente da Paraíba (governador João Pessoa), derrotado para vice-presidente, voltou a tocar o seu plano austero de governo, pois ainda lhe restavam mais dois anos de mandato no governo da Paraíba.

Nesta época a Paraíba era infestada de cangaceiros, acoitados pelos coronéis paroquiais, que mandavam e desmandavam nos rincões paraibanos. A principal fonte de arrecadação fiscal do governo era o imposto de circulação de mercadorias, cujo produto mais rendoso era o algodão, mas com a fiscalização deficiente, este produto, evadia-se pelas fronteiras dos estados vizinhos do Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte, sem gerar nenhum benefício fiscal para a Paraíba.

José Américo de Almeida, promotor de justiça, grande escritor paraibano, é também um grande conhecedor dos grandes problemas de infraestrutura da Paraíba, revelados na sua obra: *A Paraíba e seus Problemas de 1923*. Com esta bagagem intelectual, foi convidado integrar o governo de João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, desde 1928, na pasta de Secretario Geral, cuja principal atividade era mitigar a evasão fiscal. Para este fim, foi criado o sistema de cancelas fiscais nas estradas de todo o estado, onde os comerciantes teriam que pagar impostos para circular com suas mercadorias.

As eleições de 1930 para deputados estaduais, federais, senadores e a presidente da República não entusiasmaram os coronéis regionais, pelos muitos postos de fiscalização espalhados pelo estado criando embaraços para

seus eleitores. O governador, que também era candidato à vice-presidente da República, na véspera das eleições, ainda toma mais uma decisão antipática e autoritária, na política local: proíbe os atuais deputados estaduais de se candidatarem novamente, com a desculpa de renovação da casa legislativa, mas incoerentemente abre uma exceção para um primo seu, desagradando o grupo do deputado e coronel José Pereira de Princesa Isabel.

Não conformado com as atrocidades políticas e confiando no seu autoritarismo, no dia da eleição, coloca grande contingente policial em Teixeira para hostilizar os parentes e partidários de Zé Pereira, que sabendo da trama do governador arregimenta, às pressas, 300 homens em armas, invade Teixeira e bota a polícia para correr, iniciando a chamada Guerra de Princesa.

Derrotado na eleição federal, o governador, com o estado falido, com verbas federais bloqueadas e com um adversário na presidência da República, correndo o risco de uma intervenção federal, coloca toda sua energia no combate aos rebeldes de Princesa. Confia esta tarefa ao secretário geral José Américo, que embora não sendo militar, comanda toda operação em um acampamento na vila de Piancó. Com recursos materiais insuficientes, onde até munição tinha que ser poupada, sem falar na soldadesca, que se evadia para o lado de Zé Pereira, que os cooptavam com melhor oferta de salário, armas novas contrabandeadas do Pernambuco, munição abundante e salário extra para os beligerantes casados.

Apoiado politicamente pelo presidente da República Washington Luis e financeiramente sustentado pelos proprietários do Jornal do Comércio de Recife, o objetivo desta contenda era cansar o governo da Paraíba, provocar o

caos, para em seguida justificar a intervenção federal. Vários movimentos foram feitos neste sentido, como: declaração de Princesa independente da Paraíba, fundação de um jornal próprio, hino, bandeira e constituição, tudo que feria a constituição estadual. Por fim enviaram grupos de jagunços para outras regiões do estado dando tiros a esmos para criar um clima de convulsão total, principalmente nas manchetes do jornal pernambucano. Uma destas colunas chegou ao município de Sumé em junho de 1930 e foi recebida pelo Padre Silva na Fazenda Pedra Cumprida. Criaram pânico na cidade, cumpriram seu objetivo, não deram nenhum tiro e retornaram. Fato eternizado na pintura do famoso artista plástico sumeense Miguel Guilherme, em uma pintura no coreto da Praça Adolfo Mayer em Sumé (FOTO 1).



Foto 1 – Pintura do artista plástico Miguel Guilherme – Coreto da Praça Adolfo Mayer – Representação da chegada dos Jagunços de Zé Pereira em Sumé em junho de 1930. Fonte: Domínio Público

Por outro lado inconformado com os rumos da campanha militar do Sertão paraibano, não tendo mais recursos nem para munição, o governador João Pessoa passou a perseguir familiares do coronel Zé Pereira, residentes na capital. Em uma destas investidas a polícia do estado invadiu o apartamento do advogado José Dantas, sobrinho de Zé Pereira, expondo fotografias íntimas suas e de sua namorada na calçada o jornal A União. Perseguido Zé Dantas fugiu para o Recife, onde na primeira oportunidade assassinou o governador da Paraíba em 26 de julho de 1930, na confeitaria A Gloria.

Embora este fato não tivesse nenhuma relação com a política nacional, os aliancistas que já havia até esquecido a derrota do pleito de 1 de março daquele ano, aproveitaram a oportunidade da morte do candidato a vice-presidente, para culpar os Perrepistas e acenderam o estopim para incendiarem o Brasil.

No Sul Getúlio Vargas, ex-candidato derrotado, foi o grande chefe revolucionário e, no Norte e Nordeste, o grande articulador do Movimento Revolucionário foi José Américo de Almeida. Finalmente em 3 de novembro de 1930 o presidente da República Washington Luis é deposto e, Getúlio Vargas assume o governo Provisório.

Com grande prestígio político, em todo Norte e Nordeste, na campanha revolucionária, José Américo indica os interventores destes estados e ele próprio é o interventor federal da Paraíba, mas com todo este poder é convidado por Vargas a assumir o ministério da Viação e Obras Públicas, onde como já vimos anteriormente, estava vinculado a IFOCS.

Mais uma vez o órgão de combate à seca passa a ter grande relevância no governo federal. Durante sua gestão de 1930-34, aumentou significativamente suas verbas e

intensificou os estudos técnicos das principais bacias hidrográficas do nordeste, como também, a construção de barragens de grande porte em áreas públicas e muitas de médio e pequeno porte, em terras privadas. Neste período, no Cariri da Paraíba, foram construídos os açudes de médio porte em: Soledade, Santa Luzia do Sabugi, São João do Cariri (Namorados).

Imbuído de poderes absolutistas, Getúlio Vargas, desentendeu-se com a cúpula política paulista, e, em 1932 enfrentou uma grande revolta dos paulistas, que exigiam uma nova constituição e eleição livres para presidência da República. Primeiro o presidente Vargas massacra e humilha, sem piedade, os revoltosos paulista, impondo-lhe um interventor forasteiro, depois senhor da política nacional, manobra uma assembleia constituinte que permite a sua reeleição indireta, em 1934.

Eleito senador pelo estado da Paraíba e insatisfeito com a manobra política do presidente, José Américo, renuncia ao cargo de senador e voluntariamente retira-se da vida pública, indo dedicar-se exclusivamente a literatura.

Entre 1934-37 único período, da era Vargas, onde o Congresso Nacional funcionou normalmente, foi também, um dos períodos mais antidemocratas, onde o ditador Vargas coloca todos seus adversários na cadeia, como o comunista Luis Carlos Prestes e sua esposa Olga Benário e, o líder da ultra direita Plínio Salgado, chefe dos Integralistas, os chamados camisas verdes. Coroou este período com um golpe de estado, cancelando as eleições presidenciais marcadas para 1937, cujo candidato mais bem cotado nas pesquisas era o paraibano José Américo de Almeida.

Conhecedor dos métodos truculentos e radicais de Vargas para com seus adversários, José Américo não resistiu,

mais uma vez recolhe-se, silenciosamente, à sua residência no Rio de Janeiro, até a volta vitoriosa dos pracinhas da II Grande Guerra (1945), que acabaram de combater e derrotar os ditadores Adolf Hitler e Benito Mussolini.

Certamente os oficiais de patentes superiores, não haviam de aceitar ser governado por outro ditador. A censura era ferrenha, mas neste clima eufórico de vitória dos aliados, em fevereiro de 1945, o ex-ministro José Américo convoca uma entrevista coletiva desmontando o governo ditatorial de Vargas e exigindo eleições diretas.

Imaginando haver um grande aparato militar, por trás de José Américo, Vargas não reage, enfraquece-se politicamente, acaba a censura, convoca as eleições presidenciais, prevista na constituição de 1937 e, a tempo adiada, e, em outubro de 1945 é apeado do poder pelos militares, enquanto José Américo regressa à política com grande poder, sendo eleito senador pelo estado da Paraíba em 1947.

CAPÍTULO IV

DECRETO DE DESAPROPRIAÇÃO

Deposto o ditador, as eleições ocorrem normalmente em 2 de dezembro de 1945, elegendo o general Eurico Gaspar Dutra (PSD) para o cargo de presidente da República, enquanto o ex-ditador Getúlio Vargas voluntariamente refugia-se na sua fazenda em São Borja no Rio Grande do Sul.

Nas eleições para presidente, de 1950, Getúlio Vargas, em uma campanha relâmpago volta à presidência, desta vez em sufrágios diretos e, o ex- ministro da Viação e Obras Públicas é eleito governador da Paraíba, ambos tomaram posse no início de 1951, que foi um ano severamente castigado pela seca.

Na esfera federal o governo Vargas desacostumado a governar com Congresso Nacional em funcionamento, enfrentava grandes dificuldades devido à avalanche de escândalos protagonizados pelos filhos e irmãos do presidente. A ala radical da UDN capitaneada pelo jornalista Carlos Lacerda, e os deputados federais José Sarney e o paraibano João Agripino, formavam um agrupamento político na Câmara Federal, chamado de “Banda de Música”. Não davam trégua ao presidente Vargas e toda hora bradavam no Congresso e na mídia as denúncias contra o presidente, com o slogan: “A BANDA VAI TOCAR!”.

Na Paraíba José Américo, também, enfrentava grandes problemas para administrar um estado pobre, com recursos naturais escassos e uma seca que não cessava e, sem ter para onde recorrer, já que na presidência da República encontrava-se Getúlio Vargas, seu desafeto político.

Como diz o dito popular: “A fome juntou-se com a vontade de comer”. As duas pontas desta equação política reaproximam os antigos aliados, em uma solução simbiótica para os dois governantes, em 1953. Vargas convida José Américo, quadro da UND nacional moderada, para assumir o ministério da Viação e Obras Públicas e, com isso trazer para dentro do governo a ala mais moderada da UDN, na tentativa de arrefecer os ânimos políticos e as denúncias.

Como nesta época a legislação vigente permitia esta manobra, sem prejuízo do mandato de governador e, estando o governo da Paraíba passando por grandes dificuldades financeiras, com a seca de 1951-53, depois de relutar bastante, José Américo aceitou o convite do seu antigo algoz, com o simples objetivo de acudir os flagelados que se espalhavam pelas capitais nordestinas.

Desde 1945, no final da primeira era Vargas, o IFOCS tinha galgado a categoria de um Departamento Nacional do ministério da Viação e Obras Públicas, passando a denominar-se DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca), agora já bem estruturado com maquinários modernos adequados para perfuração de poços e construção de grandes barragens.

No curto espaço de tempo que administrou, mais uma vez o ministério da Viação, José Américo deu grandes poderes ao DNOCS para estudar as potencialidades das bacias hidrográficas paraibanas e projetar as barragens necessárias para acumular água suficiente para o abastecimento das cidades, dessedentação dos animais, agricultura irrigada e perenizar o rio Paraíba a jusante de Boqueirão. Com este objetivo, na bacia do rio Paraíba, quatro grandes barragens foram inicialmente previstas: uma no alto Cariri, duas no médio Paraíba, Boqueirão e São Domingos (iniciada, mas não

foi concluída) para garantir o abastecimento de Campina Grande e, mais uma antes da várzea do Paraíba denominada Acauã, que só foi concluída em 2002.

No alto Cariri, o principal afluente do rio Paraíba é o rio do Meio, que nasce na serra do Jabitacá, no município de Monteiro, mas o mesmo não apresentou condições técnicas favoráveis para implantação de uma barragem de grande porte. Tais condições foram detectadas em outro afluente: rio Sucuru na altura de Sumé.

Sabendo que as condições técnicas para implantar uma barragem no alto Cariri apontavam para Sumé, e sendo que o mandatário do ministério da Viação e Obras Públicas era o paraibano amigo da cidade, o prefeito José Farias Braga, através do apoio do deputado federal Plínio Lemos, viaja para o Rio de Janeiro, capital da República mais de uma vez, até conseguir a confecção do projeto básico e a desapropriação da área.

Desta vez os deuses protetores de Sumé apressaram os fatos, pois vale lembrar, que à época da assinatura do decreto de desapropriação da área do açude de Sumé, ação que de fato garantiria a sua futura execução, em 24 de maio de 1954, o governo de Getúlio Vargas estava nos estertores do poder, cada vez mais mergulhado nos maiores escândalos políticos envolvendo seus familiares e, sua morte trágica ocorre exatamente três meses após a assinatura do decreto de desapropriação da área.

DECRETO N. 35.551 – DE 24 DE MAIO DE 1954

Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público Sumé, no município do mesmo nome, Estado da Paraíba.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo §7, inciso I, da Constituição e nos termos do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, modificado pelos de ns. 4.152, de 6 de março de 1942, e 9.811, de 9 de setembro de 1946,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno com vinte e sete milhões oitocentos e noventa e um mil trezentos e trinta metros quadrados (27.891.330 m2), necessária à construção do açude público Sumé, no município do mesmo nome, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Rio de Janeiro 24 de maio de 1954 133º da Independência e 66º da República.

GETÚLIO VARGAS
Pres. Da Republica

José Américo.
Ministro da Viação e Obras Públicas

CAPÍTULO V

EXECUÇÃO DA OBRA

Seguindo os preceitos das normas técnicas a desapropriação de uma área, para execução de uma grande barragem deve ser feita após a conclusão do projeto base. No caso de barragem, entende-se por projeto básico: local e tipo de barramento, volume d'água a ser acumulada, área a ser inundada e uma previsão das indenizações, que é uma etapa desenvolvida na prancheta, através de fotografias aéreas e com muito pouca ação local.

A rinha política de José Farias travada com a família Santa Cruz, quanto a localização do açude, volume d'água e área a ser inundada, motivo de grandes embates apaixonados pelas ruas e na câmara de vereadores de Sumé, não passaram de retórica política paroquial, pois as características técnicas do barramento nunca dependeram da vontade do proprietário das terras, nem dos políticos locais.

A importância da luta ferrenha do edil sumeense José Farias Braga, a qual os sumeenses têm muita gratidão, junto com o deputado federal Plínio Lemos, foi no sentido de conseguirem arrastarem este benefício para o alto Cariri, já que outras regiões nordestinas, também pleiteavam as mesmas benfeitorias.

Logo em seguida a assinatura do decreto de desapropriação da área de influencia do açude, pelo então presidente Vargas, o Brasil entra na sua mais profunda crise política de todos os tempos. Mergulhado em escândalos de acusações de: roubos, desvios de verbas, tráfico de influência e da morte de um oficial da Força Aérea Brasileira, o presidente da República é acuado em uma reunião ministerial,

na qual é pressionado a renunciar. Com receio do que poderia acontecer consigo e sua família após sua renúncia, na madrugada de 24 de agosto de 1954, na suíte presidencial do palácio do Catete, mete uma bala no peito, deixando todo governo e principalmente a oposição em pânico.

Finalizado o governo Vargas, com sua morte trágica, José Américo retorna a seu cargo de governador da Paraíba e na conturbação política que o Brasil entrou, de três presidentes em pouco mais de um ano, não pode fazer nada para dá andamento ao projeto do Açude de Sumé.

Eleito em 1955 o presidente Juscelino Kubitschek (JK) sob a bandeira de um plano de 31 metas para o Brasil avançar 50 anos em 5, em seis áreas: Energia, Transportes, Alimentação, Indústria, Educação e a Construção de Brasília.

Perturbações políticas dificultam a posse do presidente legitimamente eleito, que foram contornadas com a atuação firme do General Henrique Lott, que coloca o exército nas ruas e garante a sua posse de JK..

Uma das metas da área de Transporte era à construção de grandes barragens, com o objetivo de armazenar grandes volumes para garantir o abastecimento d'água, regulamentar as cheias e implantação da agricultura irrigada. Dentro desta nova política governamental, mais uma vez Sumé é beneficiado, mesmo sem apadrinhamento político. Foi contemplado simplesmente porque o projeto básico de sua barragem e a desapropriação já estavam prontos, desde 1954.

O projeto executivo consiste: sondagens no eixo do barramento, detalhes construtivos da parede do barramento, do sangradouro, das fundações, topografia da lamina d'água máxima, avaliação local das indenizações, locação de jazidas de materiais e finalmente, o mais importante, o orçamento.

Estes trabalhos, maior parte realizados “in loco”, foram efetivamente iniciados em 1957.

Concluído o projeto executivo e liberado as verbas, as obras do Açude de Sumé, milagrosamente, foram iniciadas no ano de 1958, que foi o ápice de um período muito seco. Portanto, o início das obras amenizaram a calamidade com a chegada de muitos funcionários do DNOCS e surgimento de muitos empregos braçais temporários para a população necessitada. Máquinas pesadas como as dragas, mais conhecidas como escavadeira (FOTOS 1), tratores de esteiras (FOTO 2), moto niveladoras (PATROL-FOTO 3), caminhões fora de estrada (FOTO 4) e gente de toda parte, de repente, invadiram Sumé.

Toda mão de obra especializada, como: engenheiros, técnicos de laboratórios de solos, rádio telegrafistas, topógrafos, contadores, capatazes de campo, mecânicos enfermeiros, motoristas e operadores de máquinas pesadas, foram transferidos de outras obras do DNOCS concluídas.

Com a alta procura por casas para alugar o preço dos aluguéis rapidamente explodiram e, até garagens e depósitos serviam para alugar para as famílias que chegavam à cidade aos borbotões. Os comerciantes felizes com o aumento da demanda dobraram seus estoques para atender as levas de trabalhadores forasteiros que desembarcavam a todo instante. Com tanta gente nova na cidade a vida noturna, calma e pacata, mudou radicalmente para atender a demanda de muitos homens solteiros e casados longe da família, sedentos por diversão. Surgiram novos bares na rua principal e nas proximidades do cemitério nasce a zona boemia com a abertura do cabaré de Zé Pateca, sempre muito animado, nas segundas feiras, com a importação de mulheres de Monteiro, Sertânia e até de Arcoverde.

Tanto movimento no pequeno burgo, não tardou e começou aparecer os problemas para os comerciantes locais, já que o pagamento do DNOCS, muitas vezes, atrasava até 90 dias e, o bodegueiro que não continuasse a fornecer à família daquele funcionário, corria o risco que este mudasse de fornecedor, fizesse outra conta bem grande no concorrente e, quando recebia o pagamento atrasado, enfiava-se no cabaré por três dias e não pagava a nenhum dos dois comerciantes incautos.

Os restaurantes de Dona Dasdores (FOTO 5), Dona Ana de Trajano, Luis Quintans e Dona Ernestina, não dispunham de dormitórios, serviam almoços e jantares para funcionários mais modestos que moravam em republicas. Também atendiam aos passageiros de ônibus (Os Araras) e aos caminhoneiros que trafegavam pela BR 412, rumo a São Paulo.

Engenheiros e técnicos graduados sem companhia, com bons salários, para os padrões modestos do interior, hospedavam-se com grande pompa no Hotel Independência, carinhosamente chamado por todos de Grande Hotel (FOTO 6), prédio geminado com o Cine Teatro Municipal, recém construído pela prefeitura Municipal, dirigido por dona Julia e sua filhas Nely e Lourdes Navio, cujo sobrenome é uma referencia ao patriarca da família, Senhor Antonio Pereira originário de Floresta do Navio, em Pernambuco.

A família “Navio” inicialmente explorava um restaurante na Praça Adolfo Mayer, muito frequentado pelo asseio e tempero agradável. Com a conclusão do pomposo prédio do novo hotel da cidade, o prefeito José Farias convida à senhora Júlia “Navio” para explorar o novo ponto.

O Grande Hotel era, também, o ponto de hospedagem dos inúmeros representantes comerciais e funcionários dos

governos federais, estaduais em viagens, do juiz de Direito Dr. Amauri e sua jovem esposa Criselita. Sempre cheio era um ambiente muito agradável, bem iluminado e de muito respeito. Porém, mesmo com a rigidez e disciplina das irmãs “Navio”, com tantos varões desacompanhados, não havia como não atrair as donzelas locais para as suas redondezas, como moscas que buscam o pote de mel. Orbitavam em pequenos grupos na calçada do hotel, sempre de braços dados, lançando olhares furtivos e soltando suspiros discretos quando conseguiam enxergar o partido desejado debruçado na varanda. As mais descoladas adentravam ao ambiente com a desculpa de tomar uma água, faziam-se de casa, sentavam nas mesas, mas qualquer vacilo na vigilância, de repente, desaparecia na escada, no rumo dos apartamentos. Mas, Nely vigilante e esperta, sabendo das intenções das ninfas, subia calmamente os degraus que dava no pavimento superior e com delicadeza retirava a invasora, ameaçando contar a invasão para o pai da ninfeta.

Nesta época as comunicações brasileiras ainda eram bastante precárias. Não havia telefone e a única forma de comunicação rápida, mas não imediata, era o telegrama Dos Correios e Telégrafos, que possuíam um sistema rudimentar de fiação sobre postes de madeira de uma cidade a outra. Para uso interno, o DNOCS, possuía um sistema mais avançado, via rádio amador que falava diretamente com a Diretoria Regional de João Pessoa.

A precariedade nos serviços das comunicações e o isolamento rodoviário, com estradas sem pavimento até Campina Grande, propiciaram a vários indivíduos, mal intencionados, a camuflarem seus estados civis e, sem o menor pudor se passarem por solteiros, conquistarem donzelas e engatarem namoros firmes, chegando até a

colocar anel de compromisso para ganhar a confiança, da garota e, da sua família. Quando descoberta a patuscada, muitas vezes com a chegada inesperada de mulher e um eito de filhos, injustamente, apenas a jovem era punida pela sociedade, pois segundo os padrões morais adotados na época, a jovem que tem reputação a perder, deveria tomar informações seguras, antes de ceder aos encantos de pretendentes desconhecidos.

Namoro com homem casado não tinha perdão! Quem vacilava, neste pecado, caía na boca do povo e virava “moça falada”, tornando-se imprestável para conviver no seio da sociedade. Imediatamente era segregada pelas outras famílias e até pelas amigas próximas, que evitavam o contato físico, pois quem encontrar-se naquela condição era como que tivesse acometida de uma doença contagiosa muito perigosa. Finalmente para alijar de vez com a sua reputação social, da jovem “falada”, esta recebia uma cartinha do clube municipal informando que sua presença não era bem vinda naquela agremiação.

Sem opção de conviver naquela sociedade perversa, restava apenas a opção de assumir a namoro clandestino, sujeitando-se a todo tipo de humilhação, ou mudar-se para o Rio de Janeiro/São Paulo, onde certamente encontrava casamento, já que naquelas plagas o preconceito da virgindade, há muito tempo havia acabado.

As obras físicas de uma barragem de terra são: escavação da fundação, elevação do maciço de terra e da parede de concreto ciclópico do sangradouro. Estes serviços se desenvolvem no próprio local do barramento, nas jazidas de matérias argilosos, areia e na pedreira para fornecer brita para o concreto.

Os serviços de fundação consistem em retirar, ao longo do eixo do maciço, todo material rochoso que apresente qualquer tipo de alterações (FOTO - 1), que possam permitir a percolação de água, seja de origem química ou fraturas tectônicas. Em outras palavras deve-se chegar à rocha sã. Obedecendo a estes critérios, estas escavações, ao longo do eixo principal mantêm largura constante, mas obviamente, profundidades irregulares, podendo chegar, em alguns pontos, a mais de 20 metros.

Uma parte deste serviço foi executada manualmente utilizando muitos homens (FOTO 2). Neste trabalho duro e insalubre houve um assassinato. Contam que um determinado capataz de campo, conhecido como José Chagas, tinha fama de muito violento e arrogante. Pela manhã quando tocava o sinal de iniciar os trabalhos, não gostava quando algum funcionário mais lento ainda encontrava-se na beira do fogo de trempe tomando o último gole de café. Sem respeito algum aos companheiros de trabalho, voltava falando todo tipo de impropérios e metia os pés nas vasilhas derramando seu conteúdo para apressar os atrasados. Na vez que o capataz incauto, usou deste expediente com o jovem Sebastião de Zé do Padre, não tirou a conta certa. Mais tarde, quando o capataz se encontrava despreocupado na borda da fundação com 20m de profundidade, o jovem veio sorrateiramente por trás e o empurrou para a morte.

O melhor material granítico necessário para concretagem foi localizado do outro lado da serra, na fazenda Oriente, mesmo tendo o inconveniente de trafegar por dentro do arruamento com caminhões fora de estrada. Areia tinha com fartura no leito seco do rio e o empréstimo de barro vermelho para sustentação do maciço foi localizado a cerca de 1 km nas proximidades do campo de pouso.

Com as leis de segurança do trabalho atuais seria impossível permitir o tráfego de veículos tão pesados por dentro de uma área urbana. Nestas condições seria necessária a construção de uma estrada específica, ou o fornecimento de pedra teria que ser outro, ou ainda, o tipo de veículo seria do tipo convencional, mas na época não havia preocupações com a segurança e, estes veículos, durante a obra do Açude de Sumé, causaram a morte de duas pessoas: uma ocorreu na descida da serra, onde faleceu o jovem Josafá, que viajava no compartimento de carga de um destes caminhões fora de estrada, pilotado por João Nogueira, que colide o veículo com uma pedra e em seguida capota.

O outro foi o filho do enfermeiro José Felinto, na jazida de barro. Contam que alguns operários amparavam-se de uma chuva passageira sob um destes caminhões grandes, quando outro tentou estacionar atrás, mas os freios não responderam a contento, tocando levemente o veículo da frente, que desengatou e saiu em disparada, esmagando um e ferindo outros.

Para fiscalizar o conjunto de serviços da obra, o engenheiro Carlos Humberto tinha a sua disposição uma camioneta Ford (FOTO 8), oito cilindros, preta, com o tradicional triângulo pintado nas duas portas, símbolo da repartição federal, novinha em folha, apelidada por todos de roquete e o motorista José Sarmiento, muito afamado, pela sua perícia ao volante e pelo tanto de poeira que levantava quando passava com tudo nos bairros de Várzea Redonda e Carro Quebrado.

Fora das suas viagens semanais rotineiras Sebastião Vitorino não gostava e não se interessava por viagens esporádicas e, quando solicitado, sempre indicava outro colega para fazê-la. Nas horas de folga, gostava mesmo era de

seu carteado, com os amigos, no cassino de Baé, cujo prédio era de sua propriedade. Quando o freguês insistia muito, muitas vezes porque o pagamento em para depois, costumava mandar outro motorista em seu caminhão e ficava curtindo o carteado.

Em um dia de folga foi convocado para pegar uma carga de tijolos na Olaria de José Antônio e o motorista que estava mais próximo foi Mario de Baé. Inexperiente e sem habilitação o condutor fez uma conversão à esquerda, logo após a passagem do riacho Pedra Cumprida, entrando para olaria, sem olhar pelo retrovisor, portanto não percebendo que a camioneta preta do DNOCS ia passando na lateral em desabalada carreira. O choque foi inevitável e os danos materiais no Chevrolet 1957, por ser maior e mais alto, não foram muito grandes, no entanto, a camioneta da repartição federal, acabou um lado inteiro. Nestes momentos sempre tem as pessoas que querem ver o circo pegar fogo e começaram a falar nas rodas de observação de acidente. “Eita o caminhão não tem razão! Fechou a camioneta! Certamente Sebastião Vitorino vai ter que vender o caminhãozinho velho para pagar os prejuízos do automóvel do governo, principalmente porque o motorista é desabilitado”. Outros lembravam que devido à gravidade da ocorrência, seria necessário passar um telegrama para os guardas de trânsito de Monteiro, para os mesmos comparecerem ao local do sinistro.

Chegando ao local as partes envolvidas no acidente, o motorista do caminhão, Mario de Baé, ainda quis argumentar algo em sua defesa, mas o proprietário, com sua humildade natural reconheceu, que a causa era indefensável para tamanha barbearagem e pediu para o jovem chofer ficar quieto. O engenheiro e chefe do escritório local do DNOCS, o

jovem Dr. Carlos Humberto, era um homem franzino, estatura mediana e modos simples e educados. Tinha muito conhecimento com proprietário do caminhão, das rodas de festas e noitadas do Grande Hotel. Calmamente, sem alarde nenhum falou para o dono do caminhão: "Isso não é local para resolver estes assuntos. Todo mundo já sabe das suas responsabilidades, vamos lá para o Grande Hotel para dispersar esta multidão". No hotel só falou assim: "cada um dos envolvidos conserte seu veículo". Apertaram-se as mãos e pronto!

Concluída a parede de terra e o sangradouro em 1962, o engenheiro chefe da construção transferiu-se para a residência do DNOCS, em Campina Grande, onde também militou como professor na faculdade de engenharia de Escola Politécnica de Campina Grande. Faltando, portanto a execução da parede horizontal do sangradouro, popularmente chamado de "escama peixe" para o seu parceiro Dr. Gerson concluir, mas devido à falta de verbas este serviço só foi executado no início dos anos da década de 70, por uma empresa contratada pelo DNOCS: Faulhaber Engenharia Ltda

Dr. Carlos Humberto tornou-se um filho adotivo desta terra, por propositura da Vereadora Rita Albino Rafael (Ritinha Leite). Muito justa a homenagem ao engenheiro que construiu o Açude, que mesmo depois de concluído o serviço virou um eterno apaixonado pela nossa cidade e, até meados dos anos 80 ainda vinha, toda eleição, religiosamente votar em Sumé.

No ano de 2003 encontre-o, já bem idoso, em uma repartição em João Pessoa. Identifiquei-me e conversamos longamente sobre suas peripécias juvenis. Em certo ponto do dialogo indaguei-o sobre o acidente do carro da repartição e o

caminhão de meu pai. Prontamente confirmou que se lembrava perfeitamente do ocorrido.

No início da década de 60 toda pavimentação em paralelepípedo existente compreendia as seguintes vias: Av. primeiro de abril, entre o posto de Neguinho Duarte e o Grande Hotel, a Av. Augusto Santa Cruz, entre a Alfaiataria de Antonio Josué e a boca do riacho Pedra Cumprida e mais as ruas Manuel Severo e Marciano de Oliveira, na parte que ligavam as duas avenidas principais.

Com grandes dificuldades na infraestrutura urbana, era comum funcionários do DNOCS conduzirem grandes máquinas pesadas para, por contra própria, executarem serviços de melhoria urbana nas ruas onde residiam. Antes da construção do perímetro irrigado a estrada para o distrito de Sucuru seguia pela Rua Manoel Severo, mas havia uma ladeira, com pequena extensão, mas muito íngreme, a partir da barbearia de Vicente de Oliveira. Toda segunda-feira, à tardinha, o divertimento da molecada era assistir a partida do caminhão de Aduino, com a carroceria lotada de feirantes, com destino a Sucuru. Com pouca força no motor e umas bicadas de aguardente na cabeça do motorista, nunca conseguia vencer a rampa de primeira. Sempre voltava duas ou três vezes do meio da ladeira e a meninada, em festa, gritava do lado “bota o cepo! bota o cepo!”. Esta história virou folclore por um tempo, em Sumé. Alguém que excedesse na bebida e trancasse o passo na via pública, poderia escutar anonimamente um “bota o cepo!”. Geralmente o embriagado não gostava e, revidava com um: “bota o cepo no rabo da mãe!”.

No fim dos anos 60, com o início da construção do perímetro irrigado, o escritório central do DNOCS foi transferido para o antigo vapor de algodão da família Severo.

Muitas casas de funcionários, também, foram construídas além do tope de ladeira da Rua Manoel Severo, e no alto de Sebastião de Jorge, onde havia grandes pedras no leito da rua dificultando a passagem de veículos. Visando melhorar o acesso para o novo escritório, o DNOCS deslocou tratores D-8, Pá carregadeira mecânica e varias caçambas para rebaixar a ladeira da estrada de Sucuru e retirar a maior parte das rochas graníticas do Alto Alegre. Estes serviços no leito das ruas de Sumé era um divertimento para a garotada. Observar o vai e vem do maquinário pesado, quebrando as pedras com seus poderosos escarificadores e a pá mecânica enchendo as caçambas de detritos.

Neste dia junto com os colegas: Dirceu de Raimundo Sabiá, Danda de Judite, Cícero de D. Zefa e outros estávamos muito próximo do maquinário e, por pouco não fui uma vitima fatal: um caminhão levantou a caçamba, quando estava em movimento e, esta atingiu a rede elétrica, partindo três cabos que caíram cuspindo fogo pertinho dos meus pés. Apenas eu estava na calçada estreita! Fiquei preso entre o meio fio e fachada das casas da Rua: João Pereira de Amorim, que tem cerca de 1,20m de largura. Ainda hoje os cabos estão com a mesma emenda. (FOTO 1).



Foto 1 – Rua João Pereira de Amorim, os cabos da Energia ainda tem a mesma emenda. Fonte: Acervo do autor.

Vi a morte de muito perto, na hora fiquei muito assustado, mas já que não morri, nunca falei esta aventura para minha mãe, temendo que mais nunca pudesse sair de casa para qualquer brincadeira.

Quando a ponte da BR 412, em Sumé, caiu à cidade ficou sem água nas torneiras. Então o DNODS adaptou um tanque em um velho caminhão para abastecer as residências dos seus funcionários.

Desde sempre cursei o primário com José Ivan de seu Ramiro Marchante, e, um dia, quando estávamos no terceiro ano, por volta das quatro da tarde, de repente, chega à porta de nossa sala, Dirceu de Raimundo Sabiá, outro colega da rua, e sem pedir nem licença para a professora, faz o seguinte anúncio: “Zé Ivan, o caminhão da água do DNOCS, faltou freio, entrou em tua casa e matou a tua irmã”. Foi uma comoção total na sala! Pense numa pessoa boa de dá notícias! Mesmo sem acabar o horário todos os alunos foram liberados e fomos todos observar o acontecido.

No início da década de 70, o DNOCS que tanto serviços prestaram ao Nordeste brasileiro, tinha perfeitas condições de tocar as obras do Projeto de Irrigação de Sumé (PIS), mas foi criminosamente sucateado pelo governo. Não renovou o maquinário obsoleto e o corpo de funcionários experientes foi transferido para Campina Grande, apenas para cumprirem expediente burocrático interno, até chegar à aposentadoria.



Fonte 1 e 2 - Escavações das fundações ao longo do eixo da barragem observam-se três dragas e tubulações para bombeamento.

FONTE:Acervo particular de Maria de Lourdes Machado.



Foto 3: Trator de esteiras sem hidráulicos, todo movimento de levantar e baixar a lâmina é feito por um sistema de cabos de aço e pelo próprio peso da lâmina. FONTE: Acervo particular de Maria de Lourdes Machado.



Foto 4: Motoniveladora sem hidráulicos, máquina muito importante no espalhamento do maciço de uma barragem.
Fonte: Domínio público.



Foto – 5: Escavadeira (draga) totalmente comandada Por sistemas de capos de aço. Agilidade no carregamento de caminhões fora de estrada.

Fonte: Domínio público.



Foto 6 – Caminhão Euclides fora de estrada. Importante equipamento no transporte de materiais a granel – observa-se que são veículos para pequenas distâncias pois não possuem suspensão no eixo traseiro.

Fonte: Domínio público.



Foto – 7 e 8: Caminhão Euclides tipo carreta sem cabine.
FONTE: Acervo particular de Maria de Lourdes Machado



Foto 9: Bar e Restaurante de D. Dasdores nos dias atuais.
Fonte: Domínio público.



Foto – 10: Grande Hotel nos dias atuais.
Fonte: Domínio público.



Foto 11: Ford 1960 – Oito bocas apelidada de roquete.
Fonte: Domínio público.

CAPÍTULO VI

AS ZONAS BOEMICAS DE ANTIGAMENTE

O casal Ana e Zé Pateca, até onde sei, foram os fundadores da primeira Zona Boemia de Sumé. Ela era uma mulher muito magra, falastrona, usava sempre uma saia comprida, cambitos finos, cabelos lisos sempre bem esticados para trás e preso por frisos na lateral da cabeça, deixando a mostra sua frente quadrada e máscula.

Era um casal amoroso, onde estava um, podia procurar o outro. Com o desenvolvimento da cidade, com a construção do açude, aumento da clientela, novas mulheres foram arregimentadas para reforçar a casa noturna, que na verdade era um casebre de pau a pique com um salão pequeno para dança e botequim, circundados por quartos, com portas e janelas com brechas de uma polegada, sem nenhuma privacidade para os clientes. Mobiliados apenas com um catre de umburana com lastro de tiras de pneus, uma bacia de ágata fixada em uma estrutura de madeira e um pote com água.

Entre as novatas apareceu Lolita, (se o nome estiver errado alguém me corrija, por favor), morena alta, cabelos crespos, pernas grossas, ancas largas, seios fartos, sorriso encantador e olhos castanhos. Com tantos atributos, a ninfeta imediatamente chamou a atenção do dono do cabaré, que não teve dúvida em mudar de companheira.

Ciumenta e valentona, Ana Pateca percebeu logo que a contenda teria que ser resolvida em outro campo, já que no campo dos encantos femininos não dava para concorrer. Não deixou barato e, de faca em punho investiu sobre a concorrente, mas graças a deus apareceu à turma do “deixa

disso” e, finalmente ninguém saiu ferido. Tudo ficou resolvido com algumas horas em uma cela da cadeia pública e alguns conselhos do delegado.

Destemida e disposta para trabalhar, Ana pegou seus pertences e instalou-se a 150m do antigo estabelecimento. Fez um salão para dança maior e mais confortável para os clientes. Decorou as paredes com pinturas carnavalescas e o teto enfeitado com bandeirolas, mas não teve condições de construir quartos para encontros íntimos, mesmo que fosse de pau a pique e com brechas nas portas e janelas, como no de seu desafeto e concorrente. Portanto, tornava o seu estabelecimento mais fraco, já que não tinha condições de abrigar mulheres. O forró animado pelo sanfoneiro de Monteiro, Antonio Benedito, era de primeira, mas os encontros íntimos teriam que ser mesmo nas barrancas da serra, sob o brilho das estrelas e da lua clara.

Zé Pateca era um sujeito magro, bigode e barbicha rala, gostava de chapéu da aba curta, fala mansa, meia altura, corpo esguio, amante de caçadas, pescarias e não gostava de ingrisias. Depois do desentendimento com sua ex-companheira era tratado por esta de “goleta do inferno”. Morando quase de frente uma da outra, as mulheres viviam em eterna guerra, mas Pateca não dava bola, queria mesmo era curtir sua morena das pernas grossas, a qual, desde o dia da rusga era tratada por Ana Pateca, mesmo gozando de boa saúde, como: finada Lolita.

A concorrência entre as duas casas noturna inimigas era ferrenha. Tudo que uma inventava para atrair mais clientes, a outra imediatamente, também, fazia a mesma coisa para não ficar por baixo.

Nas segundas feiras e, principalmente, nos dias do pagamento do DNOCS, as casas recebiam reforço de três

rurais lotadas de mulheres de Monteiro e o forró comia solto. Os cavalheiros que dançavam, sempre com uma faca de sete polegadas na cintura, batiam em retiradas para esconder a arma no mato, quando o carro com polícia aparecia. Faziam uma revista, passava um tempo observando o movimento, prestando atenção em um bêbado mais esquentado e, para não perder a viagem levava-o para passar a noite no xilindró curando o pileque.

Os desentendimentos mais comuns partiam de algo que não tinha a menor lógica: algumas mulheres que moravam naquele ambiente, se diziam amasiadas com um determinado fulano, no vocabulário da zona, diziam: “estou gostando de fulano de tal”. Este muitas vezes não tinha nem condição de sustentar a si próprio e, mesmo assim, proibiam a mulher de qualquer relacionamento com outro homem. Nesta situação como poderiam sobreviver? Com certeza era para morrer de fome! Quando encontrava a mulher pelo menos olhando para outro a rusga começava e terminava com as peixeiradas.

Terminado a ronda o capitão PM e delegado liberava a soldadesca para tomar o rumo de casa. Mas nem todos iam para suas casas! Alguns destes agentes de segurança pública mantinham relacionamentos amorosos secretos com mulheres da zona boêmia. Sorrateiramente voltavam para os braços da amada, depois que estas já haviam atendido os vários clientes naquela noite. O delegado zeloso com a conduta da tropa, não gostava deste procedimento. Julgava que esta atitude, muito estreita, com as mulheres da noite enfraquecia a autoridade. Portanto, todos seus comandados estavam cientes da determinação do chefe. Mesmo assim um soldado apaixonado continuava desobedecendo as suas ordens e mantendo um relacionamento amoroso com

Margarida, uma mulher da zona boêmia. Chateado com a burla de suas ordens o capitão PM organiza uma patrulha secreta e flagra o tal soldado embriagado, altas horas da madrugada, em roupas menores e ainda por cima a jovem fazendo evoluções militares, vestida com o jaleco e o quepe da briosa. Não teve perdão! O soldado namorado foi transferido imediatamente!

No carnaval saía o bloco das meninas de Zé Pateca, sempre com mais componentes, mas o bloco de Ana, embora de menor porte, também botava para quebra com sanfoneiro importado de Monteiro.

Sempre no meio da semana Ana Pateca vinha fazer compras em nossa bodega, que por sinal era bem distante do seu estabelecimento. Muitas pessoas, principalmente as mulheres casadas descriminavam esta guerreira de sexo, como que estivessem contaminadas por uma doença contagiosa, negando-lhes uma mínima conversa. Minha mãe falava que atendia a qualquer pessoa em seu balcão do mesmo jeito. Fosse quem fosse! Desde que não faltasse com respeito!

Na nossa cultura da época, criança não daria opinião em conversa de adulto, em hipótese nenhuma.

Certa vez presenciei um relato de Ana Pateca, encostada em nosso balcão.

- Dona Florisa a senhora está sabendo que o frio em São Paulo esta de matar até sapo e jia?

- É o que o povo todo anda falando, por aí. Dona Ana.

- Pois minha filha, ontem eu peguei no meu rádio, já altas horas da noite, que o frio em São Paulo está tão grande, que um homem morreu congelado, de pé em uma esquina.

Eu com cerca de 10 anos estava com muita vontade de

dizer que não acreditava naquela história, mas não estava nem louco de intervir em uma conversa de adulto.

Continuando completou a patranha. Firmou-se de pé, endureceu os braços magros, esticou bem o pescoço inchando bem a veia aorta e aboticou os olhos, tudo para imitar bem a cena que havia escutado no rádio.

- Ele estava deste jeito em uma esquina do bairro do Brás. Tu sabe né Mulé! Em São Paulo o povo é muito ocupado, não é como aqui que o povo não tem o que fazer! Pois já fazia três dias que o infeliz estava naquelas condições, até que apareceu um curioso e bateu nos ombros dele. O homem caiu feito uma pedra de gelo no chão.

Eita radinho, sem vergonha e mentiroso!

As casas da zona boemia eram, nesta época, bem afastada da cidade, cercada por mato e grandes blocos de pedra, que um dia foi rolado das serras, a qual, também, ficava bem próxima. Estes matações dispostos aleatoriamente eram a trincheira usada pela molecada para observar o movimento sem serem vistos. Desta posição privilegiada observa-se todo movimentos, inclusive os cidadãos muito bem casados, que não perdiam a missa matinal dos domingos acompanhado de toda família, mas também não falhavam no cabaré. Espertos, resolviam sua situação bem rapidamente e, às dez da noite já estavam em casa rezando para dormir.

No pé da serra, local isolado, cercado de mato, havia uma cancela fiscal, um posto de combustível e um dormitório/restaurante, praticamente abandonados, que foi arrendado por Antonio Azul e sua companheira Dona Moça. Abriram mais uma área boemia, logo apelidada, pelos mancebos, de “Cara Preta”.

Local de parada obrigatória para todos os caminhoneiros para dar visto nas notas fiscais. Em pouco

tempo virou o “point” alegre da cidade, e, por um tempo apagando significativamente o movimento do Alto Alegre, principalmente depois do falecimento precoce, de causa natural, primeiro de Lolita e mais tarde de Zé Pateca, quando este já era companheiro de Maria de Tranquilino, que continuou com o negócio. Pateca foi homenageado em uma música de Raimundo Sabiá que tem o seguinte refrão: “Porque Zé Pateca Morreu, e faleceu!”

Muitos casos de tentativa e assassinatos aconteceram nestes locais, mas o que chocou mais a cidade foi o assassinato de uma moça jovem chamada de Ester.

Tururu era o apelido de um garoto gordo de cabeça afunilada, olhos tristes esbugalhados, lábios caídos, sempre com a camisa encardida e molambenta, apenas com o último botão fechado, na altura da cintura, deixando sua barriga redonda sempre a mostra, perambulava pelas ruas de Sumé. Nunca soube quem eram seus parentes, nem seu nome oficial. Ganhou esta alcunha pela gordura precoce e a semelhança com o enfermeiro do hospital, que tinha este mesmo nome. Apesar de não ter defeito físico nenhum aparente, mas devido ao seu peso exagerado, locomovia-se com dificuldade, o que certamente o incapacitava para o trabalho braçal pesado. Era tido como uma boa pessoa e gozava da confiança de todos. Na adolescência sobrevivia fazendo pequenos mandados, mas quando chegou à maioridade afastou-se das famílias que sempre o acolhia, e, foi prestar seus serviços as mulheres da zona boêmia.

Ester era uma moça branca, porte atlético, cabelos pretos lisos com mechas claras, com corte à Chanel, cílios longos circundando seus olhos negros redondos e lábios

carnudos sempre exibindo batons de cores fortes. Disputada pelos homens mais abonados do lugar, obviamente causando ciúmeira, nas colegas, e nas senhoras casadas, que viam seus esposos entortarem o pescoço para lançarem um olhar libidinoso, quando a ninfeta desfilava pela cidade. Seus modos finos e educados denotavam a sua origem da classe média interiorana. Por algum motivo havia fugido de sua casa, que ficava na cidade de Pesqueira, ou Belo Jardim, não tenho bem certeza. Várias vezes sua família tentou resgatá-la desta vida de prostituição, mas não obtiveram sucesso.

A convivência, no mesmo espaço, destas duas figuras, por volta dos anos de 1971/72, redundou em uma grande tragédia.

Tururu fazia todos os tipos de mandados e afazeres domésticos das mulheres da casa noturna, inclusive os de Ester. Certa vez houve um desentendimento na prestação de um destes serviços, e a moça não ficando satisfeita, resolveu, junto com outras, aplicarem-lhe uma surra. Devido a sua condição obesa, na hora, não esboçou nenhuma reação.

Mesmo para as mulheres veteranas a vida na zona boêmia, não é fácil! Deitar-se, na mesma noite, com vários homens, de cara e espírito limpo. É difícil de encarar! Portanto, a maioria das profissionais do sexo, daquela época, recorria à ingestão exagerada de bebidas alcoólicas, para enfrentar aquela dura rotina.

Na madrugada seguinte a surra, Ester teve uma noitada pesada. Finalizada a função noturna, muito embriagada, não se recolheu aos seus aposentos. Deitou-se

na calçada alta do cabaré, sob o relento frio da madrugada. Magoado pelas bordoadas que havia recebido no dia anterior, Tururu armado de uma pequena faça peixeira, aproveitando-se da embriaguez e do sono pesado de Ester, aproxima-se sorrateiramente dela e aplica-lhe uma estocada na região do pescoço, atingindo a veia aorta. Socorrida às pressas para Monteiro, não resistiu ao ferimento, falecendo naquela cidade. O assassino frio, sabendo da sua condição de mobilidade, não tentou fugir. Foi direto para a delegacia, acordou o plantonista, entregou a arma ensanguentada, contou a história e foi trancafiado.

A cidade acordou com a notícia deste triste acontecimento! No tempo que não havia telefone, não tinha como obter notícias da vítimas. A angústia pela falta de informações, só foi quebrada, quando de repente, por volta das nove da manhã, surge uma rural com a porta malas aberta, o corpo de Ester estirado e Maria de Tranqüilino, dona do estabelecimento, sentada do lado debulhando-se em lágrimas. Uma cena fortíssima que comoveu toda cidade! Até as senhoras da sociedade, que outrora se sentiam enciumadas com a beleza de Ester, exibida no boulevard graciosamente, decretaram uma trégua. Abaixaram a bandeira do preconceito e ergueram a bandeira da solidariedade feminina. Em romaria visitaram a esquife da messalina assassinada, velada nas dependências da casa noturna.

Este foi o maior ato de solidariedade feminina que presenciei na vida!

CAPÍTULO VII

PAU DE ARARA

Na segunda metade dos anos cinquenta, era dourada do governo de JK, o qual abriu estradas no Brasil em todos os sentidos, projetou e construiu Brasília. No vácuo deste desenvolvimento econômico, a pequenina Sumé tornou-se uma praça de caminhoneiros que transportavam cargas para todo o país, principalmente para o estado São Paulo.

Neste momento, Sebastião Vitorino possuía seu Crevrolet 1946, que mesmo já com mais de dez anos de uso, nas subidas das ladeiras, deixava caminhões mais novos para trás, o que lhe rendeu, entre os motoristas, o apelido de “Piaba” (FOTO 1). Muito valente, mas com esta idade não era prudente arriscar grandes viagens, como os demais colegas que partiam mensalmente, em caravanas, para São Paulo, sempre capitaneados por Antônio do Óleo, cidadão pernambucano, mas há muito tempo radicado em Sumé, que na época, agenciava a venda de caminhões novos.

Como diz o dito popular: “A propulsão do desenvolvimento é a coragem e impetuosidade da juventude”. Mesmo Sebastião Vitorino, sempre muito sensato e comedido na sua madureza, um dia também foi jovem e, como todo jovem, quis correr o mundo e viver aventuras. Sonhava em sair e chegar naquelas caravanas glamorosas com mais de dez caminhões em fila, com cargas altas exibindo o emblema da Rodoviária Estrela do Norte na lona. Imaginava-se participando das aventuras das estradas lamacentas de Minas Gerais, da travessia da balsa do rio São Francisco e dos chamegos da Rio Bahia. O desejo de lançar-se mundo a fora era muito forte e, sem prestar muito atenção nas

consequências, um dia fechou negócio com Antonio do Óleo em um Chevrolet 1957, novo zero, no valor de Cr\$ 5.625.000,00 (cinco milhões, seiscentos e vinte e cinco mil cruzeiros). Entrando o seu “Piaba” por Cr\$ 1.125.000,00 (um milhão e cento e vinte mil cruzeiros), 20% da transação, e o restante em 30 prestações mensais de Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros). Toda negociação foi processada praticamente sem o conhecimento de Dona Florisa, que embora não entendesse de caminhão, percebeu que o marido havia entrado em uma armadilha, a qual poderia resultar na perda do seu instrumento de trabalho. Reclamou até o fim da vida! “Tinha em minha mente que com o caminhãozinho velho, ele em pouco tempo compraria um novo sem aperreio” Sempre repetia esta frase.



Foto 1: Chevrolet 1946, O Piaba Bezouro e Sebastião Vitorino.

Fonte: Acervo particular do autor.

Feita a negociação partiu euforicamente para Campina Grande, que neste tempo não possuía indústrias. Era apenas

um entreposto de mercadorias, principalmente de sal e açúcar, que eram enviados para Jequié e Vitória da Conquista no estado da Bahia. Para completar a viagem, até São Paulo, aventuravam uma carga em Minas Gerais de derivados do leite. Praticamente não existiam cargas diretas para São Paulo, pois o estado da Paraíba, ainda era apenas um estado consumidor.

Em pouco tempo percebeu que o glamour das viagens longas acabava-se quando a caravana dava à última buzinada na hora da partida. Depois tudo era só sofrimento: preocupações, sono, sujeira, estranhos por todos os lados, solidão, atoleiros, onde muitas vezes, passava-se quatro dias e quatro noites isolados nas estradas esquisitas enfrentando todo tipo de privação, fora a chateação com as fiscalizações da carga e do veículo.

A produção econômica do Brasil, ainda hoje, é praticamente toda transportada pelo modal rodoviário, o que torna esta atividade muito sensível as variações sazonais e econômicas. Um espirro na economia gera imediatamente uma pneumonia no setor de transporte rodoviário.

Com a prestação bafejando no cangote, Sebastião Vitorino, todo mês, tinha que completar uma viagem a São Paulo, de qualquer maneira, porém em época de seca, como no final do ano de 1958, com grande queda na atividade econômica e quebra na safra de açúcar na Várzea paraibana, não havia cargas, nem de sal, para lugar nenhum.

“O nordestino é antes de tudo um forte”, citação perfeita usada por Euclides da Cunha, no livro os Sertões, para definir a garra e o amor deste povo pela sua terra. Dois anos seguidos com chuvas fracas não os amedronta, nem é motivo para abandonar o seu torrão, mas as precipitações pluviométricas nos anos de 1956 e 1957 foram muito abaixo

da média e, todas as esperanças estavam agora voltadas para o ano de 1958, mas passaram-se os meses de março, abril e maio, período esperado para as chuvas, sem pingar no Cariri paraibano. Em setembro não havia mais água nas cacimbas, cavadas no leito seco dos rios e os fazendeiros para não perderem o rebanho, soltaram o gado magro dentro dos roçados de algodão para roerem os últimos galhos secos do “ouro” branco, cultivados no sistema de “meeiros”, acabando de vez com a última esperança de trabalho de moradores e agregados das fazendas. Sem mais alento nenhum abandonam suas moradas enchendo estradas e cidades de retirantes famintos.

Ouvi várias vezes minha mãe contar a história que um dia temperou uma galinha, mas não tinha um litro d’água água para a cozinhar. Valeu-se de uma prima, que lhe informou onde tinha uma cacimba com água boa, mas foi logo avisando que mostrava o local de longe, pois o dono do terreno não gostava que as pessoas da rua pegassem água na sua cacimba. Destemida respondeu que iria sozinha. No local quando estava com a lata cheia, chegou o proprietário um pouco alterado, e falando alto.

- Quem lhes deu ordem para apanhar água na minha terra?

- Meu senhor! Estou com minhas crianças sem almoço! Outra vez, posso morrer de sede, mas não venho mais buscar não. Agora esta aqui, vou levar de qualquer jeito!

Sem chuvas não existe trabalho na agricultura de subsistência e o Nordeste seco é inclemente com seus filhos, empurra-os compulsoriamente para o Sul Maravilha.

O sertanejo que, neste momento, ainda possuísse algum animal, carro de boi encardido, ferramenta de trabalho, espingarda de caça, cela e arreios de montaria, sem

mais opção de sobrevivência, vendia-os para comprar uma passagem de ônibus para São Paulo. Os mais desvalidos não tinham este luxo e perambulavam nas portas dos patrões, familiares e do prefeito para conseguir uma passagem nos caminhões pau-de-arara, que chegavam a se arrastarem até por 6 dias até alcançarem a capital paulista.

Sem cargas para sair da Paraíba, Sebastião Vitorino, também, aderiu a tentação de fazer um pau-de-arara (FOTO 2) na carroceria de seu caminhão e levar 38 almas corajosas, por um quarto do preço da passagem de ônibus, até São Paulo.



Foto 2: Caminhão Pau-de-Arara.

Fonte: Domínio público

A tarefa de angariar os passageiros, cobrar as passagens confiou ao, também motorista, Caboclo Sabiá, que nas horas de lazer fazia-se de mudo, e, quem não o conhecesse acreditaria que realmente nunca tinha falado.

Concluída a venda das passagens e construída a capota de madeira, com seis bancos de aroeira atravessados na carroceria de madeira, a partida foi marcada a para a próxima terça-feira, estrategicamente após o dia da feira, bem cedinho para aproveitar bem o dia, já que o condutor não pretendia

rodar a noite, transportando carga humana. Não era permitido, nem seguro.

Arrumar a carga não era tarefa fácil! Cada passageiro conduzia, no mínimo, uma maleta de couro revestida com uma capa de pano de saco, ou um matulão de roupas, mais um saco com a boia para seis dias de viagem, contendo: farinha de mandioca, pó de café, galinha torrada, carne de charque, ovos cozinhados, batata doce in natura, etc. Como não havia compartimento específico para as bagagens, todas as tralhas haveriam de ser acomodadas sob os bancos de madeira, diminuindo ainda mais o espaço para esticar as pernas dos viajantes. Depois de todos tomarem seus lugares nos assentos duros, seis em cada banco, formando um verdadeiro poleiro de aves emparelhadas, o motorista ligou o motor, deu uma buzina longa e saudosa, todos fazem o sinal da cruz e começa a deslocar lentamente o veículo.

Debaixo da capota de lona, homens durões acostumados com trabalho severo de sol a sol, pegar boi até à unha, assar troncos de mandacarus e xique-xique para matar a fome do gado, nada disso era capaz de amolecer seus corações. Porém, quando a chuva não vem e a fúria da natureza torna o mundo cinzento, não há mais outro meio, senão abandonarem seu torrão natal e fugirem da seca e da fome inclementes. Involuntariamente deixam suas amadas namoradas, esposas e filhos, para um mergulho no escuro nas terras entranhas do “sul”. Na hora da despedida, com nó garganta e o coração em pedaços, discretamente enxugavam uma lagrima teimosa, com a ponta da gola da camisa.

Os mais jovens para aliviar a dor e a saudade, passaram a noite em vigília bebericando, e, na hora da partida, embriagados gaiatamente gritavam: “Ou saudade de São Paulo!” Na calçada alta do restaurante de Dona Ernestina,

mulheres e crianças, em prantos de morte, acenavam chapéus e lenços, acompanhados de um: “Vai com deus”, “Deus acompanhe a vocês todos”, até o carro sumir na poeira da estrada e vencer a primeira ladeira da longa viagem até São Paulo. As duas vagas da boléia foram reservadas para duas mulheres “solteiras”, que para não levantar suspeitas nas esposas dos motoristas, embarcaram na caravana depois da ladeira do cruzeiro.

Carga viva não é brinquedo, principalmente para quem estava acomodado, na carroceria, após os pneus traseiros. Era preciso ter boa saúde para suporta o balanço dos órgãos internos e a pressão constante na coluna cervical.

No segundo dia de viagem em diante ingerindo galinha torrada e ovos cozinhados, já azedos e com os solavancos da carroceria na estrada de barro irregular, a comida não conseguia parar dentro do estômago. De vez em quando os motoristas eram surpreendidos com toques sobre a cabine e os pedidos de: Para!, Para!, Para! Tem um aqui vomitando, ou sujando as calças.

Os motoristas que trabalhavam o dia inteiro e alguns passageiros mais abonados, à noite, arranchavam-se em pousadas modestas na beira da estrada, que ofereciam redes e lençóis limpos. Os demais viajantes estiravam suas redes ao redor dos grampos da carroceria do caminhão, sob o lastro, dentro da empanada de lona, no chão e até em árvores. Compravam pão, faziam fogo, passavam café, cozinhavam batata doce, assavam carne de sol que comiam com farinha de mandioca seca, e, depois tomavam aguardente para embriagar o carpo na esperança de combater a fome, o frio e a saudade.

No estado de Minas Gerais, em muitos trechos da BR Rio Bahia, já tinha asfalto, mas também tinha guarda

rodoviários que não gostavam de caminhões pau-de-arara. Próximo da cidade de Teófilo Otoni, colegas caminhoneiros viajando em sentido contrario, alertaram que o guarda de plantão, no próximo posto de fiscalização, era muito duro, não aceitava bola e, com certeza, ia multar e prender o caminhão infrator. Sebastião Vitorino, comedido e calculando o impacto da multa no seu orçamento, pensou logo em pernoitar e esperar a mudança no plantão, mas o Caboclo Sabiá relutou e falou que a viagem já estava atrasada: “deixe comigo que não vai ter multa não”. Assumiu o volante da viatura e tocou até o posto de fiscalização. Tardinha nublada batia uma rajada de vento gelado, portanto era improvável que algum guarda se dispusesse a enfrentar a cruviana para fazer uma multa. Engano! O homem era mesmo um obstinado. De dentro do posto o guarda enxerga o pau-de-arara lentamente aproximando-se. Enrola-se no seu capote de felpo, dirige-se para o meio da pista e, com o gesto característico mandou que o carro parasse no acostamento. O Sabiá desceu do carro imitando um mudo e ainda por cima aleijado de uma perna. Fez tanta confusão, aperreou tanto o guarda, que para se ver livre da situação vexatória, acabou liberando o veículo sem multa, para alegria de todos.

O último pernoite foi premeditadamente agendado para a vizinhança de Aparecida, no estado de São Paulo, à cerca 30 léguas do destino final, justamente para calibrar a chegada à cidade grande durante o dia para facilitar a vida dos viajantes. Nesta noite o caminhão estacionou no posto para abastecer ainda com a luz do sol. Depois parou em frente a uma pousada, onde já se encontravam outros caminhões pau-de-arara.

Os motoristas e as duas mulheres entraram no restaurante e tomaram assento em uma mesa e, observaram

que quase todos os passageiros permaneciam empoleirados na carroceria. “O que será que houve com eles Caboclo? Vai lá ver”, indagou o proprietário para seu colega de viagem. Com um pouco volta com a notícia que não iam descer porque não havia mais o que comerem. “Não vou permitir que passem fome em minha presença”. Replica o dono do carro e chama o mineiro, dono do estabelecimento e autorizou que fizesse um prato de comida reforçado para todos, mas não servisse bebidas alcoólicas. Todos encheram a barriga, estiraram suas redes e caíram nos braços de morfêu até às quatro da manhã quando foram acordados para reembarcarem.

Viajando apenas durante o dia, sob pesadas chuvas na travessia do estado de Minas Gerais, enfrentando atoleiros gigantescos e passagem de rios em balsas, venceram as 430 léguas (2600 km) de distancia, em sete dias, um a mais do que o previsto.

Sob a empanada do pau-de-arara os viajantes estropiados e sujos, já não cheiravam bem. Praticamente sem mudarem a roupa de baixo e o último banho foi em uma bica em Jequié na Bahia.

A grande maioria jamais tinha estado em uma cidade grande. Avistaram no horizonte os prédios altos da capital bandeirante despontando dentro das nuvens, sob uma garoa gelada, em uma visão destorcida e quase fantasma. Muito frio para aquela leva de paraibanos! Sem roupas adequadas para tal temperatura, batiam os queixos de frio, encolhiam os membros como bicho acuado. Enrolavam seus lençóis sujos e rotos em volta do pescoço, da cabeça e sobre os ombros, mas mesmo assim, pouco adiantava. A sensação era que tudo estava embebido em água gelada.

À medida que o veículo adentrava a grande metrópole brasileira, com os bueiros das fábricas cuspidos fumaça densa

poluindo o ar formando uma bolha isolante térmica. Nestas condições, a friagem das camadas superiores da atmosfera, tem dificuldades de penetrar e a temperatura no solo aumentava, para alento dos viajantes, que agora, mais confortáveis, se arriscavam a levantar um braço para apontar as novidades avistadas: um prédio mais alto, semáforos, guardas fardados controlando o trânsito, ônibus elétrico, vai e vem de pessoas apressadas, casas e bangalôs muito bonitos sempre cercados de flores e muitos automóveis de passeio entupindo as ruas, deslumbravam a todos.

No final da manhã a caravana aporta no bairro do Brás, ponto final da viagem, mas para alento dos viajantes não estão sozinhos naquela empreitada. Pau de arara de várias cidades nordestina, também, despejavam seus passageiros nas calçadas do Brás, entre transeuntes, engraxates, camelôs, agenciadores com placa de oferta de empregos, de comida e até de banho quente, etc.

Um moleque gordo com uma placa nas costas gritava freneticamente: “Banho quente ali na esquina 1,00 cruzeiro. Sujo ninguém arruma emprego!”, outras placas ofereciam emprego para homens fortes no Porto de Santos, ou para a indústria Matarazzo.

Para quem tinha algum parente na cidade, restava agora a odisseia de encontrá-los, mas para a grande maioria o pior daquela aventura insana, ainda estava por vir. Sem recursos e, até o saco com de farinha seca já estava exaurido, com frio e com as malas e matulões jogados sobre a calçada fria, o desafio agora era encontrar algum serviço decente.

O caminhão vazio dá partida e deixa para trás os viajantes sujos e desnordeados. Agora, nestas plagas, não serão mais reconhecidos como paraibanos. Em pouco tempo perceberão que as expressões nordestinas, mais gostosas de

pronunciar: “Oxente” e “Viximaria” serão proibidas até entre os próprios conterrâneos. Todo nortista ali é apenas um “baiano” e tem a cabeça é chata.

Região de clima frio e costumes herdados dos países europeus católicos: Portugal, Espanha e Itália, onde a maioria dos homens, mesmo os mais humildes, envergava paletós, gravatas e mantinham os sapatos sempre bem lustrados. Vestidos com camisas de chita fina, toalha de pano de saco encardida sobre o pescoço, alpercatas de couro cru com rabicho nos calcanhares, os grupos forasteiros destacavam-se na cena urbana corriqueira da maior metrópole brasileira.

Assustados com o choque cultural, ao perceberem o caminhão afastar-se, lançam um olhar saudoso para a traseira do veículo, como que pedindo para que aquele transporte familiar não os abandonasse naquela selva de pedras, mas em poucos segundos o caminhão some entre os muitos automóveis da via apagando a última imagem que ainda os ligava a sua cidade natal: A placa do veículo: SUMÉ-Pb 2-48-85 (FOTO 3).



Foto 3 – Chevrolet 1957 – Placa: Sumé 2-48-85

Fonte: Acervo particular do autor.

Despachada a carga humana, o proprietário do veículo e seu acessou Caboclo Sabiá, dirige-se para a casa de sua tia e sogra, no bairro de Vila Maria, que há muito tempo residia na capital paulista com sua filha Adalgisa, para entregar as iguarias do Norte: duas garrafas de manteiga, enviados por sua esposa Florisa para a mãe e irmã.

Entregue a encomenda, aceitou um lanche: café, bolo de chocolate e queijo de minas, enquanto dava as notícias de todos familiares e conterrâneos. Há mais de um ano, todos os meses, quando chegava a São Paulo, cumpria este ritual. A avó queria saber dos netos e da filha que não via há mais de cinco anos. “Estão todos bem tia Rita, os meninos todos estão com saúde, graças a deus e Florisa, também está bem, tirando o ciúme, tudo está muito bem”. Fez este comentário tentando receber apoio da tia, mas com autoridade de tia e sogra responde: “Deve ser porque tu és muito Santo”.

Na saída recebe da prima e cunhada Adalgisa um pacote bem grande. “Esta encomenda é um casaco de frio vermelho, muito elegante, para Florisa, cuidado para não amarrotar na viagem. Dentro vai a foto das minhas crianças: Vera e Toninho”.

A transportadora Rodoviária Estrela do Norte localizava-se, também, no bairro de Vila Maria e no finalzinho da tarde, ainda, foi possível marcar a vez e desfazer a empanada da carroceria do caminhão.

Tempos bicudos, e muitos caminhões na porta da transportadora, alguns já com mais de quinze dias aguardando carga. Entre os motoristas corria a notícia que havia uma carga que ninguém estava disposto a aceitar. Agoniado com o dia de pagar sua prestação, Sebastião Vitorino, perguntou para onde era esta carga, que ninguém se dispunha a transportá-la. Pensou: “Deve ser para perto do

inferno!", mas mesmo assim indagou o chefe da inspeção, que respondeu como locutor de resenha técnica esportiva: "Teresina Piauí. Uma apanha e uma só entrega, carga à meia altura, só de tampa de garrafa. Vai direto para a fábrica de cajuína, frete todo no destino".

Já tinha ouvido falar muito na "rádio estrada" que Teresina-PI, era muito quente e ficava em um lugar muito longe e que a estrada era ruim, muitos atoleiros e esquisita. Sabia que tinha de ir até Salgueiro no Pernambuco, pela BR 116 e depois rodar mais 100 léguas no rumo do poente. Eita que sinuca de bico! Ficar esperando um frete para um local mais conhecido, certamente iria atrasar sua prestação, a qual fazia questão de pagar religiosamente em dia. Enfrentar 100 léguas em estrada desconhecida, também não era nada agradável. Duas noites dormindo na boleia de seu caminhão teve pesadelos com o dia do vencimento da "letra". Entre atrasar o pagamento da sua prestação e as dificuldades e perigos de viagem para uma terra desconhecida, resolveu ficar com a segunda opção. No terceiro dia de angustia tomou coragem e apresentou os documentos para carregar para Teresina.

Carga baixinha, pouco acima o gigante da carroceria, mas com apenas 4.500 kg e dois motoristas, seria moleza. Deixaram São Paulo na sexta-feira na boca da noite e no domingo pela manhã já estavam passando pela cidade de Muriaé-Mg, quando escutaram o chiado característico de um pneu traseiro esvaziando-se. Não havia borracheiros e os dois motoristas tiveram que fazer todo trabalho de troca da câmara de ar e enchimento do pneu com bomba manual. Próximo a uma igreja as pessoas da cidade passavam, muito bem vestidas e asseadas, por aqueles dois homens sujos, indiferentes como que os mesmos não estivessem fazendo

parte daquele cenário. Sebastião Vitorino saudoso de sua vida tranquila na bucólica Sumé, sempre rodeado de amigos. Desgostoso e revoltado com as humilhações da vida de nômade, falou para o companheiro de viagem: “Isso é vida de filho da puta! Repare que ninguém da conta de nossa presença, aqui neste serviço miserável. Tenho fé em Nossa Senhora, que haverá de me mostrar outro meio de vida, mas não vou mais viver nesta vida de cigano errante pelo mundo afora”.

Concluiu a viagem até Teresina sem mais problemas, recebeu o gordo frete e tiraram as 150 léguas com o caminhão vazio, em dia e meio, direto para sua querida Sumé. Daí em diante trabalhou em muitos serviços de movimento de terra, em vários estados nordestino, inclusive na construção da barragem de Orós no Ceará, mas nunca mais se meteu com viagem com mais de três dias fora de casa.

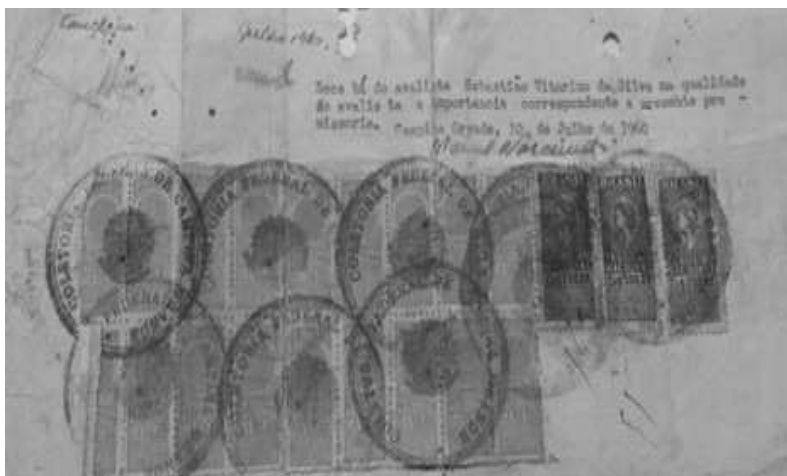
Em 1977, quase vinte anos depois, voltou a capital do Piauí para levar o automóvel de sua filha Marleide, que estava trabalhando na Telebrás naquela cidade. Achou tudo muito diferente, agora todo trajeto em cima de estradas modernas e asfaltadas. Passeando pela cidade reconheceu a fábrica de cajuína onde descarregou seu caminhão em dezembro 1958.

Com as obras do açude de Sumé a todo vapor o comércio varejista também teve grande crescimento, sendo necessário o transporte de mercadorias semanais de Campina Grande. Comprava carvão vegetal e casca de angico, produto utilizado no beneficiamento de couros e os revendia em Campina Grande. Neste movimento tornou-se o transportador habitual de muitos comerciantes sumeenses, inclusive do maior de todos: Elias Araújo & Cia Ltda.

Finalmente no final do ano de 1959, Sebastião Vitorino depois de quitar a penúltima prestação de seu veículo, chama

o seu credor à sua residência, apresenta uma nota promissória, na qual era avalista de uma “letra” (FOTO 4) de CR\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros), em nome do seu credor.

Propõe o seguinte: “Antônio com esta letra que quitei agora, só falta à última, mas como sou teu avalista, desta promissória de Manoel Nascimento. Fica assim: tu liberas o documento de meu caminhão e eu pago a promissória, já que sou o avalista”. Naquela época, os órgãos oficiais de trânsito cuidavam do emplacamento dos veículos, mas o processo de transferência era realizado diretamente nos cartórios, com a presença das partes, como até hoje é feita as escrituras de bens imóveis. Antonio do Óleo concordou prontamente, mas insistia que deixasse aquela papelada para depois que voltasse de São Paulo, pois estava de saída, mas por sorte e a ajuda dos anjos do senhor, finalmente foram ao cartório e consumaram a transferência do caminhão. Nesta mesma viagem este cidadão foi assassinado em São Paulo, e, como era um homem de muitos negócios, também, tinha muitos débitos com credores poderosos locais, que para não ficarem no prejuízo tentaram apossar-se dos muitos veículos agenciados por ele, mas graças a deus, o carro de Sebastião Vitorino, possui documentos legais.



Nota Promissória de Antônio José de Lima (Antônio do óleo) avalizada por Sebastião Vitorino da Silva.

Fonte: Acervo particular do autor.

CAPÍTULO VIII

PARADA NA OBRA DE SUMÉ PARA ATENDER ORÓS

A barragem de Orós iniciada durante a grande seca de 1958, com capacidade para 2,1 bilhões de metros cúbicos de água, cerca de 50 vezes o volume d'água do açude de Sumé, foi uma aventura da engenharia, deste a concepção do projeto, que a priori deveria ter uma parede curva em concreto, mas devido a grande quantidade de cimento necessário para a execução, o projeto foi abortado. Naquela época, todas as fabricas de cimento do Nordeste juntas, produzindo exclusivamente para a obra de Orós, não seriam capazes de atender a esta demanda. Formado o impasse alguém deu a idéia de fazer a parede em meia lua, mas em terra. Esta é a única barragem de terra, neste formato, no Brasil (FOTO 2 e 3).

Mais tarde, com o avanço da engenharia, percebeu-se que este formato de parede, só há ganho de resistência contra a força da água, quando executado com materiais incompressíveis, que não é o caso da argila. Portanto, o fechamento do boqueirão do rio Jaguaribe poderia ser executado com a parede reta, obviamente diminuindo o volume e o movimento de terra, conseqüentemente reduzindo custos e tempo.

A segunda aventura, que beira a irresponsabilidade técnica, foi iniciar o barramento de um rio valente como o Jaguaribe, sem um prévio desvio do seu curso.

Em 1960, ano de muitas chuvas no Nordeste, quando a parede, ainda, encontrava-se na metade da altura, portanto muito longe de atingir a cota do sangradouro, as águas do rio,

sem saída, lavaram por cima da parede em construção causando o arrombamento da barragem de terra.

Imediatamente milhões de metros cúbicos d'água foram jogados no leito do rio arrastando casas, animais e plantações dos ribeirinhos de Orós até a foz do velho Jaguaribe (FOTO 1).



Foto 1: 26 de março de 1960. Arrombamento do açúde de Orós quando ainda estava em construção.

Fonte: Ceará em Fotos e Histórias

Como manda a praxe política nas calamidades públicas, em nosso Brasil, o Presidente da República, à época, Juscelino Kubitschek faz um sobrevoo da área atingida, para em seguida liberar recursos para atender as vítimas e o imediato fechamento da parede do açúde arrombada.

Passado a calamidade e a assistência aos feridos e desabrigados, o governo federal, desloca quase todo efetivo e máquinas do DNOCS, de todas as barragens em construção,

para rapidamente consertar e concluir as obras da barragem de Orós, pois como se trata de fechamento de um boqueirão, sem saída para a água acumulada, até a conclusão do maciço de terra, o perigo de outro arrombamento permanecia.



AÇUDE ORÓS D. N. O. C. S. *Aba-Film*
Ceará em Fotos e História

Foto 2: Barragem em construção na eminência do estrangulamento.

Fonte: Ceará em Fotos e Histórias.



Foto 3: Barragem de Orós concluída.

Fonte: Ceará em Fotos e Histórias.

Desta forma as obras do açude de Sumé foram paralisadas temporariamente e, como um bando de pássaros sazonais, de repente, a cidade esvazia-se, causando grande prejuízo econômico ao comércio. Os bodegueiros, que forneciam viveres por 30 dias para as famílias dos funcionários, ficaram de cabelos em pé. Já quem tinha conta grande nos estabelecimentos comerciais, deu graças a deus de ser transferido para o Ceará para ter uma desculpa de livrar-se do débito.

Sorrateiramente joga a família em cima de um veículo oficial e deixa a cidade na calada da noite. Pensando em depois da conclusão de Orós, pedir transferência para um lugar bem longe de Sumé, deixando os bodegueiros com as cadernetas cheias a verem navios.

Mesmo com todo o contingente de máquinas e homens do DNOCS arrebanhados de outras obras, os engenheiros perceberam que naquele ritmo não haveria tempo para concluir a obra até a próxima estação chuvosa. Então, decidiram que seria necessária a convocação de um contingente adicional de caminhões e trabalhadores particulares.

O chamamento foi através da Voz do Brasil, mas esta notícia foi mais bem difundida, em Sumé, pelas ondas das rádios Difusora de Caruaru e Sociedade da Bahia.

Com a grande vantagem financeira oferecida, aliada com a falta de serviços contínuos local, todos que possuía caminhão em Sumé, mesmo com carroceria de madeira, aderiram imediatamente ao chamamento. Cada dono de caminhão arregimentou quatro trabalhadores braçais, necessários apenas para o descarrego da terra e embarcaram para o Ceará.

Nesta caravana atesto, com certeza, meu pai Sebastião Vitorino da Silva e seu amigo Jacy Farias, cada um no seu CHEVROLET 1957 (FOTO 3), verde e branco. “O ganho era bom, mas o serviço era um inferno”. Esta frase ouvi meu pai pronunciar muitas vezes, sempre que se referia a sua temporada em Orós, no Ceará.

Contava ele que o movimento de veículos era tão intenso que os engenheiros mandaram construir duas estradas para o mesmo destino: uma para os caminhões e caçambas particulares e outra para os caminhões fora de estrada, tipo Euclides (FOTO 4 e 5). Embora carros pipa permanentemente molhassem a estrada, mas a poeira grossa do barro era infernal, obrigando mesmo durante o dia os veículos trafegarem de faróis acesos e os motoristas com panos amarrados no rosto, fechando a boca e nariz. Com esta quantidade de caminhões, muitos com manutenções atrasadas, os acidentes eram constantes. Segundo seus relatos: “Praticamente todo dia morria gente!”. Duas ambulâncias percorriam permanentemente os trechos com sirenes abertas socorrendo as vítimas, aumentando, ainda mais, o clima pesado de guerra.



Foto 3 - Chevrolet – 1957 . Fonte:Caminhões Antigos Brasileiros



Foto 4: Caminhão Euclides, fora de estrada tipo basculante.

Fonte: Acervo de Maria de Lourdes Machado



Foto 5: Caminhão tipo carreta

Fonte: Acervo de Maria de Lourdes Machado

Vários sumeenses foram feridos e um motorista de um destes caminhões, fora de estrada (FOTO 5), morreu em um

cruel acidente. Estes caminhões como mostram a foto, era um tipo de trator de pneus que puxava uma carreta de um eixo, sem cabine, apenas dispunha de um estreito para brisa, cujo sistema de suspensão era muito rudimentar, não absorvendo as ondulações da estrada e, os freios, quando carregados, praticamente não existia.

Nestas condições estes veículos trepidavam muito, fazendo com que o operador tivesse dificuldade para se manter fixo no banco e agarrado ao volante. Em certo ponto do trajeto da puxada de material havia uma ladeira para descer e, em seguida, outra para subir. Embalado para aumentar a produção, este motorista de Sumé, que agora não lembro o nome, desceu com tudo, na baixada a máquina pulou muito e jogou-o para fora, quebrando-lhe as pernas. Acéfala a máquina continuou sua trajetória, na marcha que vinha engatada, até a base do próximo aclave, quando necessitou de reduzir de marcha. Sem condutor o motor apaga e o gigante volta em marcha ré guiado pelos sulcos da estrada de terra e puxado gravitacionalmente pela carreta. Estirado no leito da estrada, o motorista acidentado tentou arrastar-se para a borda do caminho, mas sem as pernas não conseguiu. Acenou, fez gestos, mas não houve tempo para mais nada! Foi esmagado pela própria máquina que pilotava.

Espero que algum dia que publicar este trabalho, alguém de Sumé, lembre-se do nome deste herói anônimo, morto em Orós e seus pedaços foram sepultados em Sumé.

Junto com a caravana de caminhoneiros, muitos operários braçais e motoristas profissionais, também, embarcaram nesta missão inglória, na esperança de engajarem no sonhado emprego federal: o DNOCS, na pronúncia da peãozada “Denoqui”. Porém trabalhar nesta obra não era para quem tinha amor à vida!

Antonio Severo, afamado chofer sumeense dos caminhões Alfa Romeo, mais conhecidos por FNM, ficou mais famoso ainda, por ter feito apenas meia viagem na puxada de barro, em Orós. Famoso como grande batedor de alavanca, assim que chegou ao acampamento, foi indicado por todos os colegas, como o mais experiente da turma. Com tantos elogios foi imediatamente elevado ao posto de candidato a operador dos caminhões EUCLIDES.

Confiante no seu talento no volante embarca na máquina, sob a vigilância criteriosa do inspetor, para fazer a viagem-teste. Saiu trocando de marcha na máquina americana, com sua mão hábil na alavanca queixo duro, em sincronia com a embreagem dupla, no tempo certo do motor, sempre intercalando com dois toques (barrufadas) no acelerados, fazendo o motor cuspir dois tufos de fumaça preta distintos pelo escapamento, localizado na frente do Para brisa.

Tudo perfeito aos ouvidos experientes do inspetor. O conjunto homem-máquina tocava igual a uma orquestra afinada. Depois de carregar o bruto com 40 toneladas de barro, satisfeito, o inspetor indica o caminho e, Antonio Severo certo da sua desenvoltura toca o veículo prá frente. Chegando próximo ao talude da barragem, olhou para baixo e enxergaram os caminhões bem pequenininhos e a ladeira tortuosa e empoeirada que tinha que descer com aquele trambolho, cheio de terra, quase sem freio. Tremeu a perna: “nós vamos prá ali, é?” Indagou Severo ao inspetor, apontando o caminho, sem acreditar no que estava vendo. Irritado respondeu o sensor: “Claro! Não estás vendo todos descendo a ladeira?”. Sem titubear, respondeu com sua voz lenta e firme: “ vai matar outro!”. Desligou o veículo abriu a porta, pulou fora e, na primeira carona, voltou para casa.

Esta história virou folclore entre os motoristas de Sumé, por muitos anos, mas ninguém ousava falar neste assunto na sua presença.

Certa vez fizemos uma viagem para Campina Grande e tive a oportunidade de perguntar o que tinha de verdade nesta história. Respondeu-me: “Meia viagem é mentira desta canalha de motoristas! Trabalhei, de fato, meio dia e sai porque os caminhões não tinham freios”. Dei-lhe toda razão!

Mesmo com menos de quatro anos de idade, lembro-me perfeitamente que meu pai esteve ausente por um tempo longo, porque, justamente neste período, nossa mãe, também, afastou-se de casa. Foi para a maternidade de Monteiro para o nascimento de minha irmã caçula, Ritinha, e ficamos todos aos rígidos cuidados de nosso vizinho Seu João Quincas.

Certa vez perguntei a minha mãe como foi que Sebastião Vitorino, eterno apaixonado pela vida e convivência com os amigos sumeenses, conseguiu trabalhar em um serviço em condições tão duras, perigosas e longe de Sumé. Respondeu-me: “Os anos de 58 e 59 foram de muita seca e 60 foi de muita chuva. As viagens para São Paulo, também estavam fracas, não tinha carga de ida, só de volta, mas lá em Orós ele demorou pouco, uns dois meses, só.”

Finalmente o açude de Orós foi inaugurado em 11 de janeiro de 1961, mas devido as turbulência políticas e econômicas causadas pela campanha presidencial de 1960, gastos excessivos com a construção de Brasília, posse de Jânio Quadros em janeiro de 1961 e sua renuncia sete meses depois, ascensão conturbada de João Goulart a presidência da República, todos estes fatos atrasaram a retomada das obras do açude de Sumé, que só foi concluído no final do ano de 1962.

DEDICO ESTE CAPÍTULO A TODOS OS COLEGAS MOTORISTAS
PROFISSIONAIS QUE ANONIMAMENTE TRANSPORTAM O
BRASIL EM SUAS MÁQUINAS

CAPÍTULO IX

ENCHIMENTO DA BARRAGEM

Concluída os serviços da barragem de terra, em 1962, agora era esperar que São Pedro mandasse 45 milhões de metros cúbicos de água. Este volume d'água não é coisa pouca!

O enchimento do açude de Sumé enterra nas suas profundezas a história de mais de um século da fazenda Riação, fundada pelo casal Major Hugo Santa Cruz e Dona Santinha, palco de grandes lutas armadas. Primeiro contra Zé de Gouveia, intendente de São Tomé e proprietário da fazenda Cachoeirinha e, mais tarde, o ex-promotor de justiça de Monteiro, Dr. Augusto Santa Cruz e o Major Hugo, seu tio, entram em rota de colisão com a cúpula política daquela cidade. Foi guerra mesmo! O Doutor Augusto Santa Cruz não era homem de levar desaforo para casa, e em 1911 invadiu a cidade de Monteiro com 180 jagunços armados: botou a polícia para correr, prendeu o prefeito, delegado, juiz, promotor e depois os levou como reféns para a fazenda Areal.

Sem apoio político do governador João Machado foi Cercado pelas policias da Paraíba e do Pernambuco. Sob fogo cerrado bateu em retirada, com toda cabroeira, indo-se valer da proteção do padre Cícero, no Juazeiro CE. Este episódio é brilhantemente relatado no livro Guerreiro Togado de Pedro Nunes Filho.

Na época da desapropriação para implantação do açude de Sumé, estas terras foram herdadas pelo Senhor Rodolfo Santa Cruz, sobrinho em segundo grau de Major Hugo Santa Cruz, que não tinha descendentes direto.

Com tanta história, apego emocional e econômico, é obvio que o proprietário não ficou satisfeito que as águas do açude encobrissem, exatamente, suas terras mais férteis, incluindo a sede da fazenda.

Localmente este fato rendeu muitas discussões políticas. Em reunião ordinária em 10 de junho de 1954, os partidários do fazendeiro Rodolfo Santa Cruz, principalmente seu irmão o vereador Cornélio Bezerra Santa Cruz, acusava na tribuna da câmara municipal o prefeito José Farias Braga de querer acabar com as terras do fazendeiro. Bradava energicamente que tudo não passava de uma birra política, pois havia outros locais para colocar o açude e o fazendeiro, em um ato de boa fé havia colocado a disposição da prefeitura a fazenda Lagoa da Cruz para construção do açude. Assegurava firmemente que a teimosia insana do prefeito acabaria não enchendo o açude de água, mas de sangue!

Hoje sabemos que tudo não passava de retórica política paroquial, pois naquele momento, o decreto de desapropriação já estava em vigor há mais de um mês (24 de maio de 1945). A localização do açude de Sumé, nunca dependeu da política local. Foi sempre uma questão técnica!

As investidas do prefeito José Farias Braga e o deputado federal Plínio Lemos, junto ao ministro da Viação e obras Públicas, José Américo de Almeida, foram importantíssimas, mas apenas no sentido de trazer o benefício para o Cariri de cima. Qualquer vacilo a obra poderia ser deslocada para outra região do Nordeste.

A estrada velha de Sumé para a Prata seguia pelo, hoje bairro do Carro Quebrado e cortava ao meio a bacia molhada do Açude. Meu tio João Calado morava em uma gleba de terra, na beira desta estrada, nas terras pertencentes à família Santa Cruz, onde muitas vezes íamos passear aos domingos.

A casa de pau a pique era uma choupana com duas águas, tão baixinha que nas laterais uma pessoa adulta poderia alcançar o telhado. Na fachada frontal apenas uma porta que dava para a pequena sala de chão batido, mobiliada com alguns tamboretas e muitos quadros nas paredes com retratos da família e alguns santos.

Na lateral que dava para o poente havia duas pequenas janelas que clareavam a sala de jantar, onde uma mesa nua e cumprida, com dois bancos de umburana, de cada lado, indicava o local da família fazer refeições. Mais adiante no limite com a cozinha, que tinha um fogão à lenha fumarento, estava o pote de barro coberto com uma toalha de pano de saco alvejando de limpa e, logo acima um estojo de madeira com seis copos de alumínio, tão areados que dava para ver o rosto.

De frente da sala de fazer refeições estavam as três passagem para os quartos, limitados por uma cortina estampada, um para acomodar o casal, outro para as duas meninas e um para dona Sinhá, sua mãe, que além da camarinha tinha um oratório com muitos santos de madeira. Crianças só podiam entrar neste ambiente sob a vigilância de algum adulto, para não mexer nos santos de Dona Sinhá.

Para os seis filhos homens a casa não dispunha de quarto, à noite depois de lavar os pés e cearem xerém com leite, cada um procurava seu lugar para armar sua rede entre a cozinha e a sala. Encostado no oitão nascente ficava o curral para dos caprinos, ovinos e os jumentos, que fazia a nossa alegria para fazer pequenos passeios.

Entre a casinha e um pé de aroeira alto frondoso, com muitos ninhos de Casaca de Couro, passava a estrada de rotação praticamente lambendo a porta da sala.

Tudo muito simples, mas adorávamos estes passeios dominicais para o sítio, pois embora fossemos de família oriunda do campo, não tínhamos contatos diários com a vida rural.

Pedro Clemente, pai de João Calado, minha mãe e outros, foi morador da fazenda Riachão, desde a década de 10 do século XX. Disposto e muito trabalhador era famoso pelos enormes roçados de algodão, milho e feijão que plantava e cuidava praticamente sozinho, no sistema de meeiro. Nos anos de inverno regular lucrava muito legumes e armazenava-os em grandes silos de zinco, para consumir nos anos de inverno fraco.

Seu bom humor o tornou muito popular na ribeira. Gostava de inventar apelidos para todos. Até que um dia fez uma graça com um vizinho, o qual se orgulhava muito de um único boi que possuía. Em uma brincadeira perguntou para o vizinho se o boi dele dormia dentro de casa. Não gostando da brincadeira, o vizinho magoado, o assassinou, em uma emboscada perto da sua residência em 1928. Ainda esboçou reação, mas muito ferido morreu com o punhal na mão. Deixou duas viúvas, e oito crianças órfãs!

João Calado, seu irmão Cornélio e as irmãs, apesar de muito jovens continuaram fazendo o mesmo que seu pai, até que, cada um foi tomando seu rumo, mas João Calado, cuja alcunha de “Calado” já dizia tudo de sua personalidade, nunca pensou em sair daquele lugar, nem a passeio! Ali nasceu, criou-se, casou-se e constituiu família. Amava aquela terra que um dia foi untado com o sangue de seu pai. Nunca imaginou, nem em sonho de deixar seu torrão natal por aventura de cidades grandes.

Assim para enfrentar os períodos secos e de fome, com muita disciplina, usava a mesma estratégia paterna. No

ano que lucrava muitos legumes, retirava o milho e o feijão velho dos silos, os quais ficavam expostos na sala de visita da casa, como parte da mobília. Usava uma parte para alimentar os animais e o excedente vendia e novamente tornava a enche-los com a nova produção. Com este manejo disciplinado, os legumes lucrados permitiam a criação de muitas galinhas, porcos e, também, possui uma “miunça” de ovelhas e bodes.

Com seis filhos homens, não havia gasto com trabalhadores para o trato do roçado, portanto no final do ano que a safra de algodão era promissora poderia comprar uma roupa nova para a esposa e filhos, um chapéu de massa novo e alguns utensílios para casa, o restante era guardado para gastar durante o verão.

Morando na mesma casa ainda construída por seu pai, João Calado e sua prole, agora teria que deixar aquela morada porque as águas do açude iriam inundar toda área. Segundo os cálculos topográficos o local onde estava sua morada deveria receber uma lamina d’água de cerca de 8 m de altura, e que, se por acaso, acontecesse uma chuva inesperada, fora de época, poderia a ser inundado imediatamente.

Desde sempre era morador da família Santa Cruz. Saiu apenas com seus pertences. Entre caprinos e ovinos possuía 350 cabeças, mas teve que se desfazer de 300 para adquirir uma nesga de terra limpa, sem cerca e sem casa, nas proximidades da Fazenda Olho d’água do Cunha, no beijo da estrada para Monteiro.

Para efetivamente mudar-se seria necessário construir a morada para acomodar o casal, sua mãe com cerca de 80 anos e mais oito filhos. Nesta empreitada recebeu grande ajuda de sua meia irmã, D. Florisa.

Festivamente em um domingo, juntamos muitas pessoas amigas e fomos, em nosso caminhão, fechar com barro as duas casinhas de pau a pique. Na lateral da casa maior foi feito um pequeno buraco, onde as pessoas colocavam água e amassavam o barro com os pés. Mulheres e crianças transportavam esta mistura pastosa e outros jogavam nas paredes feitas com varas, outras se ocupavam da comida: galinhas torrada com farinha e feijão de corda verde.

Em outro domingo fomos fazer a mudança da mobília. Os silos vazios foram colocados no pé do gigante da carroceria, depois encostaram o restante da mobília, até a metade da carroceria. O espaço restante da carroceria ficou para acomodar as ovelhas, cabras e bodes. Os seis jumentos que possuía foram caminhando com seu filho mais velho.

A parte mais difícil desta empreitada foi convencer Dona Sinhá, que já tinha mais de 80 anos e, jamais tinha entrado em um automóvel, a fazer a viagem de 15 km na cabine do caminhão.

Na atualidade com tantas ferramentas tecnológicas, o divertimento das pessoas está ao alcance da mão. Podem ciberneticamente passearem pelas ruas de Paris, Londres e Nova York, porém, antigamente, no nosso interior, não havia quase nada para divertimento das crianças e adultos. Portanto, fazer piqueniques ou mesmo excursões para observar o açude nos domingos à tarde era um grande programa.

Desta forma era comum que, acompanhássemos passo a passo a evolução do enchimento da barragem. O primeiro ano de inverno (1963), após a conclusão da barragem, a água acumulada foi pouca e de um posto de observação, nas proximidades, do sangradouro, ainda

podíamos ver os morros mais altos, inclusive partes da antiga estrada da Prata (FOTO 1).

Finalmente no ano de 1964, para alegria de toda a estação das chuvas foram intensas e regulares e o açude deu a sua primeira descarga. A força da água, no sangradouro, foi muito forte levando todo sedimento que encontrava pela frente, deixando o embasamento cristalino (pedras) à mostra formando, grandes crateras, que até hoje se assemelham ao terreno lunar.



Foto 1: Visitação ao açude de Sumé.

Fonte: Acervo de Sonielson Juvino

Dentro do projeto executivo de um represamento d'água, um item obrigatório e de maior importância é, sem dúvidas, o estudo topográfico preciso das áreas passíveis de inundação.

Este estudo, caso tenha sido feito, não foi colocado em prática, pois quando o açude atingiu a cota de sangramento, a BR 412, na altura da barragem de Zé Mayer foi inundada,

interrompendo por vários dias o transito entre Sumé e Monteiro.

Antes da sangria, a visita à barragem era apenas um lazer, mas quando ficou totalmente creio e o povo finalmente acreditou que tudo tinha dado certo, as visitas passaram da categoria do lazer para uma espécie de romaria religiosa, todos os anos.

Não havia a menor possibilidade do encontro de dois sumeenses, em qualquer parte do mundo, para em algum ponto do papo, não se falar na sangria do açude. “Já sangrou este ano?” “Está perto de sangrar” ou então “Já parou de sangrar?”

De tão entranhada no subconsciente coletivo dos sumeenses mais velhos, ainda hoje tenho hábito de fazer uma visita a esta obra que colocou Sumé no mapa econômico da Paraíba.

CAPÍTULO X

SUMÉ – A MAIOR FEIRA DA REGIÃO

Na primeira metade dos anos 50, finalmente o distrito de Sumé é elevado à categoria de município, Agora, na categoria de cidade, será necessária a construção imediata de vários equipamentos públicos, como: matadouro, hospital, paço municipal, mercado publico, Cinema, etc. Até então o povoado resumia-se apenas: ao retângulo de casas, que até hoje, circunda a Praça Adolfo Mayer, a rua da Matriz, atual Augusto Santa Cruz, todas encravadas na parte mais alta e, o beco de Gayão, futura rua Marciano de Oliveira, a qual dava para a parte mais baixa do lugarejo.

Nesta época, como ainda não tínhamos o açude para controlar as cheias do rio sucuru, esta área de baixio, vez por outra era alagada, portanto, tinha baixo valor econômico para construção de casas.

O projeto do Mercado Público (FOTO 1), certamente concebido e financiado com verbas do governo do estado, necessitava de uma área plana de cerca de 6.000 m², e o melhor local para implantar o projeto foi justamente a parte baixa, a várzea que era ocupada com um grande roçado de milho e algodão pertencente a família Severo. Decidido o local da obra, Sumé conhece a sua primeira especulação imobiliária, onde todos gostariam de adquirir um lote em frente ao novo mercado.

A quadra em frente ao novo equipamento público, na rua principal, futura 1º de abril foi separada para acomodar o Paço Municipal e o Clube Recreativo. O proprietário do terreno estabeleceu que as pessoas que já possuísem imóvel na Rua Marciano de Oliveira, teriam prioridade na compra de

um terreno na futura Rua Manoel Severo. Desta forma, nossa família, teve o direito de comprar um lote em frente à porta principal do novo mercado público, um dos pontos mais cobiçados.



Foto 1: Mercado Público de Sumé.

Fonte: Domínio Público.

O novo prédio significava a valorização da área da várzea, era o futuro, era o progresso, e, neste vácuo Sebastião Vitorino e D. Florisa, com sua prole numerosa, partem em busca deste progresso e se mudam para frente do mercado público.

O projeto, bastante arrojado para a época e para o porte da cidade, foi concebido em um retângulo externo de 60 x 100m e um interno 45 x 85, com seis portas de enrolar, sendo duas simples em cada testada de 100m e uma dupla na testada menor. No pátio interno estava à bateria de banheiros e dois quiosques, que por muito tempo foram explorados respectivamente por Ataíde Dario, meu primeiro patrão e Sebastião das bicicletas (de Monteiro).

Na frente de nossa casa, porta principal do mercado, ficava um grande salão que era ocupado com a feira de cereais: farinha, feijão, milho e arroz, cuja medida de venda da época, era a cuia. Na lateral interna, paralela com a Rua Francisco de Melo estavam localizados os famosos “hotéis” que serviam almoços de carne de bode e galinha de capoeira para os feirantes, cujo mais famosos era o de Dona Nazinha e Dona Biu. A outra lateral, paralela a avenida principal, foi reservada para pequenos comércios varejistas, ourives barbeiros e as tarimbas de carne, onde os marchantes expunham as bandas de bode, carneiros e as mantas de carne de boi. Na área descoberta interna ficavam os bancos de miudezas, roupas prontas, retalhos de tecidos (sulanca), peças e acessórios para bicicletas, barracas de doce de batata de umbu e beira seca, miçangas, etc.

Crescemos convivendo com a rotina daquele gigante, em frente de nossa casa, que pela providencia divina só abria suas portas nas segundas feiras, um dia muito improvável para uma feira, mas justamente por ser uma data improvável é que a feira de Sumé tornou-se a maior do Cariri. Feirantes de São José do Egito, Campina Grande, Jataúba, Brejo de Madre Deus, Monteiro, Serra Branca, Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru, tendo justamente as 2ª feira livre vinham oferecer seus produtos para os sumeenses e circunvizinhança.

Da nossa casa testemunhávamos o movimento da feira que efetivamente se iniciava no domingo a noite com a chegada do caminhão dos feirantes de Brejo de Madre Deus, Pernambuco, trazendo sortimento em frutas, latas de doce de banana e goiaba, da fabrica Peixe de Pesqueira. Por volta das 5:30 da manhã, da segunda-feira, Seu Lelau já estava com todas as portas do mercado abertas. Para todos os lados passava gente apressadas, uns armando tendas e banco,

outros abrindo suas casas comerciais, outros carregando fardos em carros de mão de madeira, ou na própria cabeça.

Naquele único dia da semana de grande movimento para o comércio, onde para maioria dos pequenos comerciantes significava 95% do faturamento semanal, que inclusive era feriado municipal. Escolas e repartições do governo trocavam a segunda-feira pelo sábado. As oito começavam a chegar os caminhões, mistos, jeeps, marinetes e camionetas de feirantes dos sítios e cidades próximas.

Na área externa do mercado, na sua generosa calçada, paralela a Rua Francisco de Melo, que durante a semana usávamos para jogar bola, ficava a feira de verdura, frutas e mangaios, cujos principais feirantes eram Ostival Gouveia e Orivaldo, os quais introduziram a cultura de macaxeira, inhame e cará na mesa do sumeense. Na calçada da Rua Manoel Severo ficava a exposição de camas, mesas de umburana e panelas de barro, fotos lambe-lambe, com suas maquinas com empanadas, barracas de fumo de rolo, mesas de jogos de dados, ambulantes com alto falante oferecendo medicamentos milagrosos, que serviam para todas as doenças, circo de onça e, sempre havia um caminhão vendendo rapadura e, não era raro tinha uma briga de faca, para dá trabalhos para os policiais.

Nesta engrenagem garotos e garotas, também, aproveitavam este único dia da semana, para conseguirem ganhar algum dinheiro. As moças trabalhavam nos balcões das diversas lojas e bancos de feira e, a molecada se virava nos serviços braçais, pegando feira das madames com seus carrinhos de mão e ajudando na montagem e desmontagem das tendas e bancos de feira.

Por apenas um dia de cada semana a cidade pulsava forte. No cinema, à noite, repetia o mesmo filme de sábado e

domingo, mas na segunda-feira, a sessão era sempre lotada. Os mancebos solteiros e mesmo alguns casados descarados, estavam sempre ligados nas notícias das três rurais, vindas de Monteiro e Sertânia, lotadas de mulheres, que desde as três da tarde, já atendiam aos clientes no famoso cabaré de Zé Pateca, nas imediações do cemitério.

A feira de Sumé sempre foi a maior da região, principalmente quando o Projeto de Irrigação de Sumé (PIS) foi implantado e funcionava a todo vapor.

Daquelas feiras barulhentas e cansativas tiramos nosso sustento. Tenho muito orgulho de efetivamente ter participado desta história, pesando e despachando quilos de açúcar, servindo bicadas de serra grande, pitu e conhaque de alcatrão, no balcão de nossa bodega.

CAPÍTULO XI

CHEGADA DA ENERGIA DE PAULO AFONSO

Observando esta foto noturna recente de nossa Sumé (FOTO 1), com tantas luzes cintilantes, de várias cores, faz-me recordar da saga vivida por minha geração, do tempo das trevas a chegada da energia da CHESF no nosso município.

A independência política de Sumé, em 1951, não foi um evento natural. Foi um parto muito doloroso! Para Monteiro perder, o seu principal Distrito diminuindo seu eleitorado, perdendo força a nível estadual, não era nada interessante. A independência veio através de muito custo, suor, lágrimas e das ações políticas, liderada por José Farias Braga, junto ao governador José Américo de Almeida, contrariando os interesses das lideranças monteirenses. Uma luta dura e desigual, uma luta de David contra Golias, mas finalmente acabamos conseguindo nossa independência política, porém o novo município nasce órfão de políticos de calibre regional, caindo fatalmente em uma zona sombria de esquecimento, ofuscada pelas estrelas brilhantes, da política regional, de Monteiro e Serra Branca.

As principais lideranças políticas do cariri estavam localizadas nos municípios vizinhos de Serra Branca, com a família Gaudêncio, a qual nunca teve relações próximas com nossa comunidade e, em Monteiro, através dos deputados estaduais Dr. João Feitosa e Euvaldo Brito, que depois do desmembramento político, por razões óbvias, não tinham o menor interesse no desenvolvimento do antigo Distrito.



Foto 1: Visão noturna de Sumé na atualidade.

Fonte: Acervo de Jucinaldo Wanderley

Monteiro era a grande vedete da região, segundo município do Cariri, desmembrada de São João do Cariri, há mais de 100 anos. Na metade da década de 60 já havia produzido muitas lideranças com envergadura estadual e, há muito tempo já tinha sido eletrificada através de uma linha de transmissão pernambucana.

Amargávamos a falta dos serviços básicos mais simples, como: bancos, escolas estaduais de primeiro e segundo graus, hospital de emergência e a tão sonhada energia elétrica, do sistema CHESF, que só foi instalada por volta do ano 1967.

Sumé, na sua adolescência, possuía um sistema de saúde pública muito precária, resumindo-se apenas a um posto de saúde, que funcionava junto da cadeia pública e uma velha ambulância para fazer carreira com doentes, mulheres em trabalho de partos difíceis, esfaqueados e baleados para Monteiro. Médico residente, nem pensar, portanto o posto funcionava apenas com enfermeiros, servindo apenas para fazer pequenos curativos.

Nestas condições, os mais abastados, previamente transferiam as parturientes para Monteiro e Campina Grande, mas a grande maioria dos sumeenses vinha ao mundo assistidos por parteiras, pedindo a deus que não houvesse complicações, pois eram quase sempre fatais.

Na área de educação era a mesma precariedade. Inicialmente dispúnhamos apenas de um Grupo Escolar, mais tarde, com esforço das lideranças locais foi criado um Ginásio Comercial, cuja maioria dos professores era os profissionais liberais que trabalhavam em outras atividades, como: juízes, engenheiros do DNOCS, etc.

Quando tínhamos oportunidade de fazer uma visita rápida ao município vizinho, geralmente para fazer consulta médica, ou compras de algo específico, achávamos tudo estranho e muito desenvolvido. Ficávamos encantados com o uso de telefones nas residências e casas comerciais, sorveteria e cinema que funcionava durante o dia, guarda de trânsito, moinho de torrar café, Bancos do Brasil e do Estado, etc. A disparidade no desenvolvimento urbano saltava aos olhos, era

tudo encantador, mas naquelas plagas, nos sumeenses, éramos considerados estrangeiros de um país inimigo, portanto discriminados e mal vindos.

Apenas no futebol, algumas poucas vezes, nos domínios monteirenses, fomos vitoriosos, mas éramos abrigados a jogar até o dia escurecer. Nas melhores relações entre os cidadãos destas comunidades, sempre havia lugar para uma rivalidade velada.

O único benefício, que nos orgulhava muito e metia uma pontinha de inveja nos vizinhos, era o nosso açude com capacidade para mais de 45 milhões de metros cúbicos, que na nossa cabeça bairrista era impossível jamais entrar em colapso (LEDO ENGANO! HOJE SABEMOS), enquanto Monteiro era servido por uns barreiros pequenos, que secavam a cada ano. Não deixávamos barato e “trolhávamos” os vizinhos: “enquanto tomamos banho de chuveiro, vocês usam um pincel.” Na grande seca de 1970, o sistema de abastecimento monteirense entrou em colapso total e, por um bom tempo, caminhões pipa transportaram água de nossa barragem.

Além da dificuldade de representação política, a nível estadual, para conseguir trazer a energia elétrica para nossa cidade, também havia, um entrave técnico, pois apesar de distar apenas cerca de 35 km das vizinhas Monteiro e Serra Branca, estes dois municípios não possuíam subestações, eram na verdade fim de linha, portanto não havia potência suficiente para eletrificar mais uma cidade. Neste caso, a energia teria que ser puxada da subestação de São João do Cariri, mais distante, portanto mais caro e mais difícil.

Em campanha para o governo da Paraíba em 1965, João Agripino (O “*magô*” de Catolé), localmente apoiado pela dupla José Farias e Viton, em comício na Avenida primeiro de abril, compromete-se publicamente com a nossa comunidade:

“ caso eleito, terei de colocar energia elétrica do Sistema CHESF, em menos de 1 ano”.

Até este momento tínhamos um motor a diesel acoplado a um pequeno gerador (FOTO – 2), o qual fornecia energia elétrica, apenas para o sistema de iluminação, que funcionava das 17:30 às 22:00 horas, quando as aulas do Ginásio Abgar Renoud se encerravam. Os poucos postes existentes eram de madeira regional (Angico e Aroeira) e a maior parte da rede elétrica, composta apenas por dois cabos (fase e neutro), corriam pelos parapeitos das casas e, aqui acolá, tinha uma arandela para iluminação pública, com uma lâmpada incandescente branca de 60w. Lembro-me bem, que no quarteirão de minha casa, tinha apenas um ponto de iluminação, justamente na mercearia de Seu João Quincas, nosso vizinho. Exatamente às 22:00 horas o operador do sistema, seu Aauto, dava o tradicional sinal, apagava e acendia as luzes, e, em mais 10 minutos apagava definitivamente todas as luzes da cidade. Muito antes deste sinal, era hora dos namorados aproveitarem uma distração dos pais das moças para roubarem um último beijo e se despedirem das amadas. Esperar até a hora do “Black out” , nem pensar, era falta de educação, a moça poderia ficar “falada”, portanto não era uma boa conduta para um futuro genro.

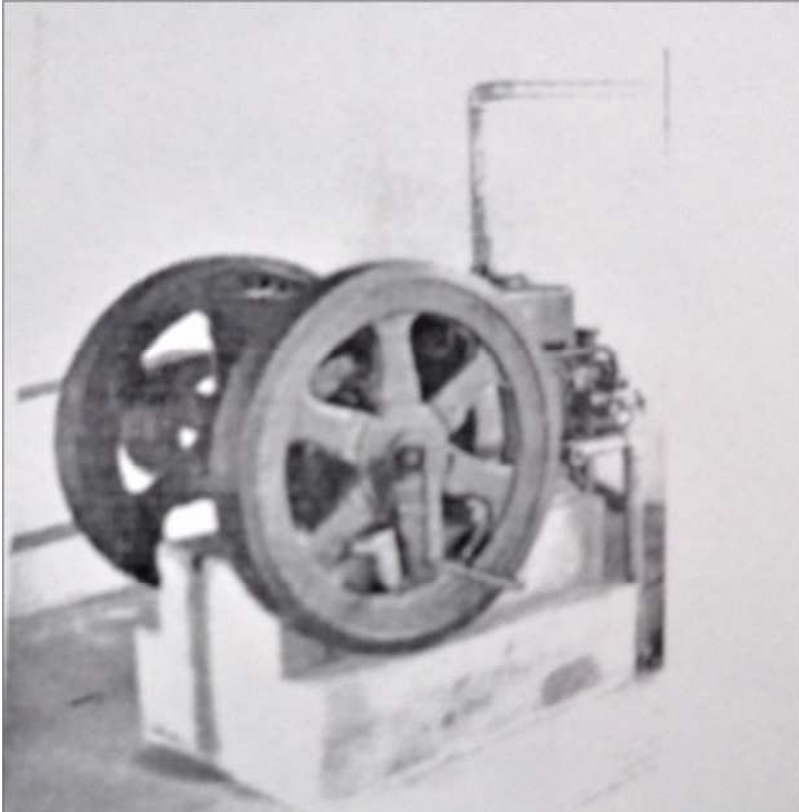


Foto 2: Motor diesel para gerar energia.

Fonte: Acervo de SonielsonJuvino

Nas calçadas, Em frente as residência, os adultos, conversavam em grandes rodas de cadeiras, onde certamente as fofocas corriam soltas. As crianças, sub os olhares atentos dos pais, praticamente no escuro, brincavam de: amarelinha, barra bandeira, pulavam cordas, policia e ladrão e jogavam futebol. Nos finais de semana e, na sagrada segunda feira, o serviço de som da prefeitura funcionava até as 21:30, onde o locutor Ivo Paulo fazia anúncios de missas para almas desencarnadas, batizados, festas, parabéns, portarias do juízo

local, recados diversos e oferecimento de músicas pelos namorados e namoradas e, sempre tinha um tipo de anúncio, que na época não entendia: “esta música vai de fulano de tal para um alguém”. Embalados nesta mídia sonora, as jovens passeavam de braços dados, em um trajeto elíptico entre os prédios da sorveteria e o Cine Municipal, enquanto os rapazes agrupavam-se em pequenas rodas nas calçadas, na espreita de identificarem algum olhar mais tendencioso.

Por volta das nove às ruas ficavam desertas, toda molecada já tinham entrado em suas casas, lavados os pés e estavam prontos para dormirem. Nesta época, crianças e adolescentes não ficavam nas ruas após as 21 horas, era um costume, mas também, existiam os juizados de menores, que não permitiam.

Alguns bares que funcionavam após as 22 horas, principalmente os da zona boemia, possuíam geladeira e luminárias a querosene (FOTO – 3). Nas residências, este eletro doméstico era raríssimo, portanto as carnes compradas no dia da feira eram salgadas e expostas ao sol para ser consumida durante a semana. Carne fresca mesmo, apenas nos domingos e segundas (dia da feira). Nos grandes eventos festivos: carnaval, São João e a Festa da Padroeira importavam-se gelo, em grandes barras, de Campina Grande, que para vencer às 5 horas de viagem eram embaladas com lonas e muito pó de serra. Nos botequins o gelo era picotado e acondicionado em tonéis de 200 litros, em camadas alternadas com garrafas de cerveja e refrigerante.

Nos dias de feira a molecada esperava ansiosamente o picolezeiro que vinha de Monteiro, com variedade de picolés de abacaxi, coco e essência de morango, que deixava a meninada com os lábios vermelhos.

Não foram poucas as vezes que o nosso motor nos deixava na mão. O conserto sempre demorava muitos dias, pois tinha que desmontar o conjunto e levar para Campina Grande. Nestes intervalos, sem energia, algumas festas foram fatalmente canceladas.

Muitos incrédulos, principalmente a oposição desdenhavam da promessa do governador João Agripino, que ganhou do seu oponente, senador Rui Carneiro, por uma pequena margem de votos, mas em um belo dia, as especulações pessimistas cessaram de vez! Sem nenhuma notícia prévia, por volta de 14:00 horas, Sumé foi invadida por três carretas FNM carregadas de postes e mais um caminhão com um guindaste acoplado. Todos estacionaram na rua 1º de abril, na altura do dormitório de Raimundo Sabiá, e, mais que de repente a notícia correu pela cidade inteira, como um rastilho de pólvora. “CHEGARAM OS POSTES DA LUZ DE PAULO AFONSO!” Rapidamente as ruas encheram-se de hordas de curiosos para verificar a veracidade da notícia. Muitas vezes, os motoristas cercados destes populares, tiveram que confirmar que as cargas eram realmente para Sumé. Não faltaram quem gritasse frases de efeito: “Viva o nosso governador!”, ou então “*Eita Véio macho, prometeu e tá cumprindo*”, “Cadê os oposicionistas? Podem virem ver”, “*O mago é fogo!*”.



Foto 3: Luminária a querosene.

Fonte: Acervo de Francisco

Definido local para armazenamentos da posteação, a molecada mais descolada subiram nas carretas (lembro bem de Rogério) fazendo dos veículos uma espécie de uma grande “banana boat” terrestre, que se dirigiam vagarosamente para o campo da serra, nas proximidades do cemitério. Os menos peraltas, como eu, que não tinham coragem de enfrentar a bronca de D. Florisa, foram acompanhando o cortejo correndo pelas calçadas da Rua Augusto Santa Cruz, tudo para testemunhar o descarrego daquela carga peculiar. No trajeto

as portas e janelas encheram-se de moças e senhoras, algumas fazendo o “V” da vitória, com as duas mãos cantando baixinho JÁ-JÁ, símbolo sonoro da última campanha para governador. Alguém avisou aos alunos do horário vespertino do grupo escolar. As aulas foram esvaziando-se, e, em pouco tempo o muro da escola estava cheio de meninos fardados, parecendo uma revoada de pássaros azul e branca.

A população inteira andava ansiosa pela chegada da energia. As donas de casa não viam à hora de poder usar geladeira, luz 24 horas, ferro elétrico e um simples liquidificador, já a rapaziada sonhavam com iluminação boa nas salas de aulas, bilhares, vitrolas, bares com luzes fluorescentes, noite a dentro, principalmente, no famoso cabaré de Zé Pateca.

Presenciar o dia a dia moroso da obra: escavações, implantação e fiação, por cerca de 12 meses, foi, sem dúvidas, uma eternidade. Finalmente depois de muitos boatos, tipo: “vai chegar energia tal dia, quem falou foi um Eng^o da SAELPA”. Mais tarde outro boato desmentia o anterior. “É mentira, este fulano, não é engenheiro é apenas um motorista!” Os meninos mais espertos botavam os mais bobos para andar. Falavam: “passei agora mesmo do lado da igreja e lá tem três postes com as luzes acesas, estão testando”, os incautos corriam para ver e finalmente quebravam a cara!

Muitos boatos, muitas pegadinhas, até que certo dia, sem ninguém esperar, as luzes dos postes acenderam, por alguns minutos durante o dia. Foi tão pouco tempo, que poucas pessoas observaram. Era, na verdade, o esperado teste. Estava tudo certo, mas a energia deveria chegar à noite, para ser mais emocionante. Tudo pronto, tudo testado, então no início da noite, daquele mesmo dia, bateram a chave geral que ficava nas proximidades do posto de combustível do pé da

Serra, mas cadê a luz que não chegou? O povo todo, espalhado pelas calçadas, esperava a chegada da energia para iniciar a festa. Cadê a luz? E a luz não vinha! Foi uma decepção total! Os eletricitas e engenheiros da empresa contratada corriam de um lado para o outro, nas camionetas pick – Up Willys, entre eles, estava o sumeense Josué Florêncio.

Começou a circular um boato, entre os populares, nestas horas sempre aparecem muitas pessoas entendidas, geralmente arvoram-se de possuírem mais conhecimentos do que os próprios engenheiros. Afirmavam: “Esta rede está energizada, mas tem algum defeito não permitindo acender as lâmpadas.” Heroicamente, o nosso conterrâneo tomou para si a responsabilidade e subiu perigosamente em vários postes energizados, sob os olhares apreensivos da turba e os protestos de sua esposa, que aos prantos temia um acidente fatal. Finalmente o esforço do filho da terra valeu à pena. Localizou o defeito em um poste que ficava em frente ao bar de Zé Soares. Desligaram a rede para que o conserto pudesse ser feito. Pronto! Mais uma vez, bateram a chave e a luz se fez. Foi muito emocionante aquela cena, uma loucura, alegria por toda parte! A banda de música parecia que já estava a postos e, em formação saiu tocando dobrado pelas ruas principais, sem direção estabelecida, foi até o prédio dos correios, final do calçamento, retorna pela mesma via, sobe na Rua Manoel Severo e o povo atrás pulando, abraçando-se e confraternizando-se.

Os foguetões seguiam o cortejo insuflando a euforia da multidão, a cada explosão, que em passeata finalmente chega à Praça Adolfo Mayer, ponto alto da festa. Cerveja Brahma para todo mundo, digo para os adultos, crianças, neste tempo só tomava guaraná, e em casa. Neste burburinho festivo de foguetões, tilintar de garrafas e copos, vivas ao prefeito Viton,

Zé Faria e o governado Agripino, lembro bem de Sisenando de Nandin acendendo um foguetão e falando: “vá até São Pedro dizer que tem luz de Paulo Afonso em Sumé!”

Terminado os festejos, voltamos todos para casa desfrutando daquelas imagens noturnas inéditas. Para todos os lados que se lançava um olhar, havia iluminação. Uma beleza! O mercado público, as barracas de madeira de frente nossa casa, as fachadas das residências, os pés de castanholas, tudo pareciam pintadas com uma tinta mágica. Era a luz noturna, que para nossas retinas desacostumadas com tanta luminosidade, dava a sensação de encadeamento.

Com apenas 10 anos de idade, minha alegria pessoal era muito grande, agora temos luz de Paulo Afonso, em Sumé! Finalmente chegou o progresso, teremos picolé a semana inteira, não necessitaremos mais dos velhos candeeiros a querosene (FOTO 4) , teremos luz permanentemente! Toda essa euforia, todo meu entusiasmo quebrou-se quando abrimos a nossa casa e a escuridão veio nos receber. Na minha cabeça infantil, não tinha percebido que a energia tinha chegado apenas nas ruas. Não tinha a menor idéia que as instalações antigas das casas não serviriam para receber a “perigosa” energia de Paulo Afonso. Sereno, meu pai falou: “bom mesmo vai ser quando a luz chegar dentro de casa. Vamos aguardar que vou providenciar!”. Naquele primeiro dia, pouquíssimas casas possuíam instalações elétricas adequadas. Entramos em uma fila de instalação e somente com cerca de quinze dias conseguimos desfrutar da sonhada energia, dentro de casa.



Foto 4: Candeeiro a querosene e de pavio de algodão.

Fonte: Acervo de Francisco

No dia seguinte, à tardinha, escutamos o barulho de avião. Era o mago de Catolé, que veio a nossa cidade inaugurar o sistema elétrico. No seu discurso, no púlpito do Buffet de Barata, gravei na minha memória estes vocábulos: Palavra dada, palavra cumprida!

Com pouco tempo Sumé teve contato com a tecnologia moderna. A iluminação, em lâmpadas fluorescentes (2x40w), geladeira SOCIC, com revestimento em madeira, piso

de mosaico, cadeiras e mesas de ferro, com tampo de fórmica, balcão alto, do Venus Bar de José Barros, chamava atenção pelo refino e modernidade. O bar e dormitório de Raimundo Sabiá, ponto de parada da Empresa e Viação Batalhão, sempre muito movimento, também, tinha suas atrações tecnológicas: alto falante potente do lado de fora retransmitindo o programa aquarela Nordestina da Rádio Difusora de Caruaru, na voz do famoso locutor Ivan Bulhões, ao meio dia. A noite espalhava as notícias de todo Brasil e do mundo, através das ondas da Radio Sociedade da Bahia e, mais tarde os jogos de futebol do Rio de Janeiro. Em um canto do balcão, majestosa, ficava uma cafeteira elétrica, das mais modernas da época.

Geladeira nas residências ainda era artigo de luxo, portanto para a maioria da população, desfrutar de uma água gelada, sem importunar os donos dos bares, o fulano tinha que comprar uma taça doce de leite, ou no mínimo uma cocada.

Os estudantes do Ginásio criaram o Grêmio estudantil, que funcionou, por algum tempo, em uma esquina perto da prefeitura. De um lado uma vitrola rodava músicas de Paulo Sérgio, Roberto Carlos e Martinho da Vila, etc, e no lado oposto, ficava uma mesa de ping pong, sempre muito concorrida. Os rapazes mais descolados chegavam juntos das rodinhas de garotas, estirava a mão e saía dando voltas no salão. Do lado de fora, apenas observando, imaginava-me protagonista daquela cena: “será que algum dia terei esta coragem?”

Antes da chegada da energia os parques de diversões que vinham para Sumé dispunham apenas de espingardas de setas e canoas, brinquedos que não necessitavam de energia. Agora recebíamos parques com os mais diversos brinquedos, inclusive o mais charmoso de todos: Roda Gigante. Mais tarde,

o Clube também abria, para jogos de damas de ping pong, e assistir TV, que tínhamos que adivinhar se imagem era de homem ou mulher.

Bombas de gasolina elétrica foram instaladas nos postos e as borracharias agora enchiam pneus dos automóveis com compressores e a vulcanização com máquinas elétricas modernas.

Na modernidade o desenvolvimento de uma cidade está intrinsecamente ligado aos sistemas de abastecimentos regulares de água e energia elétrica. Embora ainda continuássemos em uma zona sombreada e esquecida politicamente, mas dispúnhamos da infraestrutura básica necessária. Neste novo cenário, não paramos mais! O nosso manancial entrou em um programa federal de implantação de perímetros irrigados do DNOCS, que foi muito bem sucedido, nos anos 70 e 80, tornando nossa cidade um polo de agricultura irrigada, não apenas no perímetro irrigado, mas em todo lugar onde houvesse água armazenada, exportando tomates, bananas, cenouras, pimentões e verduras em geral para toda região e os grandes centros consumidores. Esta atividade alavancou Sumé economicamente, chegando a ofuscar o brilho político de Monteiro.

Finalizando, este capítulo, seria injusto que não mencionasse as figuras públicas dos Deputados Estaduais Evaldo Gonçalves e Assis Quintans, que a partir da década de 80, foram os primeiros filhos da nossa terra a colocarem, nossa cidade, no mapa político paraibano.

O tempo bom para qualquer pessoa, comunidade, civilização, com certeza, é agora, é hoje! Obviamente esta máxima vale, porque não se vive do passado! Portanto, conhecermos nossa história é um direito e também um dever de cada cidadão.

CAPÍTULO XII

ACIDENTES PÓS CONSTRUÇÃO DO AÇUDE

Até a metade da década de setenta, o açude de Sumé costumava sangrar praticamente todos os anos. Este patrimônio hídrico utilizado para a agricultura irrigada e abastecimento da cidade era, também, considerado uma grande área de lazer.

Nos finais de semana as turmas de rapazes deslocavam-se para o açude para tomar banho na sua parte mais profunda, junto da régua de medição de volume, de onde afoitamente pulavam. Levavam bebidas e comidas para “tira gosto” e, sem nenhuma preocupação com o meio ambiente, descartavam as embalagens na beira d’água. Mais tarde por motivos ecológicos e de segurança, esta prática foi proibida e, quem fosse pego tomando banho dentro do açude, poderia ser preso e amargar um processo judicial (FOTO 1).

Onde tem água, seja: salgada, doce, corrente ou parada, de qualquer natureza, o perigo de acidente é eminente. Mesmo para os que sabem nadar muito bem, os acidentes, também, ocorrem, porque as pessoas entram na massa líquida embriagada e, muitas vezes, são acometidos por pequenos desmaios, ou até uma simples câimbra, que em terra, nada demais aconteceria, mas como diz o ditado popular: “Água não tem cabelo!” Nestas condições invariavelmente acabam no fundo.

Antes de a barragem encher completamente, por volta do ano de 1963, aconteceu o primeiro afogamento nas águas do açude de Sumé: foi um cidadão chamado de Jerônimo, que

foi atravessar um braço d'água do açude, que ficava entre a parede e o lote de Lau, irmão de Leitinho.

Na época deste acidente o pessoal comentava que este cidadão era um exímio nadador, e que, quando não tinha canoa para fazer a travessia costumava tirar a roupa, fazer uma pequena trouxa e atravessava nadando com um dos braços e o outro fora d'água suspendendo as vestimentas. Desta vez algo aconteceu que não conseguiu chegar à outra margem.

Seu Jerônimo não era uma pessoa muito conhecida na cidade. Eu mesmo não o conhecia, mas jamais esqueci seu nome e o dia trágico em que sua vida foi ceifada nas águas do açude de Sumé. Tudo porque, quando criança, devido à influência negativa dos adultos, criei muito medo a todo ser humano que desencarnava.



Foto 1: Lazer na torre de medição do açude de Sumé

Fonte: Acervo de Francisco Adriano

Quando chegou a notícia fúnebre que esta pessoa havia desaparecido nas águas do açude de Sumé, como sempre, fiquei muito perturbado, mas como não conhecia o finado, estava um pouco mais tranquilo, certamente com

poucos dias deveria esquecer a tragédia, mas meu pai não me dava folga! Na sua pedagogia rudimentar acreditava que o medo se combatia com mais medo. Portanto, para me ver agitado, conversando com outras pessoas, na minha presença, inventou que quando uma pessoa morre afogada, a alma pode ir para qualquer lugar através da tubulação e, de repente poderia sair na torneira. Pronto! Não chegava nem perto da torneira, sozinho. Este fato foi tão marcante em minha vida, que jamais esqueci esta tragédia, nem o nome do acidentado.

O segundo acidente nas águas do açude de Sumé foi realmente uma tragédia. Ocorreu mais ou menos por volta do ano de 1978, quando uma família regressava de um almoço dominical em um lote que ficava do outro lado da água.

O canoeiro estava atravessando as pessoas de cinco em cinco e, em uma das viagens, não se sabe bem porque, o pequeno barco a remo virou e dos cinco passageiros, quatro da mesma família faleceram, inclusive uma mãe, que foi encontrada ainda segurando as mãos de suas duas filhas. Mais difícil ainda foi para o pai, que já tinha atravessado a água e se encontrava na outra margem observando a tragédia, sem poder fazer nada para salvar sua família.

O enterro desta senhora, suas duas filhas e mais uma irmã, foi uma grande comoção na comunidade sumeense.

O terceiro acidente vitimou o jovem Normando, filho de Brás Quintans. Contam que um grupo de jovens, em uma tarde de domingo, sem ter muito que fazer, decidiram ir para o açude tomar banho, e também, tomar uns grogues. Durante o banho, de vez em quando, atravessavam o braço d'água do açude de um lado para o outro, com grande euforia. Em uma destas travessias, algo aconteceu que todos os outros amigos chegaram do outro lado e Normando, mesmo sabendo nadar

muito bem, não conseguiu e foi para o fundo. De família muito tradicional na cidade e, sua mãe professora, foi uma tragédia que comoveu muito a cidade, principalmente porque no local do acidente era muito profundo e a água turva dificultou muito o resgate de seu corpo.

Acidentes de menor proporção, sem vítimas fatais, foram muitos. Alguns foram até engraçados, como o abandono da canoa conduzida por de Chipa de Zé Bento.

Na época da construção da ponte nova, quando a velha já havia sido demolida e apenas os pilares da nova estavam prontos, o rio amanheceu com água de barreira a barreira e não havia como atravessar os materiais e operários de um lado para o outro. Para não haver atraso nos serviços o mestre da obra inventou uma geringonça que consistia no seguinte: um cabo de aço esticado e fixado em dois mourões de madeira enterrados, em cada uma das margens. Uma roldana agarrada no cabo de aço, que por sua vez engatava em outro cabo de aço fixado em uma canoa.

As margens do rio estavam lotadas de curiosos para ver se a geringonça funcionar. Chipa de Zé Bento começa a remar o pequeno barco da margem lado de Sumé para a margem lado de Monteiro, quando o barco chega bem no meio da correnteza, a estrutura fixada nas margens não suportaram a carga e literalmente arranca um dos mourões. A canoa começa a girar, e o canoeiro experiente, ainda tenta levar a embarcação para a margem, mas percebendo que não poderia dominar a correnteza brava, sob os aplausos dos populares, solta os remos e dá um pulo flecheiro cinematográfico e abandona o barco, que é levado pela correnteza.

Chagas quando era adolescente gostava de fazer presepada pelas ruas de Sumé, à contra gosto de seu Pai

Norberto Preto. Gabava-se de ser grande conhecedor dos cantos e hábitos das aves do Cariri, inclusive, costumava imitar perfeitamente várias espécies.

Com tanta intimidade com a passarada inventou uma transmissão radiofônica de um jogo de futebol imaginário, entre uma seleção de pássaros pequenos, porém agis no vôo, contra a seleção de pássaros carnívoros, mas com poucas agilidades, em manobras no ar.

O que me recorde desta narrativa é muito pouco, mas vou tentar reproduzir aqui a arte do conterrâneo.

Fechava as narinas para o som assemelhar-se a um rádio de pilha, dava um apito com dois dedos enfiados na boca e, começava a transmitir o jogo com a 1ª voz. Na 2ª voz imitava o reporte de campo:

NARRANDO COM A 1ª VOZ

“Alô torcida brasileiras da selva! Neste momento entra em campo a seleção visitante, com: Canário Belga no gol. A zaga formada por: Rolinha Caldo Feijão, Galo de Campina, Salta Caminho e Sibito. No meio campo: lavandeira, concriz e juriti, e no ataque Inhambu, Beija-Flor e Arranca Milho.

Na reserva: o técnico Tucano prevendo um embate cruel trouxe onze reservas: João de Barro, Rolinha Pedrês, Pombo Correio, Bem Te Vi, Pintassilgo, Golado, Papa-Capim, Tiziu, Azulão, Sabiá e Pica Pau.

A seleção da casa entra em campo fazendo tremer a seleção visitante, com: Urubu, com seu uniforme negro, no gol. Na zaga: Socó, na lateral direita, Gavião é o beque central, com o bico e esporões afiados promete não deixar passar nada. Carcará, seu primo, na quarta zaga e Coruja na lateral esquerda. No meio campo vem, envergando a camisa 5 no costado, o volante Tetéu, considerado o grande craque da seleção da casa, Garça Branca com a 8, e Mergulhão Caçador

com a 10. No ataque, pela ponta direita com a camisa 7 Cancão, Acauã no comando de ataque, com a camisa 9, e bandana de assassino na cabeça, faz a zaga adversária tremer nas bases, e completando o ataque feroz vem Caburé com a camisa 11.

O técnico Bacurau, confiante nos bicos e esporões da sua equipe não apresenta reservas.

A arbitragem está a cargo de três papagaios faladores, vestidos com seus uniformes verdes, e a segurança está por conta de um bando de periquitos, com mais de cem elementos armados com cassetetes de gravetos de catingueira, prometem garantir a ordem no recinto.

No centro de campo Papagaio cheio de moral, estufa o peito, e apita a saída de bola para o time da casa. Acauã rola a bola rasteira, para trás até a cabeça de sua área, gavião emenda um bicão lançando a pelota para o ataque, sem pontaria, e a redonda sai pela linha de fundo.

REPORTE DE CAMPO: 2ª VOZ.

Oh! Zagueiro ruim, perna de pau! Bota o pé na forma meu filho!

NARRANDO COM A 1ª VOZ

É tiro meta para a seleção visitante! O goleiro Canário Belga, rola a bola curtinho para o lateral Sibito. Sibito conduz a pelota pela lateral esquerda e é acossado por Cancão, ponteiro direito do time da casa. Entra de vez no lance, e leva um drible, e vai parar fora das quatro linhas.

REPORTE DE CAMPO: 2ª VOZ

O magrinho Sibito deu um traço tão desconcertante que o marcador Cancão passou direto e foi cair fora das quatro linhas, e é vaiado pela torcida.

NARRANDO COM A 1ª VOZ

Sem parar Sibito dribla Socó, Mergulhão vem em cima, e também, é driblado. Sibito ultrapassa a divisória do terreno com a pelota dominada, dribla Garça Branca e sem marcador prepara-se para colocar Arranca Milho na boca do gol. Entra Gavião maldosamente por trás solando! Em cima do lance Papagaio marca a falta!

Pelo jeito deve ter quebrando as duas pernas de magrinho Sibito!

REPORTE DE CAMPO: 2ª VOZ

É verdade Sibito está muito machucado e saiu de maca. O técnico Tucano chama Bem te vi para entrar em campo. Bem Te Vi que é metido a valentão e está ali chamando Gavião para briga, mas os periquitos entram em campo e colocam ordem na cancha.

NARRANDO COM A 1ª VOZ

Alô torcida brasileira da selva! Com o patrocínio do açogue Boi Morto e do alpiste Quero Mais. Tempo e placar: pelo meu cronômetro são decorridos 4 minutos da primeira etapa. Zero para a seleção da casa e zero para a seleção visitante.

É perigo para a meta do time da casa! Barreira de cinco formada, em cima da marca da pequena área. O craque Concriz vai bater, e ele bate bem! Autorizado, toma pouca distância, corre para a pelota, dispara no angulo e é é é é é gooooooolll. Concriz! A ave da camisa 8 no costado torcida brasileira.

Quando eram decorridos! 5 minutos do primeiro tempo, torcida brasileira!

REPORTE DE CAMPO: 2ª VOZ

Mal posicionado, o goleiro Urubu vôo, mas não viu nem o azul da pelota que foi lá no ângulo, na sacola do goleiro Urubu!

Chateado com a marcação da falta, Gavião passa perto do juiz e ameaça. Deu para ouvir o que falou. “Cuidado aí seu juiz eu sei onde fica teu ninho, hein!”

NARRANDO COM A 1ª VOZ

Segue a partida na floresta. Bem te vi recolhe a bola na meia cancha, dribla Caburé e Acauã. Conduz a pelota dominada, solta a bola para Galo de campina, que na corrida choca-se violentamente com Carcará. Em cima do lance Papagaio marca a falta na intermediária, por obstrução da jogada.

REPORTE DE CAMPO: 2ª VOZ

Galo de Campina está com o peito machucado e não tem condições de jogo e é substituído por Sabiá. O banco de reservas da seleção visitante entra em campo para tomar satisfações e começa o maior sururu na cancha. A segurança, também, entra em campo para acabar com a briga, mas no final das contas a seleção visitante tem mais três jogadores titulares, sem condições de jogo: Rolinha Caldo de Feijão, Salta Caminho e Lavandeira. Foram substituídos por Tiziu, Golado e Pintassilgo. Já são cinco minutos de bola parada, mas o juiz agora vai recomeçar o jogo.

NARRANDO COM A 1ª VOZ

Com o patrocínio do açougue Boi Morto e do alpiste Quero Mais, segue a partida da floresta. Tempo e placar torcida brasileira: 18 da primeira etapa. Contínua, um para a seleção Visitante, e zero para a seleção da Local.

Segue o jogo. É tiro de canto para a seleção da casa. Tetéu ajeita a redonda na marca do corner, toma distância e atira a pelota no centro da área. O Beque central Golado, pula alto, mata a bola no peito e sai jogando. Inacreditável torcida brasileira! O juiz viu toque de asa e marca pênalti!

REPORTE DE CAMPO: 2ª VOZ

Que é isso seu juiz? Amarelou com a intimidação de Gavião? O zagueiro matou a bola no peito! O senhor está precisando usar óculos!

NARRANDO COM A 1ª VOZ

O técnico Bacurau dá um sinal para o craque Tetéu cobrar a penalidade máxima, mas Carcará não dá ouvidos e pega a bola para cobrar a infração. Coloca a bola na marca penal. Canário Belga catimba correndo e cantando de um lado para outro na sua cidadela. Autoriza o árbitro! Carcará toma distância quilométrica da redonda. Corre para a bola e dispara, sem direção! Desperdiça a chance de empatar, aos 20 minutos do primeiro tempo. Incrível torcida brasileira! Carcará arremessa a bola para fora do estádio! Continua um para a equipe visitante, e zero para a equipe da casa.

REPORTE DE CAMPO: 2ª VOZ

Este Carcará é da mesma família de Gavião. Ambos são muito ruins de bola. Só sabem mesmo o que é uma carniça!

NARRANDO COM A 1ª VOZ

Alô torcida brasileira! O açougue Boi Morto e o alpinista Quero Mais, informa tempo e placar: pelo meu cronômetro são decorridos 22 da primeira etapa. Continua, um para a seleção visitante e zero para a seleção da casa.

Segue a partida na floresta torcida brasileira! Golado cobra lateral para seu companheiro Inhambu, que acossado por Coruja recua rasteiro para Sabiá. Sabiá percebe Juriti livre pela esquerda e solta à pelota rasteira. Juriti domina, recebe a marcação de Cancão. Solta rápido a pelota, na esquerda, para Arranca Miilho, que vai a linha de fundo, dribla só e cruza no meio da área para o goleador Beija flor. Beija Flor mata no peito, tabela curtinho com Tiziu, percebe a carga pesada do zagueiro Gavião e sai da falta voando de costas, e o zagueiro passa direto ficando totalmente batido no lance. Sozinho

frente a frente com o goleiro Urubu, Beija Flor ameaça chutar na direita, pára no ar, o goleiro voa para direita no vazio e bate a cabeça na trave. Sensacional! Sem goleiro, Beija Flor ameaça entrar com bola, mas temendo humilhar a seleção local, calmamente rola a bola no canto esquerdo da meta de Urubu, e é é é é Gooooo!!!. Beija Flor a ave da camisa 9 torcida brasileira!

Quando eram decorridos 25 minutos do primeiro tempo, torcida brasileira! Dois para a seleção visitante, e zero para a seleção da casa.

REPORTE DE CAMPO: 2ª VOZ

Gol legítimo, mas este tal de Gavião está fazendo confusão, querendo impedimento, no lance. O que é isso meu irmão! O lateral Socó dava total condição ao centro avenge Beija Flor. Gol legítimo, sem impedimento!

Depois de muito empurra, empurra. O juiz aponta o centro de campo confirmando o gol legítimo da equipe visitante.

NARRANDO COM A 1ª VOZ

É saída de bola para a representação local. Açauã prepara-se para rolar a bola, mas Gavião irritado com o placar adverso, mete o bico na bola furando o balão de couro, e sem bola a partida é encerrada, quando eram decorridos 26 minutos do primeiro tempo. Dois para a seleção Visitante e zero para a seleção Local.”

Juntava gente para ouvir Chagas de Norberto transmitir este jogo imaginário. Durante as enchentes dos rios Sucurus e Pedra Cumprida costumava fazer saltos acrobáticos de cima da ponte. Nesta época, empolgado com o sucesso radiofônico, cada pulo que dava, antes, avisava para a platéia qual o pássaro que iria imitar durante a exibição.

Na vez que tentou imitar o Gavião peneira, não deu muito certo e acabou quebrando um braço. Quase que morre afogado diante da platéia aflita, que assistia ao espetáculo de cima da ponte velha!

Antes da construção da ponte que dá acesso ao bairro da Várzea Redonda, os veículos trafegavam normalmente por dentro do leito seco do riacho da Pedra Cumprida. Na estação chuvosa, entre os meses de janeiro a maio, esta travessia só era permitida através de canoas (FOTO 2) e o acesso aos distritos de Amparo e Bananeira eram imediatamente interrompidos.

Quando as águas baixavam este riacho ainda passava muito tempo correndo um filete de água limpa e, os proprietários de caminhões e carros de passeios, aproveitavam este espaço para lavarem seus veículos.

Um trabalho que encarávamos como uma espécie de festa. Nos domingos, meus amigos Cícero de Dona Zefa, Dote e outros já amanheciam a postos em frente da nossa residência, ávidos pelas brincadeiras dentro do rio e pelo trocado que esperavam ganhar. Meu pai colocava todos a bordo do caminhão e ia nos deixar dentro do rio para lavar o veículo.



Foto 2: Riacho Pedra cumprida. Fonte: Acervo de Francisco

Certa vez, não lembro o ano, o caminhão da prefeitura de Sumé conduzido por Zezinho Leite vinha voltando do bairro da Várzea Redonda e o riacho estava com uma pequena cheia. Como era costume, com o carro vazio, não haveria perigo de atolar naquele local e o motorista não imaginando a profundidade da água, arriscou atravessar o curso d'água, sem desligar a ventoinha do motor, que quando é atingida pela correnteza espana água, com muita força, no sistema elétrico levando-o ao estrangulamento do motor.

Quando o motor apagou no meio da correnteza as águas começaram a subir muito rápido e, em pouco tempo, não havia mais o que fazer.

As margens do riacho encheram-se de curiosos e no cair da noite o caminhão estava totalmente submerso. Nestes momentos aparecem todos os tipos de comentários catastróficos. Uns diziam que só iam achar o caminhão na ponte, enterrado na areia, outros diziam que o motor não serviria mais. Tudo conversa fiada! Na mesma madrugada, quando as águas acalmaram, o veículo foi rebocado com um trator do DNOCS e para o desespero dos que torcem pelo pior, depois de trocar os óleos funcionou normalmente.

CAPÍTULO XIII

LOTES DA BACIA MOLHADA

O primeiro trabalho de extensão realizado pelo DNOCS, após a conclusão das obras, foi a distribuição de pequenos lotes de terra na bacia molhada do açude, com 0,5 ha e 50m no perímetro da bacia molhada, quando o açude atingisse a cota de sangramento mínima.

A área total desapropriada foi cercada e todos os lotes espremiavam-se, entre a cerca de arame farpado e a beira d'água. Dentro do perímetro dos lotes, cada colono poderia desmatar uma parte da área para fazer uma casa, curral e plantar roçados. Na represa da água, popularmente chamada de vazante, os colonos utilizavam para plantação de batata doce e hortaliças, produtos que tinha boa aceitação nas feiras da região.

A ribeira da Pitombeira, localizada numa parte da antiga fazenda Riachão, com acesso via terrestre, possui terras escuras muito férteis. Foi um dos locais mais promissores na produção de milho, feijão, algodão, batata doce, abóbora, fruteiras e hortaliças em geral, cujos colonos que mais se destacaram foram: Zé Preto, Oscar Zuza e outros.

Praticamente não havia automóveis nem motos, e todas as segundas-feiras, às cinco da manhã, os colonos esperavam o caminhão de Sebastião Vitorino que religiosamente ia buscar o pessoal para a feira, levando seus produtos para vender na feira: galinhas, ovos, algodão, batata, porcos, caprinos e ovinos. Havia um preço estipulado para cada passagem, mas tudo era baseado na confiança recíproca. Quem não tinha dinheiro viajava do mesmo jeito! Quando

tinham pagava o atrasado, embora o proprietário do transporte não tivesse o costume de anotar nada.

Nesta época, ainda adolescentes, minha tarefa nesta empreitada era de ajudante. Em cada parada, onde iria subir ou descer alguma mulher, pulava do carro, corria no fundo da carroceria retirava uma pequena escada de madeira, encostava-a na lateral da carroceria e virava o rosto para o lado contrario. Era a ordem do proprietário do caminhão para não olhar para as moças, quando estas estivessem nesta posição humilhante: descendo em uma escada, vestidas com saias.

Muitas pessoas que residiam na periferia da cidade, mesmo não vivendo totalmente de agricultura, também, tiveram acesso a estes nacos de terra na beira molhada do açude.

Algum lote, localizados na região oeste da parede, o acesso mais favorável à cidade era por dentro da bacia molhada, mas era preciso possuir uma boa canoa, a qual era, também, utilizada para a pesca de subsistência.

Uma das pessoas que conseguiu uma gleba de terra, na bacia do açude, mesmo residindo no perímetro urbano, foi Zé Paulo, mais conhecido por Zé Paulo “Bateia” (FOTO 1). Apelido inventado por ele mesmo, quando se referia ao ato de comer. Usava sempre o termo “batear”, no sentido de mastigar.

Trabalhava de chapa fixo no caminhão de Antonio Gouveia, em dias alternados. Sempre tinha uma resposta meio mal criada, na ponta da língua, para qualquer situação.

Uma vez o patrão insinuou que poderia dispensá-lo. Saiu-se com a seguinte resposta: “O mundo é largo Antonio! Primeiro tem a terra de Nosso Senhor para se trabalhar, quando esta se acabar, tem a terra de Nossa Senhora, e se esta, também, se acabar, tem a terra do cão dos infernos”.

Apesar das pequenas rusgas, trabalharam juntos até Antonio falecer em um trágico acidente com um dos seus caminhões.



Foto 1: Zé Paulo Batéia – grande zagueiro do São Tomé. Vestido com a camisa do flamengo seu time do coração.

Fonte: Acervo de Francisco Adriano

Falando desta figura folclórica, não dá para passar direto sem falar um pouco de suas peripécias. De família muito humilde, Zé Paulo, foi um grande zagueiro central do São Tomé Esporte Clube. Não tinha muita intimidade com a pelota, driblar dentro da área. Isso nunca! Gabava-se de sua performance de limpar a bola da área de qualquer jeito. Com seu futebol de resultado, chegou a jogar profissionalmente em um time de Paulo Afonso, na Bahia.

Nesta época, nos finais de semana que tinha jogo no estádio José Jacinto, a diretoria do Clube sumeense organizava almoço para o time visitante, e também para o jogador do São Tomé, que quisesse. Zé Paulo era freguês assíduo, já que aproveitava os dias de jogos para alimentar-se melhor. Certa vez o jogo era com o time de Santa Cruz do Capibaribe - PE. Uma pedreira! Na hora do almoço o goleiro do São Tomé

percebeu que Zé Paulo estava comendo exageradamente, e discretamente falou baixinho para seu companheiro, que almoçava do seu lado.

- Zé Paulo, era bom tu comer pouco! O jogo hoje é duro! Se tu comer muito vai ficar pesado demais e não vai conseguir tirar nenhuma bola, contra a minha meta.

Irritado com a observação maldosa do companheiro respondeu prontamente, alto para todos ouvirem:

- Fica na tua, deixa minha vida de lado, visse! Eu como é muito para ficar pesado mesmo! Pesado a bola bate em mim e encontra sustança. Com fome, fraco, a bola bate e mim e vou bater dentro da tua rede.

Quando mais jovem era chegado em uma bebida alcoólica, mas quando casou, e todos os filhos eram do sexo feminino, deixou para não dá má exemplo.

Esta e muitas outras histórias contava com prazer no balcão de nossa bodega, mas não bebia, só tomava café.

Outra história interessante, que ouvi de Zé Paulo Bateia, foi quando descobriu que um vizinho seu de lote estava furtando os cachos de banana de seu pomar.

O vizinho tinha um cunhado adolescente, que além de ser meio mouco, tinha um pouco de atraso mental, mas mesmo assim, dizia Bateia: “É doido para aprender outras coisas, mas identificar os cachos de bananas, quando estes, já apresentasse dois ou três frutos maduros, para furtar, foi num instante!”.

Contava que em um determinado dia estava em um ponto do seu lote, onde dava para observar que seu vizinho e o cunhado estavam vindo, na direção do seu pomar com uma espingarda nas costas, disfarçando que estava caçando algum preá. De repente Zé Paulo se apresenta, mas apenas o vizinho ladrão, percebe a presença do proprietário, mas o aluado já

estava dentro das touceiras de bananeiras procurando algum cacho maduro, e com uma voz fanhosa, emitindo o som apenas pelas narinas, gritava insistentemente, de dentro do bananal.

- Achei! Achei! Aqui tem um cacho de “mananas” madura! Tem quatro “mananas” bem madurinha!

Zé Paulo que já esperava por esta situação, indagou o vizinho, só para ver o que ia fazer.

- O que é que ele está falando?

- Sei lá deste doido! Fala muito enrolado. Ninguém entende!

- Eu entendi muito bem, seu fulano! Ele tá te avisando que achou um cacho de banana maduro, pronto para ser levado. Eu já sabia que era vocês mesmo o ladrão de minhas bananas. Tomem vergonha na cara!

Com os grandes períodos de seca o açude não encheu mais regularmente, e a água foi ficando cada vez mais distantes dos lotes, em toda bacia molhada.

Para combater a falta d’água, na Pitombeira, por exemplo, muitos cacimbões (Poço Amazonas) foram cavados para abastecer as famílias e dessedentar os animais, mas nada destas ações foram suficientes para atrair, as novas gerações, que não visualizando futuro promissor no campo, migraram para as cidades.

Dos descendentes dos primeiros colonos, quem conseguiu manter a posse da terra outorgada pelo DNOCS, com certeza, na atualidade não sobrevive mais da agricultura e pesca. A maior parte destas posses foram passando de mão em mão e, na atualidade, a grande maioria dos proprietários, não são verdadeiramente mais agricultores. Na verdade, são pessoas de condição financeira mais privilegiada, os quais mantêm os sítios, praticamente, como área de lazer.

CAPÍTULO – XIV

FARTURA DE PEIXES E BATATA DOCE

Quando o processo de enchimento da barragem foi iniciado, em 1962, o DNOCS providenciou o peixamento do açude trazendo vários tonéis com alevinos de algumas espécies de peixe, de outras barragens: Traíra (*Hoplias Spp*), pescada-branca (*Cynoscion leiarchus*), Piau de três pintas (*Leporinus freiderici*), e Curimatã (*Prochilodus lineatus*). Como sempre, as conversas na rua eram que este procedimento não poderia dar certo, visto que a traíra era um peixe carnívoro, e que na falta de alimento comiam até os seus filhotes.

Se isto é verdade, não sei, mas o fato é que a fartura de peixe mesmo só veio a acontecer, depois da primeira descarga d'água para o açude de Boqueirão, onde o peixe graúdo obedecendo ao instinto natural, subiu o rio Sucuru e venceu a cachoeira da sangria do açude de Sumé, em busca de águas novas e calmas para a desova. Aí apareceram traíras e curimatãs enormes, além das espécies desconhecidas da região: pescada e o piau, que tem dois dentes na boca semelhantes a dentes de uma criança.

Muitas famílias de colonos dedicavam-se totalmente a atividade pesqueira. Estendiam redes nas beiradas da água aonde o peixe vinha alimentar-se nas águas mais calmas. Pescavam de dia e nas noites de lua cheia. Não havia onde armazenar o peixe fresco, então no local de desembarque das canoas, em um girau improvisado, abriam os pescados para retiras as vísceras, que eram descartadas no meio ambiente, em seguida salgavam o produto para vender nas feiras de Monteiro, no sábado, e na segunda-feira, em Sumé.

Nestas condições de trabalho não é preciso mencionar que as condições de higiene não eram adequadas, e nem seria permitida nos dias de hoje.

No final do período de chuvas, quando a correnteza estava bem fraca, os poços cavados pela água na sangria do açude ficavam grossos de peixes. Tantos que poderiam ser abatidos a pau. O DNOCS fechava a área e vendia o pescado para quem quisesse explorar. Em grande festa a população passava o dia observando os pescadores a retirarem dos poços muitos quilos de pescado.

Abaixo do escritório velho do DNOCS, no carro quebrado, foi construída uma guarita para pesar todo pescado que fosse retirado do açude, antes de ser vendido para a população, que se deslocava até este local para comprar o peixe fresco. Acredito que esta burocracia da pesagem era apenas para efeito estatístico.

Ser filho homem único entre um monte de irmãs mulheres é uma tarefa bastante espinhosa, pois não tem outro irmão para juntar as forças e enfrentar as rugas com outros moleques na rua.

Quem muitas vezes me ajudou, nesta empreitada, foi minha irmã Branca, que era um pouco maior, e se alguém me ameaçasse voava em cima, mas era uma ajuda muito ruim, porque, mais tarde, o adversário continuava me insultando: “além de cagão, é defendido por mulher!”. Nestas condições não ia muito longe de casa! Todas estas dificuldades sociais somam-se a divisão dos serviços domésticos pesados, como: carregar água do rio em galão com duas latas, relar milho em moinho manual para fazer cuscuz e, o que mais odiava: ir comprar peixe na beira d’água do açude.

No tempo que quase não havia automóveis na cidade, minha mãe me acordava às cinco da manhã, botava uma

sacola em minhas mãos, e me despachava, ainda com sono, para ir a pé até a guarita de o açude comprar uma traíra ou uma pescada, bem grande. Desobedecer, jamais! Não tinha esta petulância, mas não ia muito satisfeito caminhar, os oito quilômetros de ida e volta.

Chegávamos cedo, eu e seu Moisés, que para minha distração ia e vinha me contando histórias do tempo dos cangaceiros da fazenda Areal, que na sua pronuncia rude era “Ariá”.

Sentados em um banco na parte aberta da guarita, os clientes, tinha uma visão ampla da imensidão da água da barragem (FOTO 1), e de vez em quando observávamos um



Foto 1: Pescador lançando uma tarrafa.

Fonte: Acervo de Francisco Adriano

pontinho negro no horizonte que aos poucos ia tomando forma, até percebermos que era uma canoa, geralmente com duas pessoas que trazia pescado para a venda.

Por volta das sete horas da manhã o funcionário do DNOCS chegava, pesava a produção de cada pescador,

anotava em um livro e, em seguida, pesava o produto para cada cliente.

Na volta cada um carrega um pouco a sacola com três a quatro quilos de peixe, que quando chegava à Várzea Redonda parecia pesar trinta. Por volta da nove e meia chegávamos em casa. Odiava aquilo tudo, até o pirão do peixe não me agradava. Graças a deus que não era toda sexta-feira que a minha mãe queria comer peixe.

CAPÍTULO – XV

NO CAMINHO DA ROÇA A MINHA PRIMEIRA AULA DE ENGENHARIA

Até o início dos anos sessenta, a maioria das famílias brasileiras tinham um pé no campo, e a nossa não fugia a regra. Meu pai foi vaqueiro da fazenda Firmeza, em Sumé, mas depois que abandonou esta labuta, na metade da década de quarenta, nunca mais montou em um cavalo, no entanto a minha mãe, mesmo morando, há muitos anos, na cidade e exercendo a função de comerciante, ainda nutria uma nostalgia pela vida do campo, e cada ano dava um jeito de colocar um roçado para plantar milho, feijão, abóbora, melancia, batata doce, quiabo e maxixe.

Como meu pai não gostava de lidar com a terra, não chegava nem perto, na verdade, não sabia nem onde ficada! Então, todas as tarefas mais pesadas, como: limpar o mato, fazer as covas das plantações, colher e transportar a produção ficavam a cargo de trabalhadores contratados. O roçado não era muito grande, e geralmente dois dias de serviços de três ou quatro trabalhadores eram suficientes para as etapas de plantio e limpeza. Nestes dias éramos convocados a ajudar nas tarefas periféricas.

O primeiro roçado de Dona Florisa, que me lembro, era dentro da bacia molhada do açude, quando este ainda estava em construção. O rio não tinha água e íamos caminhando em uma vereda beirando o leito seco, até atingir a parede do açude. Do outro lado já havia um pouco de água, e para chegar à roça era necessário atravessar um braço d'água de cerca de cem metros, em uma canoa.

Para nós, que quase não tínhamos relação com a natureza era uma aventura, no caminho da roça, observar o voo barulhento dos bandos de rolinhas, escutar o canto alegre dos galos de campina, com suas cabeças vermelhas inquietas e os anus preto trepados no lombo das vacas comendo seus parasitas, que pastavam silenciosamente no aceiro do caminho. Nas locas de pedras as lagartixas apareciam a todo instante, sempre balançando a cabeça, como um cumprimento cordial. Finalmente, para as crianças, a maior de todas as aventuras era entrar na canoa balançando-se sobre as águas, sentar nos bancos estreitos e colocar as mãos na água, durante a travessia, era o Máximo! Encarávamos esta missão como uma espécie de piquenique rural!

Na pequena passagem sobre as água, nossa mãe sempre ficava muito nervosa e era acalmada pelo canoeiro, “Chipa” de Zé Bento, que do alto de sua experiência falava: “Não tem perigo nenhum D. Florisa. Pode ficar sem “coidado”, todo dia faço mais de dez viagens!”

Na roça passávamos maior parte do dia sob a copa de um pé de juazeiro, verdinho que fazia gosto, ajudado no preparo da bóia: carregando água, lenha e abanado o fogo, onde uma panela de barro com feijão, carne de charque, bucho e mocotós de carneiro borbuhlava, em um fogo de trempe. O arroz, preparado em casa no dia anterior, estava acondicionado em um caldeirão de de alumínio.

Às onze horas os trabalhadores largavam suas ferramentas e com cerimônia aproximavam-se do rancho. Depois que lavavam as mãos calejadas e impregnadas de barro recebiam a ordem: “podem colocar a comida, cada uma sabe o tamanho da sua fome!” Um a um iam mergulhando a concha, feita de quenga de coco, na panela e colocavam cuidadosamente a comida em um prato de ágata, que para

evitar o transbordamento faziam uma barreira de farinha de mandioca nas bordas, e por fim uma concha de arroz e um pedaço de rapadura completava a refeição. A comida era suficiente para todos, pois após todos os operários estarem servidos, nossa mãe fazia os nossos pratos e ainda sobrava para quem quisesse repetir.

Depois de servido o almoço, quando o sol esfriava um pouco, colocávamos chapéus de palha e ajudávamos em pequenas tarefas.

Na época da plantação, os trabalhadores abriam pequenos sulcos na terra molhada em Linha reta, e atrás as crianças catavam, em uma vasilha, cinco sementes de milho e jogavam no chão. Em seguida outro trabalhador vinha fechando as covas, empurrando a terra com os pés. Passávamos o dia alegremente nesta atividade rural e à tardinha, já escurecendo, voltávamos por cima do lombo do serrote, até atingir o cruzeiro, atravessávamos a ponte e chegávamos dentro da cidade.

Nestas viagens, para a roça, tive meu primeiro contato com obra de engenharia. Presenciamos as obras da construção da caixa d'água, quando ainda estava cercada de andaimes de madeira; da estação de tratamento, que os populares afirmavam que era apenas uma caixa d'água enterrada; da tubulação do sistema de adução e até da casa de bombas do lado jusante da parede do açude. Não faltava operários para dar informações técnicas para os adultos: "... a água vai sair por esta porta d'água e vai até aquela casinha, de onde será bombeada para a caixa d'água enterrada, lá no cruzeiro, de lá será novamente bombeada para a caixa d'água alta, que vai mandar para a rua por gravidade". Certo assim! Foi minha primeira aula de engenharia!

Equivocadamente, na época, as pessoas falavam que aquela tubulação era para fazer o saneamento da cidade. Na verdade eram apenas as obras do abastecimento d'água. Saneamento de uma cidade é algo bem mais complexo, o qual deve dispor, para a totalidade de seus habitantes: abastecimentos d'água potável, recolhimento e destino correto aos resíduos sólidos (lixo) e a coleta e tratamento de esgoto.

Neste contexto, no nosso Brasil, são pouquíssimas cidades que atendem a todas estas recomendações. Sumé com 66 anos de emancipação, agora é que está implantando a rede de coleta de esgoto, em uma parte do núcleo urbano. Quanto ao lixo, este é recolhido com regularidade, mas ainda é lançado, sem nenhuma cerimônia, em lixões nos arredores da cidade.

Embora um reservatório d'água traga outros benefícios, além do abastecimento d'água, como: agricultura irrigada, piscicultura e lazer, para uma comunidade, o abastecimento, sem dúvida é o mais importante, e obviamente precede aos demais.

O DNOCS foi o órgão responsável pelo projeto e execução da obra do açude de Sumé, que compreende a parede do barramento, o sangradouro e a comporta para fornecer água para o abastecimento urbano, como também, construiu a adutora de água bruta e todo sistema de tratamento (FOTO 1). Mais tarde, para operar os Sistemas de abastecimento d'água da Paraíba, o governo estadual criou a CAENE, e em seguida a CAGEPA.



Foto 1: Placa de inauguração do sistema de abastecimento d'água de Sumé. Fonte: Acervo particular do autor.

Nesta época não havia máquinas versáteis como a retro escavadeiras, e todas as escavações foram executados na ponta do picarete, inclusive a implantação da rede de distribuição da cidade. Na atualidade nem se cogita executar um serviço desta natureza, apenas, com o emprego de mão de obra braçal.

Os buracos cavados com muito sacrifício passavam dias abertos, até as equipes de montagem aparecerem para implantar a tubulação de amianto rijo. Tubos de PVC ainda era uma novidade, que não tinha chegado a nossa região.

Nestas brincadeiras nas bordas dos buracos senti pela primeira vez o bafo da violência do mundo. Os garotos mais velhos tinham o mau costume de colocarem os menores para brigarem. Não precisava de motivo, o negócio funcionava como uma rinha de galo. Perguntavam: "Tu tem medo de fulano?" Caso o incauto falasse que não, estava montada a rinha. Faziam dois riscos na terra e depois falavam: esta aqui é a mãe de fulano e este outro risco aqui é a mãe de beltrano.

Quero ver quem vai apagar primeiro! Pronto esta formada a briga!

Finalizados os trabalhos de implantação da rede de distribuição, um dia contrataram o caminhão de meu pai para conduzir a banda de música até a caixa d'água. Como de costume, também, embarquei nesta pequena viagem. No local já se encontravam os estudantes do Ginásio Abgart Renout, perfilados, com bandeirolas nas mãos, na entrada da repartição. Identifique, nesta turma, minha irmã Marlene, mas não tinha a menor idéia do que estava fazendo ali. Era uma tarde, por volta das quatro horas, mas o sol ainda estava bem quente. Percebia-se que os adultos estavam ansiosos esperando algo. De repente, vindo do lado de Monteiro, espirrou carros de passeio, camionetas e jeeps, todos com placa branca. A banda de música começa a tocar e as estudantes com suas blusas de mangas compridas brancas e gravatinha no pescoço agitavam as bandeirolas. Muitos homens de paletó e gravata dessem dos automóveis. Era a inauguração do sistema de abastecimento d'água! (FOTO 2)



Foto 2: Inauguração da Caene pelo Governador Pedro Gondim.

Fonte: Acervo de Sonielson Juvino

Acredito que tenha sido uma inauguração por conveniência política, talvez perto de alguma eleição, porque o sistema de tubulação já havia sido totalmente implantado, mas ainda não havia sido instalada água em nenhuma residência, apenas alguns chafarizes funcionavam para atender a população, que tinha que se deslocar até estes locais pegar água em latas, baldes e galões. O mais próximo da nossa casa, cerca de 200m, ficava na Rua Francisco de Melo, em frente ao solar de Manoel Sabiá.

Passado algum tempo a empresa estatal que passou a cuidar do abastecimento d'água da Paraíba, CAENE, instala-se na Rua Manoel Severo, vizinho a casa de Sebastião Juvino. Treinou algumas pessoas, lembro bem de um encanador chamado de Facim, para instalar água nas residências, onde as pessoas interessadas se dirigiam, faziam seu cadastro, e em seguida a equipe fazia a ligação.

Hoje é até difícil de explicar, mas a operação de ligação d'água de uma casa exigia uma parafernália de ferramentas muito grande. Primeiro tinha que dispor de uma bancada com uma espécie de torno, pois as tubulações internas das residências eram feitas com tubos de aço, ou de PVC da linha branca, ou seja rijo, os quais tinham que abrir roscas e colocar muito cordão de algodão e tinta nas conexões. Tubos de PVC soldáveis e cola são artigos mais recentes.

O processo de ligação das unidades residenciais à rede de distribuição era bastante rudimentar, de forma que se tornava uma festa para a molecada, pois todas as vezes que se perfurava a tubulação principal para fazer uma ligação nova, levantava um jato d'água de cinco metros de altura, onde a molecada fazia uma festa. Dava muito trabalho para o operador controlar a vazão, e geralmente tomava um banho. Não vou dizer que não tive muita vontade de participar destas

festas no meio da rua, mas faltava coragem de enfrentar a chegar em casa com a roupa molhada.

Deixar de pegar água nos chafarizes e ter o conforto da água tratada, livre de microrganismos, dentro de casa, nas pias e nos banheiros, é um conforto que tem preço. No final do mês as pessoas começaram a receber o boleto de pagamento pelo serviço e muitos não gostaram, principalmente, os mais idosos, que não entendiam que no valor da conta da água, está embutida uma taxa de expansão para que outras comunidades possam receber, no futuro, também, o benefício. As reclamações eram as mais absurdas: “agora gasto mais do dobro” ou então “Com tanta água no açude, onde já se viu cobrar água do povo!” “Eita governo ruim!”.

CAPÍTULO - XVI

QUEDA DA PONTE NA GRANDE CHEIA DE 1967

Depois que sangrou a primeira vez, em 1964, e como o consumo d'água era muito baixo, a barragem passava o ano praticamente cheio, e logo nas primeiras chuvas dos anos subsequentes, a população esperava ansiosa a sangria certa, para diversão dos banhos de rio aos domingos

Os trajes de banho, para os rapazes, eram permitidos calções de futebol, mas com alguma outra peça de proteção por baixo, e para as moças short, sutiã e camiseta para evitar a marca indecorosa dos mamilos na camiseta molhada. Mesmo com tantas roupas havia uma separação natural entre os dois sexos, mulheres para um lado e homens para outro. Costume que vinha da escola, onde embora as turmas fossem mistas, sempre havia o lado das mulheres e o lado dos homens. Passe livre apenas para os garotos de menos de dez anos.

Toda engenhosidade feita pela mão humana tem imperfeições. Acredito que deve ser por este fato que a profissão de engenheiro é tão ingrata. Os leigos, muitas vezes baseados apenas em suposições, sempre têm uma opinião para dá, contraria a técnica. Ainda antes de a barragem encher completamente eram comuns os pessimistas de plantão boatarem: “este açude não vai agüentar”, “eu vi dois rachões bem grande”, ou então falavam “tem um formigueiro enorme mesmo no meio da parede”, os mais catastróficos diziam: “Orós arrombou imagine este daqui!”.

Neste clima, catastrófico, de fim do mundo as pessoas que habitavam a parte baixa da cidade viviam amedrontadas pela possibilidade de estrangulamento da parede do açude.

Um dia (1967) acordo pela manhã e minha mãe falou que o açude estava sangrando forte, e a água do rio estava chegando ao posto de gasolina de Neginho Duarte. Rapidamente tomei meu café matinal e corri os 200m que separava minha casa do ponto máximo da cheia. Estava tudo cheio a rua da lama estava inundada e a travessia para o bairro da Várzea Redonda só a nado ou em canoas. As notícias que corriam pela cidade é que a parede do açude não agüentaria e que seria bom iniciar a evacuação da cidade.

O acesso automobilístico para o açude via Várzea Redonda estava impossibilitado e nas discussões de quais providências seriam tomadas, o prefeito Viton, conversando com Sebastião Vitorino concordaram que primeiro deveria ser feito uma inspeção “in loco” na parede da barragem para depois tomarem alguma posição com relação a evacuação da população. Embarcaram no caminhão: Sebastião Vitorino no volante, eu, Nandim e Viton.

Não havendo outra opção a expedição seguiu em direção a Monteiro, passou sobre a ponte, depois entrou rumo ao cruzeiro e pelo lombo da serra alcançou as cercanias do açude, acessando a parede pelo lado oposto ao sangradouro. Por este caminho o veículo não chegava até ao maciço de terra, ficava a uns 400m de distância, em uma cota superior a da própria parede de terra. Com dificuldades o grupo atravessou o pequeno matagal e alcançou a crista da barragem. Todos ficaram surpresos com a cota onde encontrava a lâmina d’água. Alguém mediu o que faltava para a água ultrapassar o maciço de terra: apenas 1,40m. Todos concordaram que a situação inspirava cuidados, embora o dia estivesse claro, sem mais promessas de chuvas.

Na volta havia muitas pessoas sobre a ponte, e a comitiva parou o veículo sobre o vão central para informar o

resultado da expedição ao açude. A ponte apesar de ser de concreto armado, havia sido construída na década de 30, quando foi aberta a BR 412, com largura suficiente apenas para um veículo por vez.

Parados sobre o vão central, para dá a notícias aos presentes, a força da água, sob seus pilares, era tão forte que transmitia para o caminhão uma vibração muito grande, parecendo que o veículo estava rodando em uma estrada esburacada.

A conversa dos adultos estava demorando muito e eu dentro daquela cabine observando o rio revoltoso vibrar a ponte. Não suportei e gritei desesperadamente que queria sair dali. Com os meus apelos e berros de pânico, meu pai ligou o carro e saiu, para meu alívio.

Telegrama para a diretoria regional do DNOCS, em João Pessoa, apelando para o envio de lonas para serem instaladas sobre a parede do monstro que ameaçava vomitar mais de 50 milhões de metros cúbicos de água sobre nossa cidade. O socorro não veio, mas também não choveu mais. Estava tudo salvo!

No outro dia as águas já haviam baixado a um nível aceitável e tudo ia muito bem, até que uma carreta, que vinha do sul, passou normalmente por cima da ponte, e em seguida uma de suas cabeças cedeu (FOTO 1). Ficou parecendo um bodoque! Interrompendo imediatamente o fluxo de veículos e danificando a tubulação d'água do abastecimento da cidade.

“ A PONTE CAIU!, A PONTE CAIU!”, gritava o povo pela rua! Num misto de festa e perplexidade, e a população correu para a saída da cidade para ter certeza do sinistro. Com pouco tempo já se fazia filas de caminhões carregados, carros pequenos e ônibus, dos dois lados da estrada. Num instante surgem muitos sabidos para dar diagnóstico do

ocorrido: “Foi isso foi aquilo!” Não havia técnicos capacitados na cidade para opinar.



Foto 1: Ponte de Sumé – 1967. Mostra uma das cabeças arriada.

Fonte: Acervo de Sonielson Juvino

Na verdade o que de fato aconteceu é que esta ponte foi construída na década de 30, quando a BR 412 foi implantada, com passagem para um automóvel por vez, e cujos dados pluviométricos disponíveis, na época, eram insuficientes para dimensionar corretamente o vão das pontes, como também a tecnologia de construção era arcaica utilizando pilares maciços de concreto, de cerca de 1 m de largura, estreitando ainda mais o canal do rio, e para piorar as cabeças das pontes, também, funcionavam como pilares, bem mais robustos. Com vão insuficiente e um grande volume d’água vazado da barragem, a força da água escavou a fundação do pilar da cabeça da ponte, do lado da cidade (FOTO 2), fazendo com que houvesse uma acomodação do maciço de concreto, conseqüentemente desestabilizando o

estrado da ponte e o fletindo levemente, permanecendo todo resto da estrutura intacta.



Foto 2: Exemplo de ponte com pilares maciços, dificultando a passagem da água. Fonte: Domínio Público.

E agora o que fazer? Nestas horas sempre aparecem os heróis anônimos. De repente um destes corajosos passou em disparada por cima do estrado danificado e nada aconteceu. Daqui a pouco mais um, e desta forma descobriu-se que para as pessoas a passagem estava livre.

Mais tarde um caminhoneiro atrevido, que certamente não deveria ser o proprietário do veículo, propôs transbordar a carga para o outro lado da ponte e com o caminhão vazio, também passou, sem problemas. Com pouco tempo muitas pessoas que nunca foram chapeados profissionais, colocaram um chapéu forrado na cabeça e começaram a transportar mercadorias de um lado para outro, explorando a nova atividade econômica da cidade.

Com o passar dos dias percebeu-se que a cabeceira da ponte havia se deslocado, mas em seguida acomodou-se, não havendo mais perigo de ruir. Para que os caminhões mais pesados trafegassem com suas cargas sobre a mesma, bastava que se nivelasse o estrado retirando o tombo do estrado para dentro do rio.

Os chapeados fundaram uma espécie de sindicato clandestino, adquiriram umas linhas de aroeiras, bem longas e colocaram sobre o estrado empenado da ponte, deixando o caminho horizontal. Armaram plantões em barracas, dia e noite, de cada lado da estrada interditada, cobrando pedágios conforme o peso do veículo. A rodovia era federal, mas naqueles rincões o poder público, principalmente o ente federal, era lento e preguiçoso.

Sebastião Vitorino, que tanto já havia sofrido nas rodovias lamacentas pelo Brasil, nesta época ainda não era vereador, mas não gostou daquela exploração aos irmãos caminhoneiros. Falando com um e com outro, formou opinião e o delegado proibiu aquela extorsão ilegal e abusiva. A exploração cessou, mas as madeiras também foram retiradas, porém o futuro vereador comprou outras peças, de seu próprio bolso e mandou reinstalar a pinguela para que todos passarem gratuitamente. Os chapeados que pretendiam continuar explorando eternamente uma rodovia federal, resmungavam pelos cantos. Esta passagem de madeira durou até a chegada da empresa de demolições da ponte velha, por volta de 1969.

Com o vão totalmente demolido o tráfego foi desviado por dentro do leito seco do rio e o abastecimento d'água da cidade foi imediatamente interrompido, porque a tubulação passava sobre a ponte. Neste momento a cidade inteira volta

a captar água para consumo diretamente no rio, sem nenhum tratamento.

Com doze anos de idade, e único filho varão de Dona Florisa, caiu literalmente sobre meus ombros a responsabilidade de encher as vasinhas com água: um tonel de 200 litros revestido com argamassa de cimento destinado para os gastos gerais, e um pote bem gordo, fixado em um tripé de ferro, cujo único tratamento para receber a água “in natura” era um pano amarrado na sua boca para coar o líquido. Era um trabalho duro todos os dias fazer cinco ou seis viagens com duas latas penduradas nas pontas de um pau de jucá, no famigerado galão, até o poço de Sebastião de Jorge, mas também era muito divertido porque encontrávamos todos os colegas nesta caminhada, e no final da jornada, aproveitávamos para tomar banho. As moças colocavam um pano enrolado sobre a cabeça (rodilha), e saíam equilibrando uma lata com água, sem derramar uma gota.

Cessado o período chuvoso, quando o açude parava de sangrar a CAGEPA colocava uma tubulação provisória atravessando o leito seco do rio, mas quando chegavam às primeiras chuvas era levada pela enxurrada e novamente a cidade voltava a ficar sem água nas torneiras, e todos voltavam ao sofrimento de captar água no rio.

O tráfico de veículos foi desviado por dentro do leito seco do rio. No sentido de Sumé/Monteiro, após a oficina de Besouro, o DNER construiu um desvio à direita, de cerca de 400m, que margeava o riacho de pedra cumprida até este encontrar-se com o rio Sucuru. Até este ponto, o pavimento era praticamente plano, porém após atravessar o rio havia um top de ladeira muito íngreme, que os caminhões sofriam para vencer, principalmente quando chovia e o eixo da tração patinava no barro molhado.

Naquela época o caminhão mais moderno do Brasil era a carreta Scania Wabbis (FOTO 3), com apenas dois eixos no cavalinho e mais dois na prancha, atualmente jocosamente apelidado de “jacaré”, pelo foto de quando está com o capô aberto parece com um jacaré com a boca aberta.

Certo dia, após uma pequena chuva, uma carreta, deste modelo, patinou no barro úmido e não conseguiu vencer o top da ladeira e o motorista, muito habilidoso, voltou de macha à ré até a frente do dormitório de Raimundo Sabiá. Com destino a São Paulo cogitou voltar para Campina Grande e fazer a volta por Caruaru, mas finalmente resolveu esperar por um dia de sol para secar o leito da estrada.

Quando acontece este tipo de evento em cidade pequena, torna-se uma espécie de atração circense para os moradores. Todos querem ver! Anunciada à hora da partida da carreta, a estrada ficou repleta de muitos curiosos para presenciarem o bom desempenho do motorista, ou o tombamento do veículo dentro no leito do rio seco. Sob o olhar atento da platéia que se distribuía em locais estratégicos, o motorista embalou fortemente a jamanta, na parte plana, que a estrada ficou coberta de poeira, e no pé do top começou a voltar às machas com grande habilidade, até que quando engatou à primeira marcha, o cavalinho já estava fora do desvio. Sob os aplausos da turba, envaidecido, o motorista deu uma buzina bem longa e seguiu seu destino.



Foto 3: Caminhão Scania Wabbis de quatro eixos.

Fonte: Domínio Público.

Quando chegava a estação das chuvas o aterro do desvio da estrada, feito pelo DNER, o qual fechava totalmente a correnteza do rio, formava um pequeno lago, que conforme as chuvas iam caindo, cada vez mais ficava perto de estourar. A população acompanhava milímetro a milímetro o enchimento do lago, até que a água lavava por cima do pequeno desvio da estrada, para alegria dos populares.

Era uma festa, as pessoas deslocavam-se para ver a enchente, mesmo que este evento fosse à noite. De repente, surgiam várias canoas para atravessar os transeuntes da estrada.

O ônibus com destino à Monteiro aportava nas cercanias do dormitório de Raimundo Sabiá, por volta das dezoito horas, e os passageiros que se destinavam aquela cidade desembarcavam com suas bagagens, caminhavam cerca de 400m até a beira do rio, atravessavam o curso d'água nas canoas, e na outra margem outro ônibus, da mesma empresa, os aguardavam para continuar a viagem. Em fila indiana conduzíamos alegremente as bagagens dos

passageiros do ônibus, até a beira do rio para ganhar uma gorjeta.

As cargas dos caminhões, também, eram baldeadas de um lado para outro, mas através de “chapas” profissionais. Quando o rio estava mais baixo, os caminhões aventuravam-se por dentro da água para evitar fazer uma volta longa, geralmente por Caruaru, até chegar a Campina Grande.

No transbordo das cargas e na passagem dos caminhões por dentro da água do rio, aconteceram algumas histórias hilárias.

Antonio Casimiro, era um afro descendente que tinha os cabelos escorrido de índio, um tipo cafuso, mas era muito franzino. Ganhava sua vida ajudando sua esposa, Dona Lina, a fabricar panelas de barro. Seu físico não o credenciava a fazer serviços pesados, mas quando a ponte caiu, mesmo sem ter condições físicas, resolveu aderir aos serviços de “chapa”.

Certa vez, quando participava do transbordo de uma carga de açúcar, não suportou o peso da saca de 60 kg e caiu ajoelhado dentro do rio. Com água até a cintura, vendo à hora perder a mercadoria dentro d’água e ter que vender suas panelas para pagar o prejuízo, gritava desesperado:

- Socorro! Socorro! Ajudem-me pelo amor de deus, senão vou perder as panelas de Lina desta semana!

Nesta época havia um chapa alcunhado de “cachorrão” muito conhecido por sua vontade de retirar sempre um a mais dos caminhoneiros forasteiros. De caso pensado, em uma madrugada, “Cachorrão” sempre guiava o incauto motorista para um buraco que havia na saída do atoleiro. Neste dia apareceu um baiano, que foi levado para o pequeno abismo, balizado pelo chapa. O caminhão caiu no buraco e atolou até a água chegar perto da carga.

“Cachorrão” com sua voz grossa e compassada, assim que o motorista desceu do carro, falou logo!

- Eu pedi para o senhor puxar um pouquinho para a direita, mas o senhor puxou demais, e assim o caminhão acabou caindo no buraco!

- E agora chapa? Perguntou o baiano já irritado.

- Agora o senhor contrata: eu, fulano e sicrano para descarregar e fazer o transbordo da carga.

- Quanto vai ser este serviço? Perguntou o motorista cada vez mais abusado.

- Meu amigo o negocio é o seguinte: isso aí vai custar mil e duzentos contos para nós três, quatrocentos para cada um.

Sem dizer mais nada o baiano despanaviado saca um revólver 38 e encosta nos córneos do chapeado, perguntando:

- Quanto?

- Meu amigo o negócio é o seguinte, você é pai de família eu também sou, vamos tirar os mil e fazer tudo por duzentos. Eita que batida de pino!

Como o incidente foi pela madrugada, com poucas testemunhas, por muitos anos o pessoal chateava “Cachorrão” perguntava quando o baiano ia voltar, mas ele sempre dizia que era tudo invenção da raça ruim.

Finalmente por volta de 1971 a nova ponte foi inaugurada, com largura padrão do DNER, mão e contra mão, própria para receber um dia o asfaltamento da BR 412.

Para a juventude de hoje, conectadas ao mundo através da internet, não poderão jamais imaginar que no início dos anos 70, a grande aventura que os casais de namorados faziam era até a ponte, mesmo quando o rio estava seco. Muitos rapazes de bicicletas alugada, alguma moto e a pé, desfilavam nas tardes de domingo com suas garotas. Os casais

mais descolados arriscavam-se a subir até o cruzeiro da cidade, e mesmo até a caixa d'água. Mas tinha que ter cuidado, pois o casal flagrado nesta incursão desacompanhado de alguma tia, não tinha perdão: o pai da moça obrigava o mancebo a contrair matrimônio na “marra”.

CAPÍTULO XVII

PERIMETRO IRRIGADO DE SUMÉ (PIS)

O Açude Público de Sumé, com capacidade aproximada de armazenamento d'água de 45 milhões de metros cúbicos, foi projetado visando ao seu aproveitamento para fins múltiplos, nesta ordem de prioridade: abastecimento d'água, agricultura de áreas de vazantes, piscicultura, controle parcial de cheias e irrigação do vale rio Sucuru.

A implantação do perímetro irrigado de Sumé aconteceu normalmente dentro de um programa experimental do DNOCS, sem promessas, sem alarde, havendo alguma interferência política apenas na escolha dos primeiros colonos, onde alguns “estrangeiros” foram escolhidos, como por exemplo, um parente do engenheiro residente, oriundo do estado do Ceará.

Portanto, pouquíssimas pessoas acreditavam na implantação do projeto em Sumé, e menos ainda na sua eficiência, mas no ano de 1967, o DNOCS aprovou um projeto arrojado de Perímetro Irrigado para o Açude de Sumé, no valor total de US\$1.800.000,00, incluindo a desapropriação de 837,37 há de área, sendo 563,72 ha de área seca, 273,75 ha irrigável através de canais de gravidade (FOTO M), com cerca de 13 km de extensão, distribuídos em 47 lotes, que já vinham com casas e currais para gado, para cada família, em média, com 5,72 hectares irrigáveis.

De acordo com as condições físico-químicas do solo e do clima, o projeto previa o plantio de culturas diversificadas: coco, feijão, milho, pimentão e tomate industrial, nas áreas irrigadas e a criação de bovinos nas áreas sequeiras, visando

uma produção capaz de dar sustentabilidade econômica às famílias dos colonos.

Para gerenciar este grande projeto, o DNOCS, designou o engenheiro agrônomo cearense Dr. José Fernandes Sampaio, recém chegado do curso de pós-graduação em irrigação na cidade do México.

Os primeiros serviços de terrapleno para implantação das áreas irrigáveis e o canal, a jusante da parede do açude, passando pela várzea de João Aleixo e de Maria Severo, ainda foi executado com o maquinário do DNOCS, que nesta época recebeu quatro Moto Screaper, originárias da Tchecoslováquia (FOTO 1). Máquina ágil, sofisticada, montada sob pneus grandes e equipadas com dois motores potentes independentes. Operando em duplas, executavam sozinhas as operações de: escavação, carregamento, transporte, descarrego e nivelamento, eliminando o uso de tratores de esteiras, pá carregadeiras e moto niveladoras (Patrol). No carregamento, parte da operação que exige maior esforço, um maquina engata-se a outra automaticamente, dobrando a potencia de cada conjunto.



Foto 1: Moto Screaper com dois motores executando as operações de descarga e nivelamento. Fonte: Domínio Público.

Por algum motivo estes serviços, que vinham sendo executados diretamente pelo DNOCS foram, de repente, paralisados e abandonados por alguns anos, e o terrapleno, localizado logo após o antigo vapor de algodão de Maria Severo, para alegria da garotada, por um bom tempo, transformou-se em vários campos de futebol, para jogos de “pelada” no final da tarde.

Relatórios do DNOCS afirmam que, nesta fase, cinco lotes já estavam concluídos, e os colonos empossados passavam por uma quarentena de adaptação, ao mesmo tempo em que testavam as culturas mais adaptáveis ao projeto.

Pressionados pelo lobby das grandes construtoras, o governo federal lentamente vai reduzindo o investimento na inovação do parque de máquinas, sucateando o DNOCS, que conseqüentemente é substituído pelas grandes empreiteiras, através das famigeradas licitações.

A primeira construtora que chegou a Sumé para concluir as obras do canal, aplainamento e preparo das áreas cultiváveis e construção das residências dos colonos foi a Construtora LEÃO Ltda, por volta de ano de 1970. Primeira fase do projeto, que foi concluído no ano de 1972. A segunda etapa foi executada pela empresa SAMA ENGENHARIA LTDA, concluindo os serviços no ano de 1975.

Nos primeiros anos de funcionamento pleno do Projeto de Irrigação de Sumé (PIS), com terra nova, água e sol à vontade, o ano inteiro, a produção de hortifrutigranjeiros foi muito forte, transformando Sumé em um oásis dentro do Cariri esturricado.

A atividade econômica cresceu muito atraindo trabalhadores em geral e comerciantes, para nossa cidade, de todos os recantos da Paraíba, e até de outros estados. Apesar

de Monteiro ser o grande centro urbano do Cariri, com vários bancos e representante regional das secretarias de Finanças, Educação e Segurança pública, entre o final dos anos 60 ao meado dos anos 80, a população sumeense aumentou 50%, enquanto Monteiro manteve-se praticamente estável. (FOTO 2).

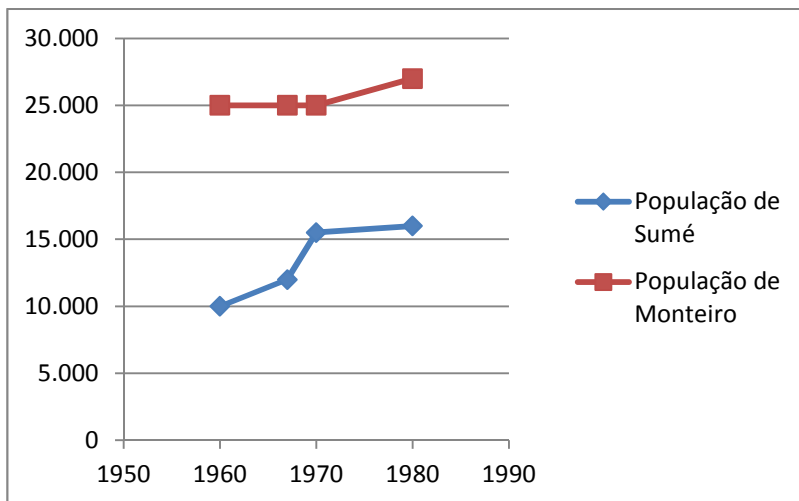


Foto 2: Comportamento das populações de Sumé e Monteiro de 1960 a 1980. Fonte: <http://www.ibge.gov.br>

O tomate de chão, própria para a indústria foi à cultura que mais se adaptou a região. Na época da safra a cooperativa chegava a enviar 20 caminhões diários (FOTO 3) para a fábrica Peixe em Pesqueira. Havia trabalho para todos na cadeia produtiva da cidade, desde os apanhadores do fruto, carregadores (chapas), encaixotadores, caminhoneiros, comerciantes, etc.

Toda produção era negociada em bloco através da cooperativa controlada pelo grupo de colonos, mas administrada pelo DNOCS, cujos rendimentos só eram

distribuídos no final de cada ano, em um evento muito esperado pelo comércio e toda sociedade sumeense.

Colonos endinheirados saldavam suas dívidas anuais, davam festas, compravam automóveis, mudavam os móveis da casa e gastavam nos bares e cabarés, e, até contraíam novas bodas.



Foto 3: Caminhão carregado de tomate com destino a Fábrica Peixe em Pesqueira. Fonte: Acervo particular do autor.

O tomate de caule longo cresce enramando-se em uma estrutura de varas. Este produto, mais nobre, destinava-se ao mercado das feiras livres, abastecendo o comércio local e exportando o excedente para as praças de Monteiro, Campina, Caruaru, Recife e até para São Paulo

Com o grande sucesso financeiro da agricultura irrigada na cultura sumeense, a técnica de irrigação e manejo no plantio de tomate, cenoura e pimentão, transpassa o Perímetro Irrigado, e aos poucos outros agricultores foram testando irrigação com motor-bomba, e mais tarde qualquer reserva d'água disponível, mesmo de cacimbas no leito seco

do rio, servia para implantação de plantios de hortifrutigranjeiros.

No início dos anos noventa o perímetro irrigado do Açude de Sumé apresenta os primeiros sinais de estrangulamento. Alguns trabalhos acadêmicos da UFCG apontam os sinais para a fadiga do projeto, como: salinização da terra, desobediência técnica dos colonos, competição de grupos antagonicos no controle da cooperativa, num processo de autofagia, estrangulamento da reserva hídrica do Açude de Sumé, e finalmente, a saída do apoio do DNOCS (FOTO 4).

Todos os problemas listados realmente não deixam dúvidas, que de fato, contribuíram para o esfacelamento do Projeto de Irrigação de Sumé (PIS), porém a raiz de tudo está na concepção do projeto: irrigação por inundação de canais por gravidade. O Açude de Sumé tem três características físicas, bastante difundida na comunidade científica, as quais proíbem este tipo de projeto:

1- A bacia hidrográfica está assentada muito próxima do embasamento cristalino, aflorando rochas muito salgadas.

2 - Alto gradiente topográfico da bacia hidrográfica (o rio Paraíba aprox.: 1m/km, contra 0,05m/km do rio Amazonas). Este fator imprime muita força às enxurradas, acelerando o transporte de cristais salgados para os reservatórios.

3 – Para irrigação por gravidade, com grandes desperdícios de água, o dimensionamento do canal e reserva de água do manancial de Sumé, não era compatível para o tamanho do projeto. Fato constatado: os lotes mais distantes quase não recebiam água.

Os processos naturais mostrados nos itens 1 e 2 aceleram a salinização da água do reservatório, e irrigação por gravidade, item 3, utilizando grande volumes de água (FOTO 5), transfere

a salinidade da água para o solo, diminuindo a produtividade, e mais tarde, tornando-o imprestável para agricultura. Somado a todos estes fatores adversos, o Projeto de Irrigação de Sumé (PIS), ainda tem que vencer um fator natural e aleatório: o clima. Grandes períodos de precipitações abaixo da média, como registrado em 2013/17, chegando a secar totalmente o manancial de Sumé (FOTO 6), também, ações antrópicas, como: desmatamento e construção de barragens à montante. Portanto, a concepção do projeto foi equivocada.

Documento técnico - Comunicação Interna do DNOCS pedindo afastamento dos funcionários do órgão das atividades em Cooperativas

(REQUERIDO PARA 1a, 2a, 3a e 4a DMA)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CIRCULAR Nº 08 DIRETOR

Fortaleza, 28 de dezembro de 1982

Senhôr Diretor,

Como é do conhecimento de V.Sa., tem se constituído preocupação do DNOCS deixar que gradativamente as Cooperativas de Irrigantes alcancem sua autonomia, dispensando a interferência deste Departamento, máxime em questões de cunho gerencial. Tal não impede, porém, que as mesmas continuem sendo assistidas tecnicamente por esta Autarquia, bem assim fiscalizadas pelo INCRA, ônus que encorajado de resolver assuntos dessa natureza.

Em sendo assim os Gerentes devem ser empregados executivos das Cooperativas, e não servidores deste Órgão, postos ao seu serviço quando de sua implantação e, até mesmo, tempos depois de terem entrado em fase operacional. O sistema de contratação de pessoal, por parte das Cooperativas, prevê, inclusive, a absonção produtiva de servidores estranhos aos quadros de Autarquia, dispensando, é óbvio, o concurso dos mesmos funcionários.

De tal forma solicitamos de V.Sa., adotar as providências que se fizerem necessárias com vistas a afastar servidores do DNOCS das funções de Gerentes de Cooperativas de Irrigantes, localizadas em áreas de jurisdição desta Diretoria Regional, ficando de agora estabelecido o prazo de no máximo 03 meses e 06 dias no máximo, para que os mesmos retornem aos seus cargos e lugares de origem.

Contando com sua compreensão apresento a V.Sa., ao ensejo, os melhores cumprimentos de distinto apreço.

Ass: José Osvaldo Pontes
ENGR. JOSÉ OSVALDO PONTES
Diretor Geral do DNOCS

*De acordo
de 04/01/83
para ser enviado para
o Sr. Diretor
em 07/01/83
J.P.*

000 - 11176

Foto 4: Ofício de saída do DNOCS o Projeto de Irrigação



Foto 5: Retirada de água para irrigação com mangueiras de 3" mostrando desperdício de água. Fonte: tese de



Foto 6: Açúde totalmente seco. Fonte: Acervo particular do autor.



Foto 7: Casa de Colonos do PIS. Fonte: Acervo particular de Graça Braz.

CAPÍTULO XVIII

CHEIA DE 1985

O núcleo urbano de Sumé está localizado na confluência do rio Sucuru e o Riacho São Tomé, mais conhecido como riacho de Pedra Cumprida. A parte mais baixa da cidade está a uma cota inferior a 3m do leito seco dos dois rios.

Havendo cheia apenas em um dos tributários, a calha rasa do rio é suficiente para absorver todo volume d'água. Quando coincide dos dois rios botarem cheias, ao mesmo tempo, a correnteza mais forte e a geometria do traçado do rio sucuru, que neste ponto corre em linha reta, barram o fluxo do riacho Pedra Cumprida, que além de ter menor potencia fluviométrica deságua, no rio Sucuru, em sentido perpendicular. Sem saída suas águas represam e invadem a cidade, justamente no seu ponto mais nefrágico: a área comercial.

Conforme já nos reportamos anteriormente, neste trabalho, que devido ao alto gradiente topográfico dos rios do cariri, a velocidade de suas águas são bem altas. Portanto, como não são comuns chuvas torrenciais por vários dias seguidos na região para realimentação fluvial, estas cheias, geralmente duram apenas algumas horas, causam muitos prejuízos financeiros aos comerciantes, porém o pânico que deveria causar na população é geralmente transformado em festa.

Antes da construção do açude era normal esta parte da cidade ser invadida pelas águas, pois como não havia o barramento do rio Sucuru (Açude Sumé), era muito mais provável a coincidência de cheias dos dois rios. Com a

construção do barramento, este risco, obviamente, é menor simplesmente porque a barragem retarda a descarga d'água no rio Sucuru.

Desde que o açude foi construído apenas duas vezes coincidiu dos dois rios tributários botarem cheia ao mesmo tempo. A primeira vez foi em 1967 quando o rio Sucuru botou uma grande cheia, que chegou a causar perigo das águas lavarem a parede do açude. A água represada ainda chegou ao posto de gasolina de Neguinho Duarte, na Avenida Primeiro de Abril. Não avançou mais porque a cheia do riacho da Pedra Cumprida foi muito fraca. Desta vez a velha ponte da estrada de Monteiro, que tinha um vão mais estreito, não suportou a força da água e foi a pique.

Em 1985 (FOTO 1) o açude já estava sangrando e as chuvas torrenciais caíram uniformemente nas duas bacias hidrográficas, portanto, neste caso o açude de Sumé não funcionou mais como retardo da cheia do rio Sucuru. Então desembocaram suas cargas d'água na mesma hora e, neste embate dos dois rios, a vítima foi à cidade, a qual foi invadida por uma grande enchente.

Contam que o nível Máximo da água chegou ao prédio dos correios! (FOTO 1 E 2). Nesta época já morávamos todos em Campina Grande, mas me encontrava em Belém do Pará fazendo um curso. No tempo que as comunicações eram muito precárias, de repente, por volta da nove horas da manhã o pessoal da biblioteca estava me procurando para atender a um telefonema do Nordeste. Nestas horas pensamos logo em caso de morte e/ou doença na família. Graças deus não era isso! Era minha irmã Marleide, de Teresina – PI, para me dá a notícia que estava havendo uma cheia em Sumé muito grande, que a água estava dando na cintura em frente ao clube municipal. Notícias repassada de

boca em boca, primeira reação foi bater um nível mental, do clube, até prédio comercial da família, que se localizava em frente à porta principal do mercado, ora arrendado por José Júlio. Concluí que no caso da informação ser verdadeira, o prédio da família não estaria nem com as telhas de fora, certamente já havia ruído e os destroços já estaria perto de Boqueirão. Pasma com as notícias! Falei apenas: “A mamãe esta aí na tua casa. Não vai dizer que as suas casas estão debaixo d’água, por enquanto, que vou me informar melhor”.



Foto 1: Cheia de 1985 – Beco de Severino Caetano.
Fonte: Acervo de Francisco Adriano.



Foto 2: Cheia de 1985- Rua Manoel Severo em frente à Bodega de Dona Florisa. Fonte: Acervo de Francisco Adriano

Na época que não existia celular fui direto para a telefônica tentar uma ligação para o nosso inquilino, mas levando em consideração as notícias alarmantes, não tinha muitas esperanças de ter alguém do outro lado da linha no telefone fixo, a menos que tivesse em uma canoa. Mesmo assim, liguei e aliviei a cabeça quando reconheci a voz de Zé Júlio, que me tranqüilizou. Perguntei: “é verdade que a água está dando na cintura em frente ao clube? Não tem muito boato falso por aí. Tudo já está calmo e a água, aqui no prédio de Dona Florisa, chegou apenas um pouco acima da cintura.”

No dia seguinte, as ruas e as casas atingidas pela cheia estavam cobertas de lama, e o governo o estado, através do DER, comandado pelo sumeense Assis Quintãns enviou caminhões pipa e operários para lavar as casas e as ruas.

O nosso prédio, que graças a deus foi protegido pelo sistema arcaico de construção: parede de “meia”, que só

sofreria estrangulamento estrutural juntos com as demais construções, portanto não sofreu nenhum dano físico, mas tivemos perda total no acervo fotográfico da família, que estava guardado em um dos cômodos do quintal da nossa casa comercial. Não escapou nada, tudo perdido!

Dias depois encontrei-me com alguns conterrâneos caminhoneiros em Belém e estes me relataram o episódio mais detalhadamente. Apreensivo com a calamidade esperava ansioso por um relato calamitoso e pesado do episódio, mas um dos interlocutores disparou diretamente que os prejuízos foram relativamente pequenos e que, na verdade, tudo foi uma mistura de festa inesperada e solidariedade.

A festa espontânea surge quando o povo em geral, mulheres, homens e crianças, vendo aquela enchente saíam loucos banhando-se nas águas barrentas. A solidariedade vem em seguida, quando a população percebe que as águas estavam saindo do controle e invadindo as residências e as casas comerciais pondo em risco os estoques de mercadorias. Neste instante a brincadeira torna-se solidariedade e todos saem em socorro ajudando a levantarem as mercadorias para as partes mais altas das prateleiras. Tudo sem interesse e sem haver a menor possibilidade de saque.

Mercadorias armazenadas em sacos, como açúcar, arroz, feijão, etc. foram salvos através de caminhões, como foi o caso do grande mercadinho de meu amigo Neguinho Duarte. Na loja de estivas de Seu Arnaldo Neves, que dispunha de dois pavimentos, a população carregava os produtos para o andar de cima, e, para não engarrafar a escada pulavam da marquise no meio da rua alagada.

Sem nenhuma apologia a superstições sobrenaturais, mas esta cheia de 1985, foi uma aldespedida triunfal dos dois rios que banham Sumé. Sem piedade lavaram as ruas do

comércio sumeenses num protesto da mãe natureza contra as ações antrópicas ,nas bacias dos dois rios, alertando que até mesmo a natureza tem limites e que o abusoavisando que caso as ações antrópicas continuassem a agredir as suas bacias, eles regrediriam e, em um futuro próximo, se tornariam apenas dois esgotos.

CAPÍTULO XIX

O INESPERADO – O AÇUDE SECOU

Conforme nos reportamos no início deste trabalho, o volume de água barrado de uma bacia hidrográfica é finito e perfeitamente calculável através de modelamento matemático, fundamentados em dados estatísticos das séries históricas das precipitações da região.

Portanto, não se pode abusar desta prática, sob o risco das barragens não conseguirem sangrar, com uma frequência razoável e assorearem precocemente (FOTO 1), principalmente na região do Cariri, onde as bacias hidrográficas estão assentadas muito próximas do embasamento cristalino.

As rochas xistosas, altamente salinizadas, são facilmente desagregadas através da ação intempérica do vento, do sol, da chuva e da correnteza forte da água, que conduz este material para dentro dos reservatórios, tornando-os verdadeiros depósitos de sal.

Como exemplo, temos os açudes de Soledade na Paraíba, atualmente imprestável para o consumo humano, e Cedro do Ceará, com capacidade para 125 milhões de metros cúbicos de água. Foi o primeiro açude construído no Nordeste, iniciado no ano de 1890, e concluído em 1906. Até agora sangrou apenas três vezes: em 1924, 1925 e 1974. Hoje servindo apenas de ponto turístico, onde no seu entorno tem uma montanha rochosa em forma de “Galinha Choca”.

Na época da confecção destes projetos não se dispunha de séries históricas de dados pluviométricos e fluviométricos, imprescindíveis para o dimensionamento adequado do volume d'água a armazenar. Sem estas

informações, acabaram sendo dimensionadas barragens com volumes incompatíveis com a capacidade hídrica da bacia, logo não tendo como enchê-las, em condições normais.

Trabalhos acadêmicos da UFCG mostram que a montante do barramento do açude de Sumé, nos últimos 55 anos foi construída cerca de 70 barragens de pequeno porte e, uma de médio porte: o açude São Paulo, que de acordo com as fontes pesquisadas tem capacidade para 21 milhões de metros cúbicos. Desta forma, mesmo levando em consideração, que cada barragem de pequeno porte tenha capacidade média para armazenar 750 mil metros cúbico, o total armazenado a montante de Sumé seria de cerca de 73,5 milhões de metros cúbicos, os quais não chegam mais ao açude de Sumé. Superando em aproximadamente em 163% a sua capacidade armazenada. Nesta situação para que a bacia hidrográfica inicie a contribuir para o enchimento do açude de Sumé, é necessário primeiro encher todas as barragens à montante, com cerca de uma vez e meia a sua capacidade, e, para sangrar seriam necessários mais os seus 45 milhões de metros cúbicos. Ou seja, um volume total de aproximadamente 120 milhões de metros cúbicos.

Imaginando um cenário mais favorável, considerando que todas as barragens da bacia, acima de Sumé, consigam manter 10% da capacidade armazenada, mais ou menos um total 12 milhões de metros cúbicos. Neste caso, para completar todo este sistema de armazenamento d'água seria necessário um aporte de 108 milhões de metros cúbicos de água, apenas para suprir a parte superficial, desconsiderando a parte da infiltração e evaporação.



Foto 1: Troco de Baraúna dentro da bacia do açude de Sumé mostra o açoreamento. Fonte: Acervo de Francisco Adriano

A pergunta que não quer calar! Ainda é possível, nestas condições, que o açude de Sumé volte a sangrar? A resposta é sim! Mas seguramente com a existência das barragens à montante, não sangrará mais com a mesma frequência dos anos setenta, pois mesmo os fenômenos naturais sendo eventos aleatórios, também, seguem algumas regras.

A series históricas da pluviosidade regional do Cariri, de 1960 a 2017, considerando apenas o período da existência do açude, mantém um padrão médio entre 300 a 600 mm anuais e, neste intervalo apenas nos anos de 1985, 2.000 e 2011 foram registrados eventos de precipitação acima de 700mm anual, conforme podemos observar no gráfico. (FOTO 1).

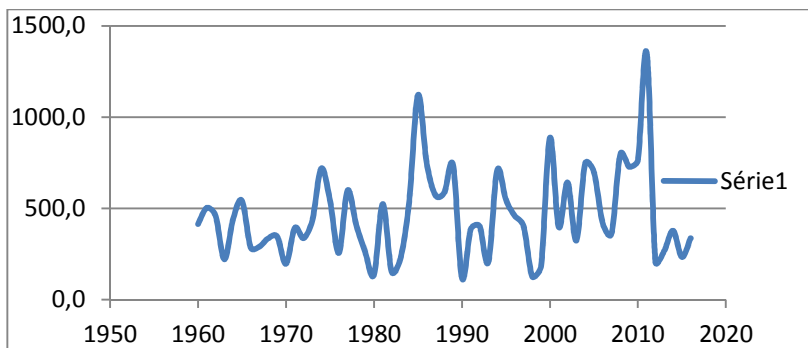


Foto 2: Gráfico da pluviosidade regional Posto de São João do Cariri. Fonte: Dados da AESA.

É fato que o Cariri paraibano naturalmente tem um déficit hídrico, ou seja, o volume de água precipitado na região não é suficiente para desenvolver atividades básicas, como: necessidades e higiene pessoal, agricultura, pecuária e indústria, fundamentais para a sobrevivência e desenvolvimento da população, onde de acordo com o gasto médio no Brasil é de 163,3 litros/dia.

Nos últimos anos (2013/17), conforme mostra o gráfico acima, a pluviosidade diminuiu bastante e acentuou o déficit hídrico e todos os grandes açudes da bacia do alto Paraíba secaram completamente: Sumé (45milhões) (FOTO 3), Congo (69 milhões), Taperoá (15 milhões), Camalaú (48 milhões) e o Boqueirão (535 milhões). Ou seja, faltaram aproximadamente 700 milhões de metros cúbicos de água para atender todo sistema satisfatoriamente, praticamente uma vez e meia a capacidade armazenada da barragem de Boqueirão.

O consumo d'água, em qualquer parte do mundo, está diretamente ligado ao IDH de cada região. No final dos anos 50, quando 70 % da população nordestina vivia na zona rural, de acordo com os hábitos da época, o consumo diário por pessoas, não passava de 50 litros/dia. Na atualidade a distribuição da população inverteu-se, onde hoje apenas 20% vivem no campo, e mesmo as comunidades rurais, na medida do possível dispõem de abastecimento d'água potável e a informação do modo de vida das grandes metrópoles mundiais vagueia rapidamente pela internet, contribuindo diretamente para o aumento do consumo.

Criticado por ecologistas sulistas e, até por alguns artistas paraibanos, a transposição das águas do Rio São Francisco, não é uma falácia política, é uma necessidade para equilibrar o déficit hídrico da região. Não houvessem concluído esta obra até mês de abril de 2017, algumas cidades do Cariri e Campina Grande, no agreste, com mais de 400 mil habitantes e grande pólo industrial paraibano, teriam entrado em colapso total no abastecimento d'água.



Foto 3: Açude de Sumé totalmente seco.

Na época do império o Rio Francisco foi considerado o rio da integração, pois através deste curso d'água foi possível a penetração para o interior do Brasil. Hoje com a implantação da sonhada Transposição, consideramos este caudaloso rio como a redenção do polígono da seca, capaz de matar a sede de milhões de pessoas e animais, mas para isso as autoridades devem cuidar com mais zelo da sua bacia hidrográfica, que já

apresenta sinais de estrangulamento, criando um comitê de bacia forte para reprimir com rigor o desmatamento ilegal.

“Ora o rio alimenta o aquífero, ora o aquífero alimenta o rio”. Esta citação, muito conhecida entre os hidrólogos, é fundamental para compreendermos o funcionamento intermitente de um rio comprido como o São Francisco.

Dentro desta lógica a vazão dos rios perenes, não acontece apenas nos períodos de chuvas. As precipitações que desabam em toda área de uma bacia hidrográfica, parte vai direto para as calhas dos rios, mas outra parte infiltra no solo saturando os aquíferos sedimentares, os quais, mais tarde, quando os rios estão mais rasos, vão agora lentamente alimentar os rios.

Com esta simbiose natural os rios perenes mantêm suas vazões praticamente constantes. Nesta engrenagem a cobertura vegetal, principalmente as matas ciliares (Nas bordas de rios e riachos) é de fundamental importância, para no momento das chuvas, retardarem a chegada da água nos rios e riachos, e desta forma facilitar o enchimento dos aquíferos e evitar grandes cheias.

Não havendo cobertura vegetal o desastre ecológico é eminente: a chuva que cai no terreno destrói os solos férteis, os aquíferos não recarregam adequadamente, portanto não poderão alimentar os rios no futuro e, grandes quantidades de sedimentos são carregadas para dentro da calha dos rios, diminuindo o volume d'água corrente. Neste cenário estamos diante da morte para um curso d'água!

A obra da transposição do rio São Francisco, do eixo Leste, o qual beneficia o nosso Cariri, inaugurada duas vezes, com muita pompa, pelas correntes políticas nacionais, mesmo sem que a obra estivesse totalmente pronta. Faltaram concluir

as obras de drenagens, para proteger os canais da erosão (FOTO 4)

No nosso Brasil não temos a prática de planejamento de obras de longo prazo, que possa ser executada por vários governos e obedeça aos preceitos da engenharia, onde: 1º- Projeto básico, 2º-Projeto executivo e 3º- Planejamento da Manutenção e Operação.

Infelizmente tudo aqui é planejado para ser executado dentro do prazo de um único governo. Não há, portanto, planejamento de Estado, e sim planejamento de governo. Esta pratica mesquinha faz com que a maioria das grandes obras de infra-estrutura, como a Transposição do São Francisco, sejam licitadas apenas com os dados dos projetos básico. O projeto executivo, o qual tem um nível muito maior de detalhamento, necessário para a execução da obra, só é confeccionado paralelamente a execução, o que, com certeza, possibilita fraudes e aumentos astronômicos no valor previamente determinado no projeto básico. No caso da Transposição a obra foi vergonhosamente majorada de 4,5 para mais de 10 bilhões de reais.



Foto 4: Canal da transposição descarregando no Rio Paraíba em Monteiro.
Fonte: Acervo particular do autor.

Conceber o projeto da Transposição e executar a obra, com toda sua complexidade, reconhecemos que não foi uma tarefa fácil, porém a manutenção e operação do sistema, serão tarefas muito mais complicadas e árduas. O sucesso de todo investimento monetário e sacrifícios ambientais, aplicados neste projeto, dependerão da eficácia destas ações.

Operar este sistema com eficiência significa dá manutenção aos taludes dos aterros dos canais e nas estações elevatórias, como também, manter vigilância permanente em toda extensão do projeto, não permitindo o desvio de água ilegalmente, como é comum em outros projetos desta natureza.

A alocação de verbas para manutenção tem muita resistência dos governantes, já que este tipo de ação é caro e não gera placa, nem festa de inauguração. Neste sentido é bastante comum os governos investirem verbas volumosas na construção de estradas, mas depois da inauguração a obra é abandonada às intempéries do tempo até sua deterioração total.

Sabendo desta cultura política, do nosso Brasil, alertamos que não recebendo a manutenção adequada, o projeto corre risco de estrangulamento, principalmente quando, no futuro, houver chuvas regulares por alguns anos seguidos, e a bacia do rio Paraíba, momentaneamente, não necessite mais das águas do Velho Chico, o governo mitigue as verbas e o nível de manutenção dos canais e estações elevatórias despenque, e mais tarde, quando a bacia do rio Paraíba voltar a ter déficit hídrico, o sistema da Transposição não esteja pronto para operar.

Fiquemos alerta!

CAPÍTULO XX

FUTURO DA BARRAGEM DE SUMÉ

Como filho desta terra, vivenciei parte da saga da construção de sua barragem, bem como, o nascimento, crescimento, apogeu e declínio do Projeto de Irrigação de Sumé (PIS). Nos áureos tempos, Sumé foi uma ilha de prosperidade no Cariri.

Este projeto experimental do DNOCS, implantado no início da década de 70, sem conotação e padrinho político, deu asas para nosso município, que mesmo não tendo representação política de envergadura estadual, e, além disso, espremido entre os municípios de Serra Branca e Monteiro, tradicional reduto político, a nível estadual, representado pelas famílias Gaudêncio e Feitosa. Mesmo assim, conseguiu obter grande avanço econômico e despontar como a segunda cidade mais desenvolvida do Cariri. No período que o PIS funcionava, havia fartura de empregos no campo e, conseqüentemente corria dinheiro no comércio local, permitindo seu crescimento acima da média das demais cidades da região.

Todos que presenciaram esta fase pungente de nossa cidade, como eu, hoje, certamente, carregam uma angustia no peito pela desativação deste projeto, principalmente quando se analisa o retorno em benefícios atuais para a população, comparado ao volume de recursos públicos investidos.

Segundo dados fornecidos pelo DNOCS, mostrados no capítulo XVII deste trabalho, foram investidos no Projeto de Irrigação de Sumé (PIS), incluindo as desapropriações no início dos anos 70, recursos na ordem de US\$ 1.800.000,00 (um

milhão e oitocentos mil dólares). Considerando a inflação da moeda americana, nestes 47 anos, de 645%, na atualidade, este valor seria de U\$ 13.410.900 (treze milhões, quatrocentos e dez mil e novecentos dólares), correspondente a aproximadamente R\$ 41.000.000,00 (quarenta e um milhões de reais), pelo câmbio de agosto de 2017. Trata-se de uma soma muito alta de recursos públicos alocados em um projeto, para o mesmo ter funcionado plenamente apenas por cerca de 15 anos (1975–1990).

Toda obra de engenharia tem um prazo de vida útil! Para uma barragem de abastecimento, sua vida útil está, obviamente, ligada a sua capacidade de acumular água com qualidade e quantidade necessária para os fins de abastecimento d'água, dessedentação animal e finalmente irrigação de culturas agrícolas, sempre nesta ordem, onde cada uma destas atividades é limitada pelo teor de sal da água.

Neste momento, a barragem de Sumé está impossibilitada de cumprir qualquer um desses objetivos, pois nas condições que se encontra a sua bacia hidrográfica, pontuada de pequenos açudes, não há mais garantia do seu enchimento em condições pluviométricas normais. Na década de 90, esvaziou-se totalmente nos anos de 1993, 1994 e 1995, como mostra o gráfico da volumetria da barragem (Figura 1).

Quem imaginaria que uma barragem com este volume d'água poderia chegar ao colapso total? O que aconteceu? Que fatores contribuíram para este estrangulamento?

O saldo hídrico de um reservatório, ou seja, a água que fica efetivamente acumula dentro de um manancial é a soma das entradas d'água, através de chuvas, descargas dos rios e aquíferos, menos as perdas, por adutoras para abastecimento rural e urbano, retirada d'água por caminhões

pipa, recarga de aquíferos, sangria e evaporação. No caso da barragem de Sumé, a irrigação que se encontra desativada há mais de 20 anos, obviamente, não foi considerada nesta equação.

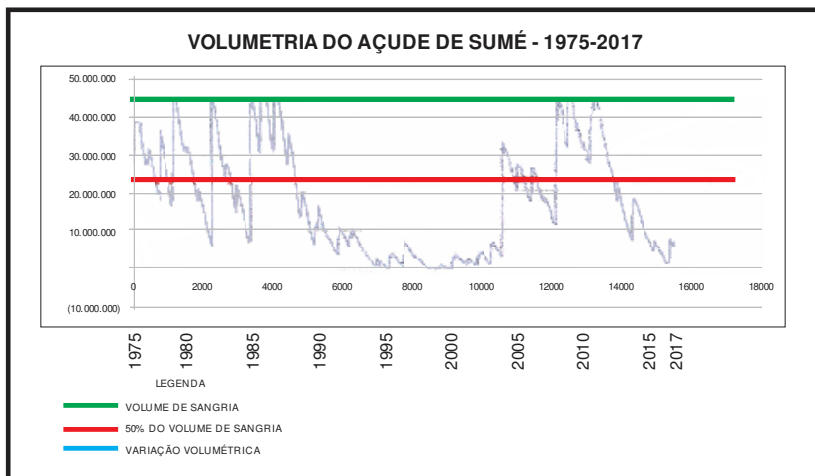


Figura 1: Gráfico da volumetria do açude de Sumé de 1075-2017.

Fonte: Acervo particular do autor.

As retiradas d'água para consumo de Sumé e eventualmente para cidades próximas, mesmo que fossem para abastecer uma população de 50 mil pessoas e, que cada uma utilizasse 150 litros por dia, em um ano o gasto total com esta atividade seria apenas de 2,7 milhões de metros cúbicos, ou seja, apenas cerca de 6% da massa líquida acumulada, portanto o gasto com abastecimento não poderá ser apontado como causa do esvaziamento do açude. A evaporação e a percolação subterrânea são os grandes consumidores da água acumulada, mas também, são fatores naturais que sempre existiram, então por este motivo, também, não podem ser considerados como causa do estrangulamento total da barragem.

Descartadas as possibilidades das perdas d'água da barragem de serem os vilões do esvaziamento total da barragem de Sumé, conclui-se facilmente que o problema está ligado às entradas d'água, que nos últimos anos foram afetados por dois eventos simultâneos e independentes:

1 - O regime de chuvas no Nordeste, principalmente, no polígono da seca, por razões meteorológicas globais, como mostra o gráfico do posto de observação de Sumé (Figura 2) onde entre os anos de 1990 a 1994 e 2013 a 2016 as precipitações, na região, foram bem abaixo da média histórica (275 mm), ocasionando queda vertiginosa no volume do açude.

2 - Localmente a contribuição da bacia hidrográfica do rio Sucuru sofreu grande impacto com a construção, a montante de Sumé, de um grande número de barragens de pequeno e médio porte, a partir do final da década de 80, em um total de cerca de 70 milhões de metros cúbicos retidos, segundo dados da tese de mestrado de Luciana Ramos Cantalice (2009).

As ações antrópicas originadas das políticas irresponsáveis e populistas dos governantes, que não respeitaram a capacidade da bacia hidrográfica, são praticamente irreversíveis, já que não há como eliminar as diversas barragens, a montante de Sumé. No entanto, regime de precipitações, obviamente, é um fenômeno natural que muda a cada temporada.

No contexto atual, os dois fenômenos se somaram resultando no colapso total da barragem de Sumé, colocando-a na pior situação de sua história, onde de qualquer forma, mesmo chovendo pouco, recebe descargas de detritos salgados desprendidos das rochas, durante as enxurradas, ao mesmo tempo em que, nestas condições, irá sangrar com

frequência cada vez menor. Completando o cenário adverso, onde o alto índice de evaporação da região, em torno de 2.000 mm por ano, rapidamente suga a água represada e o sal contido na massa líquida precipita no fundo do açude, tornando sua água cada vez mais pesada.

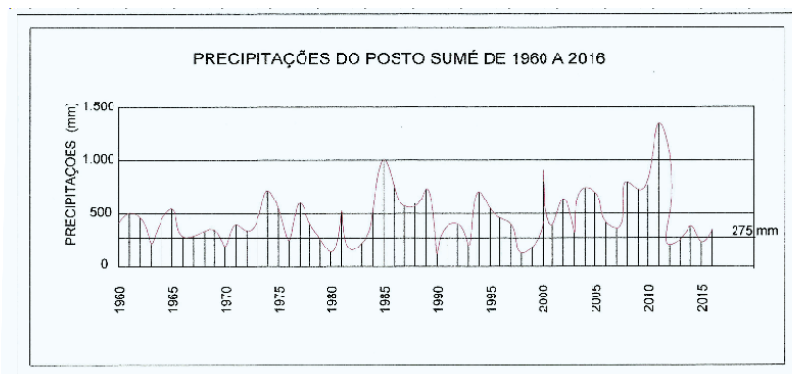


Figura 2: Gráfico da Pluviometria do Posto de Sumé – 1960-2017

Fonte: Acervo particular do autor.

Na grande estiagem dos anos de 1994 e 1995, quando o volume do açude de Sumé ficou abaixo de um milhão de metros cúbicos, o governo estadual implantou a adutora do Congo para abastecer grande parte do Cariri (FOTO 1).



Foto 1: Sistema adutor do Congo – Bairro de Mandacarú – Sumé. Fonte:

Acervo particular do autor.

Este sistema bombeava água do açude do Congo, que tem capacidade para 69 milhões de metros cúbicos d'água, até um reservatório/estação de tratamento localizado no bairro do Mandacaru, em Sumé. Depois de tratada, a água era distribuída em três sub-adutoras: uma para as caixas d'água do alto do Cruzeiro, em Sumé, outra com destino a Monteiro e a terceira com destino a Serra Branca e mais 15 municípios do Cariri.

Este sistema funcionou muito bem nesta época, porém a partir de 2011, quando o açude de Sumé sangrou pela última vez, a situação se inverteu e o reservatório do Congo praticamente secou no período de 2013 a 2015. Como o açude de Sumé ainda tinha uma boa quantidade de água, o governo estadual, para não colapsar o sistema de abastecimento do Cariri, implantou emergencialmente uma adutora de engate rápido do açude de Sumé até o reservatório/estação de tratamento d'água no bairro de Mandacaru, em Sumé, com cerca de 3 km, para atender toda região do Cariri, utilizando as águas do açude de Sumé (FOTO 2).



Foto 2: Adutora de engate rápido do açude de Sumé à estação de tratamento do bairro do Mandacaru – Sumé. Fonte: acervo particular do autor.

Com a chegada das águas do Rio São Francisco, a velha adutora do Congo passou a captar água no leito do rio Paraíba, no sítio Conceição. Portanto, atualmente, a estação de tratamento d'água do bairro de Mandacaru/Sumé está apta a utilizar água do rio São Francisco, e dos Açudes de Sumé e Congo, bastando para isso apenas abrir e fechar válvulas (FOTO 3), e, dentro deste manejo, e utilizando a velha adutora do açude de Sumé até a caixa d'água do bairro do Cruzeiro, ainda pode utilizar as água da barragem de Sumé apenas para Sumé, como ocorre atualmente (CROQUIS – 1 FIG 3)



Foto: 3: Entradas d'água da adutora do Congo e da adutora de engate rápido do açude Sumé. Fonte: Acervo particular do autor

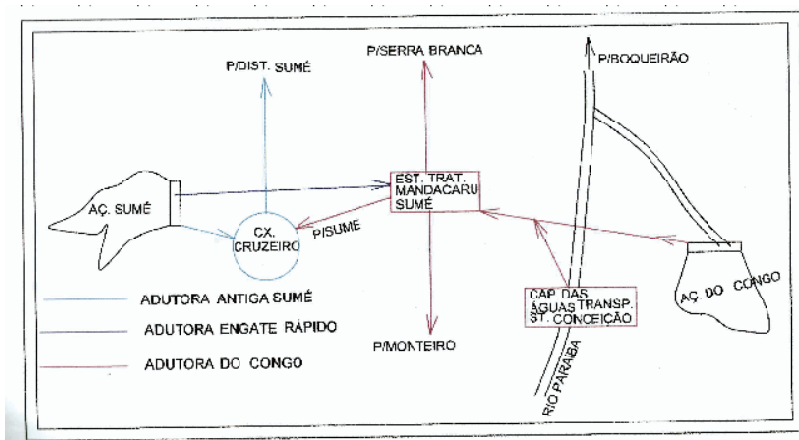


Figura 3: Croqui do esquema de fundamento da distribuição de água da Estação de tratamento em Sumé.

Fonte: Acervo particular do autor.

Durante o período de pesquisa para realização deste trabalho, além de dados técnicos obtidos no DNOCS e na CAGEPA, também, colhemos informações com algumas pessoas ligadas ao PIS. Equivocadamente, praticamente, todos os entrevistados foram unânimes em afirmarem que a causa do esvaziamento da barragem de Sumé foi apenas pelo gasto excessivo de água com a irrigação. É fato que esta prática ajudou com que o volume da barragem entrasse em colapso, mas o problema mesmo que colapsou a barragem, como já frisamos anteriormente, foi a falta de chuvas regulares e os inúmeros barramentos a montante de Sumé. Caso fosse a irrigação a causa do colapso da barragem, depois da sua desativação em 1993, o açude teria voltado a sangrar normalmente nos anos seguintes.

O problema ocasionado pela irrigação em canais inundados é outro, inclusive muito mais grave! Esta prática arcaica e nociva ao meio ambiente, que utiliza um volume d'água muito superior às necessidades da planta, satura o

solo lentamente com os sais minerais contidos na água. Caso o açude não tivesse secado e esta prática de irrigação tivesse continuado, o PIS também não teria resistido, mas por um motivo muito mais sério: salinização total dos solos agricultáveis. Estudos técnicos da UFCG quantificam que em cerca de 20 anos de irrigação predatória, aproximadamente 30% dos terrenos dos lotes do PIS estão totalmente salinizados e, portanto, imprestáveis para a prática de agricultura; ou seja, na atualidade apenas cerca de 190 ha, dos 273 ha do projeto original, estão aptos para atividades agrícolas.

Nestas circunstâncias, na hipótese do PIS voltar a produzir novamente, necessariamente seria através de um tipo de irrigação mais racional, como gotejamento e/ou micro-aspersão (FOTO 4 e 5), os quais utilizam respectivamente cerca de 20 e 40% do volume utilizado na irrigação convencional. O outro gargalo, obviamente, seria a quantidade e qualidade da água para irrigação.

Estas condições de qualidade e volume nos leva imediatamente a sonhar com um ramal adutor, de aproximadamente 20 km, da transposição do Rio São Francisco para Sumé, específica para irrigação. De fato, seria a solução ideal, pois a água do São Francisco transportada até a região através de canais impermeabilizados, mantém a boa qualidade da água, porém não devemos esquecer que agricultura irrigada não é a prioridade da transposição do rio São Francisco. Mesmo que a prioridade fosse irrigação, com a bacia do rio São Francisco também em situação precária, conseguir a outorga para este fim é um sonho muito longe da realidade.



Foto 4: Irrigação por gotejamento. Fonte: acervo particular do autor.



Foto 5: Irrigação por micro-aspersão. Fonte: Acervo particular do autor.

Mais perto da realidade seria o aproveitamento das águas de nosso manancial apenas para uso da irrigação, e para isso, bastaria apenas alongar a adutora de engate rápido e construir as caixas d'águas de distribuição para os lotes do PIS. Mas, e o açude sem sangrar, com a água cada vez mais pesada, mais tarde não iria novamente salinizar a terra?

No cenário atual, onde é possível a transposição arcar com todo abastecimento d'água da região, as águas do açude de Sumé ficariam à disposição apenas para abastecer um eventual novo projeto de irrigação. E assim, acredito que não seria mais necessário represar um volume de água tão grande.

A serie histórica de volumes acumulados diários do açude de Sumé (Dados fornecidos pelo DNOCS) mostra o comportamento do açude de 1975 a 2017, representado no gráfico (FIG 1). A intersecção da curva azul com a linha verde representa os anos onde, nas condições atuais, houve descargas (sangrias): 9 vezes em 42 anos, ou seja, 21,4%. Na hipótese da capacidade do açude de Sumé ser reduzida para 22,5 milhões de metros cúbicos, metade do volume atual, representado pela linha vermelha, o açude teria sangrado 19 vezes nos 42 anos da série, 45,2%. Portanto, com certeza, com maior a frequência de sangria do açude, este fato traria ganho na qualidade da água, nas condições ecológicas do rio a jusante de Sumé, na piscicultura e, finalmente, possibilitaria o uso da água para fins agrícolas.

Fisicamente como é possível diminuir a capacidade de uma barragem? Esta parte é a mais simples! Basta apenas abaixar a cota do sangradouro. Este procedimento técnico está sendo utilizado atualmente nas barragens de Poções e Camalau (FOTO 6), com o objetivo de permitir a passagem das águas do projeto de Transposição do São Francisco, sem a necessidade do enchimento completo das mesmas.



Foto 9: Rebaixamento do sangradouro da barragem de Camalaú para a passagem das águas da transposição do Rio São Francisco.

Fonte: Domínio público.

Uma vez melhorado a qualidade da água e aplicado um novo método de irrigação mais racional, a recuperação do PIS torna-se um sonho possível.

Do ponto de vista econômico, teoricamente, reativar um Perímetro Irrigado , com certeza, deve ser bem mais barato do que implantar um novo projeto, já que grande parte da estrutura montada nos anos 70 ainda encontra-se em perfeito estado. Por exemplo, as casas dos colonos, estradas de acesso, aterro dos canais e os terraplenos destinados às plantações. Outro importante ponto a se observar, seria que o *know how* dos colonos locais, acumulados em anos de labuta, seria aproveitado.

Segundo estudos técnicos da UFCG, as partes mais degradadas do PIS são a salinização do solo (30% da área

irrigável) e os canais de concreto. Entretanto, em qualquer solução nova, este meio de transporte da água não será mais utilizado, porém o aterro que sustenta estes canais poderá servir para assentar a tubulação da adutora, em uma possível reativação do PIS.

Finalmente, gostaria de deixar bem claro que a nossa análise do futuro da situação da barragem de Sumé é apenas uma das muitas hipóteses possíveis para a solução dos seus problemas, que, obviamente, para se tornar uma tese deve ser tecnicamente estudada para analisar profundamente as diversas variáveis envolvidas.

As grandes conquistas tecnológicas da humanidade não nasceram de ideias prontas e acabadas, nem foram obras de apenas um só pensador, basta lembrar que a primeira ideia de voar em um helicóptero foi de Leonardo da Vinci no século XVI. Geralmente ideias simples de muitos são somadas uma a uma até transformarem-se em uma tese aceita. A tese pronta pode ser viabilizada através de um projeto, que tem o objetivo de beneficiar a comunidade.

Não sou hidrólogo, nem entendo sobre agricultura, mas sendo um filho que tem muito amor a esta terra, não consigo aquietar a minha consciência vendo o PIS, que tanto engrandeceu esta cidade, está hoje sem funcionamento adequado.

Portanto, acredito piamente que deve haver alguma forma do mesmo voltar a produzir. Haverá de surgir alguém com o calibre e espírito empreendedor do ex-prefeito José Farias Braga, que outrora desfraldou a bandeira da independência de Sumé, em condições totalmente adversas e, com muita luta e garra, conseguiu vencer uma batalha praticamente impossível, colocando Sumé no mapa político da Paraíba. Mais tarde, mesmo sem possuir sequer um

telefone e escrevendo cartas com os próprios punhos, deslocou-se às cegas para o Rio de Janeiro, antiga capital federal, e conseguiu viabilizar o projeto do açude, colocando Sumé no mapa econômico do Brasil.

Com as facilidades das comunicações e de deslocamento do mundo moderno, será uma desfeita aos esforços do ex-prefeito José Farias Braga permitir que este manancial não cumpra a sua função e acabe se transformando em um depósito de sal, sem a mínima utilidade. Não será um bom legado desta, para as futuras gerações.

Portanto, está na hora da comunidade sumeense unir-se e promover palestras e seminários, e convidar cientistas das universidades no sentido de confeccionar um projeto detalhado para viabilizar a volta da produção agrícola do PIS, com os custos dos investimentos bem definidos e com retorno em benefícios para a comunidade sumeense.

Sabemos que nenhuma burocracia estatal valoriza ideias soltas, mas que projetos bem elaborados têm outro significado. Nesta linha de raciocínio, qualquer que seja o caminho a seguir, passa-se primeiro pela confecção de um bom projeto, para depois entrar na fase política e bater nas portas dos governos estaduais e federal para que estes viabilizem os recursos necessários.

Concluo este singelo trabalho conclamando a todos os sumeenses que tenha amor a esta terra, calçarem as sandálias da humildade, unir as forças políticas de todas as correntes, arregacem as mangas e juntos se engajam no objetivo de que as atividades do PIS sejam retomadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

1. ORAIS

Depoimento concedido por Maria do Socorro de Souza funcionária do escritório do DNOCS de Sumé.

Depoimento concedido por Eli Zeni Macedo funcionária do escritório do DNOCS de Sumé.

Depoimento de Maria de Lourdes Machado viúva do Carlos Humberto Machado engenheiro que construiu o açude de Sumé.

Depoimento de Galba Pedrosa filha de Lourdes Navio arrendatária do Hotel Independência de Sumé.

Depoimento de Josefá Rodrigues (Zefinha de Dadinha) grande amiga e conhecedora de muitos casos referente ao açude de Sumé.

Depoimento de Augusto Francisco da Silva Filho (Augustinho), Professor do IFPB, pesquisador e profundo conhecedor das causas do estrangulamento do PIS.

2. DOCUMENTOS OFICIAIS

2.1 DECRETO DE EMANCIAPAÇÃO POLITICA DE SUME

2.2 DECRETO DE DESAPROPRIAÇÃO DA ÁRAE DO
AÇUDE DE SUMÉ

2.3 OFÍCIO DE DESLIGAMENTO DO DNOCS DA COOPERATIVA DOS IRRIGANTES DE SUMÉ.

3. ELETRÔNICA

3.1 https://pt.wikipedia.org/wiki/Efeito_borboleta

3.2 <http://www.trepb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antteriores/resultados-de-eleicoes>.

3.3 https://pt.wikipedia.org/wiki/Açude_do_Cedro

3.4 <http://cpdoc.fgv.br> IOCS/IFOCS/DNOCS

3.5 <http://www.al.pb.leg.br/leis-estaduais>

3.6 <http://legis.senado.gov.br>

3.7 <http://WWW.ibge.gov.br>

4. OBRAS CONSULTADAS

4.1 ARRUDA MELO, José Octávio de. História da Paraíba. -João Pessoa-PB: A UNIÃO 11ª Edição 2008. 279 p.

4.2 BARBOSA, Jivago Correia. Política e assistencialismo na Paraíba (1951-1956)-João Pessoa-PB: Dissertação de Mestrado-UFPB/CCHLA, 2011, 317.

4.3 CITADINO, Monique. Poder Local e Ditadura Militar: O Governo de João Agripino-Paraíba (1965-1971)-Bauru, SP:Edusc,2006. 424 p.

4.4 CUNHA, Euclides da. Os Sertões - Rio de Janeiro, RECORD 11ª Edição 2010. 596p.

4.5 CANTALICE, Luciana Ramos. Gestão Hídrica do Reservatório de Sume-PB-Campina Grande-PB: Dissertação de Mestrado UFCG/CDSA, 2009. 81p.

4.6 FEIRAS, Paulo Jorge Fernandes. Diagnóstico geográfico do município de Ouro Velho-PB - João-Pessoa-PB:

Monografia de graduação do curso de Geografia- CCEN/UFPB, 2007. 103p.

4.7 LIRA, Neto. Getúlio. Dos nos de formação à conquista do poder (1882-1930)-São Paulo-SP: COMPANHIA DAS LETRAS, 2012. 613 p. 2012

4.8 LIRA, Neto. Getúlio. Do governo provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)-São Paulo-SP: COMPANHIA DAS LETRAS, 2014. 571 p. 2013

4.9 LIRA, Neto. Getúlio da pela consagração popular ao suicídio (1945-1954)-São Paulo-SP: COMPANHIA DAS LETRAS, 2014. 429 P.

4.10 MENDONÇA, José Ricardo Nunes. Do Oásis à miragem: uma análise da trajetória do perímetro irrigado de Sumé-Pb- Campina Grande-PB: Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais- Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2010. 126p.

4.11 NUNES FILHO, Pedro. Guerreiro Togado: Fatos Históricos de Alagoa de Monteiro-Recife: Editora Universitária da UFPE, 1997. 572p.

4.12 RAFAEL, Rita Albino. Uma Chuva de Memórias - João Pessoa-PB: Editora da UFPB, 2008. 113p.

4.13 RAFAEL, Rita Albino. Sumé que trago na memória. Sumé PB. 36p.

4.14 SILVA, Sonielson Juvino. Das Coisas que Precederam... Histórias da Cidade de Sumé. João Pessoa-PB: Editora da UFPB, 2011. 232p.

4.15 SILVA, Bárbara Bezerra Siqueira. O poder político de José Américo de Almeida: a construção do americanismo (1928-1935). João Pessoa-PB: Dissertação de Mestrado UFPB/CCHLA, 2015. 157p.

4.16 SKIDMORE, Thomas E. De Getúlio Vargas a Castelo Branco, (1930-1964)-Rio de Janeiro-RJ: PAZ E TERRA7ª Edição 1982. 512p.

4.17 SILVA NETO, Augusto F. da. O Perímetro Irrigado de Sumé e a construção social dos riscos: Estudo do caso.